



# **Comissões Temáticas Do Conselho Econômico Social Sustentável**

Trabalhos do 2º  
semestre de 2024

# VOLTOU!

## enária do Conselhão

GOVERNO FEDERAL  
**BRASIL**  
ENHANCIA A CONSTRUÇÃO

**ENH**

**cdess**





# Sumário

<b>Comissão de Direitos e Democracia</b>	<b>04</b>
<b>Comissão de Tecnologia, Inovação e Transformação Digital</b>	<b>36</b>
<b>Comissão de Assuntos Econômicos</b>	<b>55</b>
<b>Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável</b>	<b>71</b>
<b>Comissão de Combate às Desigualdades</b>	<b>100</b>



# Comissão de Direitos e Democracia

**2º Semestre de 2024**

# Mini-Índice

Contextualização .....	05	Cidadania e Efetividade de Direitos.....	23
Sistema de Justiça e Segurança .....	06	Monitoramento do GT de Periferias .....	24
Defesa da Democracia.....	14	Iniciativa Especial .....	30

## Contextualização

A Comissão de Direitos e Democracia (CDD) do Conselho de Desenvolvimento Econômico Sustentável (CDESS) da Secretaria de Relações Institucionais (SRI) da Presidência da República foi instalada em 22 de agosto de 2023, a partir de uma reunião sediada no Ministério da Justiça e Segurança Pública. Na ocasião, demarcou-se o foco no aprimoramento de áreas cruciais, como o Sistema de Justiça e Segurança Pública, o combate à desinformação e ao discurso de ódio, além da defesa e o fortalecimento das instituições.

**A Comissão organizou seus debates em torno de três eixos prioritários:**

**Eixo 1: Sistema de Justiça e Segurança Pública**

**Eixo 2: Defesa da Democracia Subtema**

**Eixo 3: Cidadania e efetividade de direitos**

Ao longo de 2023, a Comissão pôde conhecer algumas das políticas desenvolvidas nos Ministérios relacionados às temáticas priorizadas, dentre elas: a construção do novo Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI II); as políticas da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas e Recuperação de Ativos (SENAD); a construção do novo Plano Viver sem Limite, voltado à garantia de direitos das Pessoas com Deficiência; e as estratégias de combate à desinformação da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República.

No ano de 2024, dando seguimento ao trabalho a partir de seus eixos prioritários, a Comissão buscou priorizar alguns temas e atuar no monitoramento de políticas públicas, no aprofundamento dos temas objeto de recomendação e no acompanhamento do debate público sobre as pautas consideradas prioritárias desde a sua instituição. No primeiro semestre, a CDD debateu o estado de coisas inconstitucional do sistema prisional, elaborando contribuições ao Plano Pena Justa. A CDD, ainda, iniciou a articulação e o debate acerca do combate à desinformação.

Neste semestre, a Comissão buscou iniciar o aprofundamento da pauta da segurança

pública, além do mapeamento das instituições que trabalham para o fortalecimento da democracia e das instituições, e o combate à desinformação. A Comissão realizou, ainda, o acompanhamento do período eleitoral municipal de 2024. Por fim, como continuidade ao trabalho desenvolvido, no primeiro semestre, pelo Grupo de Trabalho de Periferias, iniciou-se o desenvolvimento do projeto Potências Negras Tecnologia.

## **Atividades da Comissão**

### **Eixo 1: Sistema de Justiça e Segurança Pública**

A Comissão de Direitos e Democracia, vem dialogando desde o ano passado com diversos entes federativos sobre as facetas da crise crônica de segurança pública que nosso país enfrenta, agravada agora pela constatação de que o crime organizado vem conseguindo se expandir para a economia formal.

Diante da gravidade do cenário, a boa notícia é que existem ações cautelosamente planejadas pelo Governo Federal que reúnem as condições necessárias para promover uma mudança significativa e duradoura, capaz de interromper esse ciclo crescente de contaminação da vida das pessoas pela violência.

O Ministério da Justiça e Segurança Pública acaba de apresentar o texto da PEC, Proposta de Emenda Constitucional, com a qual pretende tornar o SUSP, Sistema Unificado de Segurança Pública, tão eficiente e confiável quanto o nosso SUS que, mesmo diante das mazelas e do abismo social que caracteriza a nossa sociedade, disponibiliza garantia mínima de saúde para toda a população brasileira.

Nesse mesmo contexto, mas com foco específico e agenda de implantação em fase de homologação pelo pleno do Supremo Tribunal Federal, o Conselho Nacional de Justiça, o próprio MJSP, e a Advocacia Geral da União lançaram as bases concretas para a superação do Estado de Coisas Inconstitucional no sistema penitenciário brasileiro, por meio do Plano Pena Justa. Termo tomado de empréstimo da jurisprudência constitucional da Colômbia capaz de traduzir o duradouro quadro de violação de direitos humanos imposto à população carcerária, com consequências que extrapolam os muros da prisão.

A Comissão, neste semestre, buscou aprofundar a pauta da segurança pública, a partir de escuta das ações realizadas pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública e o planejamento de reuniões temáticas com Conselheiros e convidados envolvidos na pauta, além de reforçar seu comprometimento com a superação das violações de direitos humanos no sistema prisional, conforme relatado a seguir.

## 1.1. Mapeamento de temas prioritários em Segurança Pública para aprofundamento

A pauta da segurança pública foi definida como um dos eixos prioritários de trabalho da Comissão de Direitos e Democracia quando da sua instauração, em agosto de 2023. Desde então, a CDD teve a oportunidade de realizar recomendações e analisar políticas públicas, em articulação com o Ministério da Justiça e Segurança Pública e realizando contribuições ao Plano Pena Justa, que visa enfrentar o estado de coisas inconstitucional do sistema prisional. O tema é ponto de atenção, também, de Conselheiros da Comissão de Assuntos Econômicos, que se vêm preocupados, principalmente, com o crime organizado e suas interferências em diversos setores da economia formal.

Com vistas ao direcionamento da pauta ao longo dos próximos meses, a CDD realizou reunião inicial com os principais Conselheiros envolvidos no tema, além de convidados especialistas, atuantes e pesquisadores da área. O objetivo da reunião foi mapear os principais pontos de atenção para, posteriormente, e com a escuta das ações em desenvolvimento pelo governo, definir prioridades para o aprofundamento e definição de caminhos concretos.

As principais pautas mapeadas, em um primeiro momento, foram as elencadas a seguir. Faz-se importante frisar que os temas mapeados fazem parte de uma visão geral dos principais pontos de atenção, em um exercício de priorização para posterior aprofundamento no âmbito do Conselho.

### Conferência Nacional de Segurança Pública

- Convocação, via decreto, da Segunda Conferência Nacional de Segurança Pública.

**Justificativa:** a Primeira Conferência Nacional de Segurança Pública foi realizada há 15 anos, em 2009. Na área da saúde, foram realizadas 14 Conferências Nacionais de Saúde, com o fim de estruturar e aprimorar o Sistema Único de Saúde. No contexto do debate sobre reformas do Sistema Único de Segurança Pública, é importante o fortalecimento e aprofundamento da pauta de forma ampla e sólida, com participação social, para a formação de um consenso em torno do tema.

### Governança, cooperação e integração

- Governança de dados – coordenação e integração da produção e gestão de dados;
  - Lei Geral de Proteção de Dados em Segurança Pública e Penal (Lei nº 13.709 não se aplica a dados de segurança pública que deverão ser regidos por legislação específica);
  - Marco legal para compartilhamento de dados em segurança pública;
  - Atenção ao controle de legalidade e controle jurisdicional;

- Foco em informação, integração e inteligência;
- Fortalecimento e nova regulamentação do COAF;
- Articulação de sistemas e redes de políticas públicas em prevenção da violência
  - Comitê Interministerial ou gabinete integrado de prevenção e combate às organizações criminosas e milícias;
  - Aprimoramento dos mecanismos de cooperação policial, nas fronteiras, rodovias, portos, aeroportos e cidades;
  - Articulação interfederativa - aproximação dos entes federativos, com destaque às polícias estaduais, sob coordenação do governo federal e inclusão das estruturas do Ministério Público Federal e estaduais, especialmente CAECOS e Cybergaecos;
  - Articulação com sociedade civil e setores produtivos afetados pela economia do crime;
  - Aprimoramento e intensificação das iniciativas de cooperação transnacional, especialmente no âmbito da América Latina;
- Criação do Ministério da Segurança Pública;
- Aproximação da rede ENCCLA.

**Justificativa:** articulação precária entre órgãos, sistemas estruturantes, entes federativos e bases de dados. Estruturas de governança frágeis aliada a baixa capacidade de reforma das instituições da área. Políticas públicas de combate à violência e ao crime organizado devem incluir órgãos de diversas áreas (Receita Federal, Anvisa, Banco Central, COAF...); só no governo federal existem 14 sistemas estruturantes relativos ao crime organizado, além de bancos de dados que se sobrepõem e não se comunicam. Regulamentação indeterminada e fragilidade estrutural do COAF, que resulta em nulidades processuais. Ainda, cada estado produz suas informações, com grandes entraves ao compartilhamento de dados.

## Reforma Constitucional

- Criação de Guarda Nacional de caráter civil, com o fim de auxiliar os Estados e proteger as fronteiras nacionais;
- Reforma do §6º do art. 144 da Constituição Federal, para que as polícias militares deixem de ser forças auxiliares e reserva do Exército, com consequente revogação total do Decreto nº 88.777/83;
- Reforma do instituto do inquérito policial para desburocratização da polícia judiciária investigativa e estímulo ao esclarecimento de crimes;
- Instituir ciclo completo da atividade policial na Constituição Federal;
- Exigência constitucional para compartilhamento de dados.

**Justificativa:** ainda que o fortalecimento da esfera federal seja importante, uma reforma constitucional em segurança pública não deve se limitar ao aumento de competências da Polícia Federal e Polícia Rodoviária Federal, devendo abarcar outros institutos e ser



estruturante. Recomenda-se que uma reestruturação do Sistema de Segurança Pública considere a Conferência Nacional de Segurança Pública.

### Outras ações de combate ao crime organizado

- **Reforma do Fundo Nacional de Segurança Pública:**
  - Estabelecimento de critérios e contrapartidas para o repasse aos Estados e Distrito Federal;
  - Cotas do Fundo para os Municípios, uma vez que o repasse a municípios é bastante variável ao longo dos anos e há importantes e exitosas experiências municipais no combate à violência;
- **Força tarefa permanente integrada de combate às organizações criminosas;**
- **Indução ao policiamento de proximidade em todo o país, em substituição ao policiamento de confronto, com contrapartida ao repasse de recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública;**
- **Esforço de efetivação de política de controle de armas:**
  - Transferência da fiscalização e gestão dos CACs para a Polícia Federal no prazo de janeiro de 2025, nos termos do Decreto nº 11.615/2023;
  - Fortalecimento da ação do governo federal;
- **Atenção ao Sistema Prisional como fonte alimentadora do crime organizado:**
  - Ação proativa e firme do Governo Federal na implementação do Plano Pena Justa, que visa enfrentar o estado de coisas inconstitucional do Sistema Prisional, a partir de campanhas de comunicação, integração ministerial, dentre outras;
- **Regulações não penais de combate ao crime organizado;**

**Justificativa:** O crime organizado impacta setores produtivos. Em 2023, foram perdidos no mínimo 500 bilhões de reais para o mercado ilegal. Milícias e crime organizado operando fortemente, e de forma transnacional no mercado ilegal.

### Caracterização do Devedor Contumaz

- Apoio ao PL 15/24 (Câmara dos Deputados) e PL 164/22 (Senado);
- Fiscalização permanente da Receita Federal nas empresas caracterizadas como devedoras contumazes.

**Justificativa:** Governo é a favor e encaminhou projeto à Câmara dos Deputados. Importantes impactos fiscais e penais. Importante para coibir o braço financeiro e as operações ilegais.

## **Racismo e Violência contra a mulher**

• Incluir na pauta – medidas para redução dos dados crescentes de violência contra a mulher e do racismo institucionalizado no sistema de justiça.

## **1.2. Reunião com a Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça e Segurança Pública**

A Comissão de Direitos e Democracia se reuniu com o Secretário Nacional de Segurança Pública do Ministério de Justiça e Segurança Pública, em 07 de novembro, para apresentação das ações em desenvolvimento pela Secretaria. A reunião é parte do processo de aprofundamento da pauta da Segurança Pública no âmbito da Comissão. Os principais pontos observados foram:

### **Fundo Nacional de Segurança Pública**

O secretário destacou o Fundo Nacional de Segurança Pública, que passou por alterações em sua gestão para enfrentar desafios na aplicação de recursos. A criação da Rede Interfederativa foi essencial para identificar entraves e apoiar os estados na utilização eficiente de verbas destinadas a viaturas, equipamentos e câmeras corporais.

### **Rede Renorcrim (Rede Nacional de Unidades Especializadas de Enfrentamento das Organizações Criminosas)**

No combate ao crime organizado, foram estruturadas redes específicas, como a Renorcrim, que integra polícias civis, GAECOS, polícias militares e federais, Receita Federal e COAF. Esta rede atua no fortalecimento da troca de informações e na execução de operações coordenadas. Paralelamente, a Rede Recupera foi criada para focar na recuperação de ativos e na gestão de bens apreendidos de organizações criminosas.

### **Centros de Comando e Controle**

Os Centros de Comando e Controle foram ampliados para integrar centros de inteligência regionais, permitindo respostas rápidas e estratégias mais eficientes. Originalmente criados para eventos como a Copa do Mundo e as Olimpíadas, esses centros agora têm uma função permanente e centralizada no combate ao crime organizado e na segurança pública.

### **Iniciativas diversas**

Outras iniciativas destacam-se, como o PRONASCI 2, que abrange projetos voltados para o fortalecimento da cidadania e inclusão social, incluindo as Casas da Mulher Brasileira, cursinhos populares, capacitação de policiais, iniciativas para juventude e mulheres, e a formação de lideranças comunitárias. Ainda no campo da modernização, o Procedimento Policial Eletrônico (PPE) está sendo implementado em 16 estados, com o objetivo de alcançar

as 27 unidades da federação. Mesmo em estados que possuem sistemas próprios, como São Paulo e Rio de Janeiro, busca-se garantir interoperabilidade entre plataformas.

O conceito de polícia comunitária também está sendo promovido, priorizando ações preventivas, uso de armas não letais e construção de confiança entre policiais e as comunidades. Além disso, o projeto de câmeras corporais já conta com adesão de 16 estados, trazendo benefícios como redução da letalidade policial, diminuição de mortes de policiais e cidadãos, e qualificação das provas em processos judiciais.

Por fim, um projeto piloto de retomada territorial está sendo desenvolvido em uma cidade selecionada do Nordeste, integrando forças locais, inteligência e ações sociais. Este projeto visa substituir o ciclo econômico das organizações criminosas por alternativas legais e sustentáveis, garantindo que o Estado reassuma suas funções nos territórios dominados pelo crime organizado.

O Secretário, em reação às contribuições de Conselheiros e convidados, enfatizou também que a participação do mundo privado é essencial para transformar áreas dominadas pelo crime organizado em locais com mão de obra qualificada e empregada, promovendo renda e melhoria na qualidade de vida. Ressaltou também a necessidade de adaptar modelos internacionais, como o Fusion Center (centro integrados de operações de fronteira), à realidade brasileira, e mencionou os esforços da Secretaria nesse campo, com a expectativa de entregar resultados nos primeiros meses do próximo ano.

### **1.3. Superação do Estado de coisas inconstitucional do sistema prisional brasileiro**

A Comissão de Direitos e Democracia debateu, no primeiro semestre de 2024, o Plano Pena Justa, que visa enfrentar o estado de coisas inconstitucional do sistema prisional brasileiro, declarado pelo Supremo Tribunal Federal na Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 347. Na ocasião, a Comissão apresentou contribuições à construção do plano.

Uma intervenção estrutural e efetiva na questão penitenciária representa peça fundamental no tabuleiro de xadrez do enfrentamento ao crime organizado, pois deixar de alimentar o recrutamento pelas facções criminosas significa construir um país mais seguro para todas as brasileiras e todos os brasileiros.

Depois de 07 longos anos desde a propositura da ADPF 347, a Suprema Corte deliberou pelo reconhecimento do Estado de Coisas Institucional e determinou, em 29 de setembro de 2023, a elaboração de um plano nacional de ação para sua superação. Daí nasceu e está em fase de homologação final o Plano Pena Justa, com metas claras e factíveis de controle das portas de entrada e de saída do sistema carcerário.

O apoio da sociedade civil à implementação bem-sucedida deste plano, com a compreensão de sua importância na superação da crise de segurança pública intramuros e nas cidades, é absolutamente fundamental.

Quando falamos em medo e violência, é preciso destacar desde logo que o impacto dessa violação sistemática de direitos atinge desigualmente a população a depender da cor da pele, do local de nascimento, da rota de vida forjada pelo abismo social que se desenha a partir da infância. As marcas da escravidão no sistema de justiça brasileiro se fazem sentir em qualquer visita a uma penitenciária ou centro de detenção provisória.

Aqui se encontram os eixos de trabalho da Comissão de Direitos e Democracia e da Comissão de Combate às Desigualdades deste Conselho: na realidade inexorável de que desde a abordagem nas ruas, passando pela manutenção da prisão preventiva ao longo do processo, e considerando inclusive a forma como hoje se desenha a composição dos Juízos e Tribunais, o peso do aparato punitivo desagua em estatística bastante conhecida. De acordo com o Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2023, 69,1% das pessoas encarceradas eram negras, revelando uma sobrerrepresentação significativa em relação à composição da população como um todo, em que este mesmo índice corresponde a 56%.

E esse cenário não é de hoje. Logo no primeiro tópico, ao abordar os desafios estruturais que caracterizam a situação degradada e violenta do nosso sistema penitenciário, o Plano Pena Justa aborda o tema “escravização, racismo e o histórico da privação de liberdade no Brasil”, resgatando a origem do processo de criminalização da população negra no século XVIII. O texto lembra a construção da primeira Casa de Correção no país, em 1850, quando ainda vigente a Carta Régia de 1796, que estabelecia a clausura como regime de pena para as pessoas consideradas desordeiras e ociosas pelas autoridades coloniais. Caracterização que atingia aqueles que resistiam ao sistema escravista por meio de insurreições, fugas dos trabalhos forçados e formação de comunidades autônomas, como nos casos dos quilombos.

Outro ponto importantíssimo. O plano de racionalização da ocupação das vagas no sistema prisional foi concebido por meio de ampla consulta pública, tendo recebido quase 2.000 contribuições da sociedade por meio de formulário eletrônico (602 vindas de presos no sistema), além da realização de dois dias de audiência pública em abril deste ano, com a participação de 45 entidades diferentes. A equipe que trabalhou arduamente na concepção do Plano Pena Justa levou em consideração não só o conhecimento acumulado pelo CNJ ao longo de mais de 4 anos do programa Fazendo Justiça, mas também de experts e de associações dos servidores que trabalham nos estabelecimentos penais.

É preciso destacar também a enorme contribuição do Departamento de Fiscalização e Monitoração dos Presídios do CNJ, o DMF, em termos de desenvolvimento de ferramentas

tecnológicas. As ferramentas de tecnologia desenvolvidas e já implementadas pelo CNJ em praticamente todos os estados da Federação (São Paulo, que responde por quase metade do contingente de pessoas privadas da sua liberdade ainda está em fase de implementação do novo sistema) mostram resultados palpáveis que já servem para nortear os próximos passos. Hoje já é possível extrair do Sistema Eletrônico de Execução Unificado (SEEU), as informações necessárias para não deixar de realizar a progressão de regime no momento certo, facilitando em muito o trabalho de Magistratura no cumprimento dos direitos dos jurisdicionados, inclusive no que diz respeito a assegurar a justa aplicação dos benefícios concedidos pela Presidência da República por meio do indulto.

Em 2023 foi realizado o primeiro mutirão carcerário eletrônico, se valendo dos SEEU e do BNMP (Banco Nacional de Mandados de Prisão), capitaneado pela Ministra Rosa Weber, então presidente do Supremo. Uma vez definidos os critérios para análise dos processos a serem revisados, em um mês – 30 dias – foi possível analisar em todo o país 100.000 casos. Deste universo, 70.452 eram processos que de fato se encaixavam nas balizas de reexame definidas pela equipe do DMF e pela comissão criada para a realização do mutirão. Dessas 70.000 pessoas, 27.010 foram beneficiadas por alguma forma de progressão de regime, abrindo novas vagas antes ilegalmente ocupadas. E dessas 27.000, 21.866 efetivamente deixaram unidades prisionais e retomaram a sua liberdade.

Soma-se a esse intenso e necessário investimento em tecnologia a favor da Justiça um extenso trabalho de pesquisa no plano internacional, que coletou exemplos malsucedidos a não serem seguidos, e bem-sucedidos, que dão confiança no caminho a ser trilhado.

Em 2017, o Brasil ultrapassou a Rússia e assumiu a terceira posição entre os países que mais encarceram, estando atrás apenas dos Estados Unidos e da China. O crescimento exponencial no número de mulheres presas contribuiu em muito para essa escalada. A superlotação carcerária não é um problema exclusivamente nosso, mas alguns países vêm conseguindo inverter a reta ascendente de super encarceramento. Racionalizar o sistema gera segurança pública e economiza recursos. A medida pode representar mais uma marca a ser legada ao país pelo presidente Lula, um governo democrático, que sabe conciliar o trabalho das instituições de Estado, ouvir a sociedade civil e respeitar a separação de poderes.

A partir da homologação do Plano Pena Justa pelo STF, os 27 estados terão 6 meses para apresentar um plano concreto e detalhado de como irão concretizar as diretrizes estabelecidas no plano nacional, respeitando as particularidades de seus estados. É muito importante que esse prazo seja respeitado e que esse desafio encontre respaldo nas diversas regiões do

país. O que o diagnóstico primoroso realizado até aqui mostra é que, sem que seja necessário aprovar qualquer alteração legislativa ou ferir a prerrogativa de cada magistrada ou magistrado de decidir conforme a lei e sua própria consciência, é possível e imperativo superar o Estado de Coisas Inconstitucional nas prisões nos próximos 3 anos.

## **Eixo 2: Defesa da Democracia**

No eixo de Defesa da Democracia, a CDD se dedicou, neste semestre, ao aprofundamento do mapeamento do papel e aproximação institucional das diversas instituições no combate à desinformação e na defesa da democracia. A pauta tem sido objeto de debate, na CDD, desde sua instauração, e foi objeto de recomendações nas Plenárias do CDESS realizadas em dezembro de 2023 e junho de 2024. Neste semestre, a CDD analisou as ações desenvolvidas pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública, Tribunal Superior Eleitoral e Advocacia-Geral da União.

### **2.1. Reunião com a Secretaria de Direitos Digitais do Ministério da Justiça e Segurança Pública**

A Comissão de Direitos e Democracia recebeu, em 27 de maio, a Secretária de Direitos Digitais do Ministério da Justiça e Segurança Pública, Lilian Cintra, como parte do ciclo de reuniões de mapeamento e aproximação das diversas instituições e suas ações de defesa da democracia. A Secretaria de Direitos Digitais foi mapeada, principalmente, devido ao grande papel desempenhado pelo meio digital na democracia brasileira.

Na ocasião, a Secretária apresentou a estruturação da Secretaria, de criação recente no âmbito do Ministério da Justiça, que é responsável pela defesa da ordem jurídica, dos direitos e das garantias constitucionais em ambiente digital e a promoção dos direitos digitais. A Comissão ressalta a necessidade da promoção de um ambiente digital mais seguro, uma vez que, nos debates levados no âmbito da CDD, chama atenção a preocupação com a impunidade de crimes digitais, um debate muito orientado pela perspectiva de que os crimes devem ser igualmente punidos e coibidos quando cometidos no âmbito digital.

A CDD ressalta, ainda, a importância do acordo de cooperação firmado com o Tribunal Superior Eleitoral e o envolvimento da Secretaria no Centro Integrado de Enfrentamento à Desinformação e Defesa da Democracia. Com as eleições municipais de 2024, um processo eleitoral pulverizado, com municípios de diversos portes e regiões, a Secretária ressaltou a importância de um foco e preocupação com as candidaturas de minorias, principais alvos

de desinformação.

Ambos os braços da Secretaria de Direitos Digitais, aquele voltado para um ambiente digital seguro e cybercrimes, e aquele voltado à integridade da informação e um ambiente digital democrático são temas de debate na CDD. A Comissão ressalta, ainda, a importância da articulação com instâncias, como a Polícia Federal e a Secretaria Nacional de Segurança Pública, conforme informado pela Secretária no encontro.

A Comissão ressalta, ainda, a política de combate à violência nas escolas, muito relacionado ao subeixo, definido quando da sua instauração, de combate a movimentos extremistas e fundamentalistas, que envolve um componente importante de um ambiente digital seguro. Nesse sentido, a Secretária sublinhou que o tema está sendo trabalhado a partir da elaboração de estudos e diagnósticos, importantes para o posicionamento e endereçamento deste tema, para a compreensão de como o discurso extremista se organiza na rede online e offline. Explicou, ainda, que estão mapeando como identificar, como se organizam e quais as características dessas redes no meio digital, a fim de pensar em soluções efetivas, direcionando mecanismos adequados.

Importante destacar, por fim, o debate relacionado à responsabilização de plataformas digitais por conteúdos falsos ou criminosos, como discurso de ódio e incitação ao crime. Segundo a Secretária, o debate deve passar pelo estudo e interpretação do Marco Civil da Internet, assim como o trâmite legislativo para a regulamentação das redes sociais.

**A Comissão de Direitos e Democracia enfatiza, como resultado do encontro, a necessidade de articulação, cooperação e integração entre diversas pastas ministeriais, no Poder Executivo, assim como entre os três poderes, para a promoção do ambiente digital seguro e defesa da democracia.**

### **3.2. Reunião com o Tribunal Superior Eleitoral**

A Comissão de Direitos e Democracia se reuniu, em 17 de setembro, com o Ministro do Tribunal Superior Eleitoral Flávio de Azevedo Marques, em encontro que teve, como pauta, estratégias de combate à desinformação para a defesa da democracia, o papel do TSE e o período eleitoral de 2024.

No encontro, debateu-se o grande desafio imposto à democracia pelo ambiente digital. A partir de uma explicação teórica acerca dos princípios básicos da democracia, o Ministro afirma que, dentre tais desafios, destaca-se a necessidade de que um Estado Democrático de Direito se baseie, principalmente, em confiança. Deve haver confiança na informação, no processo democrático em si e em seus candidatos. Todos esses processos são fortemente desafiados com o advento do mundo digital, sua difusão e preponderância,

um ambiente onde é possível a criação de realidades falsas e o questionamento da própria higidez e fiabilidade do processo eleitoral e democrático.

O Ministro enumerou alguns fatores agravantes do mundo digital, que interferem no processo democrático, e os quais a CDD ressalta: o alcance das informações e narrativas; o fato de o digital se construir no dissenso, e não em consensos mínimos, como o necessário para o regime democrático; o fato de o digital não possuir os “filtros” para a informação, uma vez que qualquer informação pode ser veiculada, na internet, sem passar por edição ou apuração, ofuscando a linha entre fato e crença. O Ministro destacou, ainda, o importante papel dos algoritmos e a lógica econômica por trás das plataformas digitais no impulsionamento de conteúdos.

É importante destacar esses pontos uma vez que, no processo democrático, a integridade da informação é fundamental para o livre convencimento, a qualificação dos atores do jogo democrático, a confiança e a solidez do próprio conceito de democracia.

A CDD vê com preocupação o ponto trazido pelo Ministro sobre as plataformas online de apostas que, além de terem se transformado em um problema de saúde pública, subiram à justiça eleitoral por passarem a aceitar apostas de candidaturas. O tema deverá ser estudado com cautela, pelo grande impacto que pode ter, principalmente em municípios de menor porte.

Outro ponto de atenção é o uso da inteligência artificial. Houve resolução específica, da justiça eleitoral, sobre o uso de inteligência artificial e deepfakes em campanhas eleitorais. No entanto, o Ministro sublinhou, ainda, a possibilidade do uso de inteligência artificial para a personalização de mensagens aos eleitores, o que beneficiaria sobremaneira os candidatos com maiores condições de uso de tecnologia.

O Ministro sublinhou o caráter contingente da Justiça Eleitoral, que deve agir com tempestividade conforme surgem os casos e demandas. A CDD celebra a evolução, ressaltada pelo Ministro, das ações da Justiça Eleitoral ao longo das eleições, desde 2018, frente aos desafios da desinformação, do digital e dos novos mecanismos eleitorais. Observa com preocupação, no entanto, a disparidade de tempos entre a evolução de tais mecanismos, a capacidade normativa do governo e a atuação do legislativo e da justiça.

Segundo o Ministro, a justiça eleitoral trabalha com duas missões principais: coibir abusos, para garantir a condição de paridade entre candidatos; assegurar ao eleitor a condição informacional mais íntegra e legítima possível, para informar seu convencimento.

Nesse sentido, a Justiça Eleitoral exige transparência em todos os mecanismos que influenciam o fluxo informacional na internet. Isso se aplica, por exemplo, ao anúncio do uso de inteligência artificial ou de conteúdos impulsionados. O envolvimento das plataformas digitais no enfrentamento à desinformação também é fundamental nesse processo. No



período eleitoral municipal de 2024, muitas plataformas optaram por não impulsionar conteúdos políticos, uma vez que a triagem do que é ou não permitido pela Justiça Eleitoral pode se mostrar custosa para as plataformas. Faz-se importante notar que o crivo para o não impulsionamento de conteúdos falsos também é possível, caso haja colaboração das plataformas digitais, considerando que é possível o crivo para o não impulsionamento de conteúdos políticos eleitorais.

**A CDD encoraja a criação de um acervo, online e atualizado, de decisões eleitorais que seja acessível para todos os municípios e mais de 5 mil juízes eleitorais em todo o país. A compilação atualizada de jurisprudência atual teria o condão de dar uniformidade às decisões, principalmente em eleições pulverizadas, como é o caso das eleições municipais.**

A Comissão celebra, também, a criação do Centro Integrado de Combate à Desinformação, para a redução do tempo de reação e de coibição de ilícitos vinculados à desinformação. O acompanhamento em tempo real dos mecanismos de desinformação nas redes é fundamental, considerando a velocidade exponencial em que conteúdos se disseminam, principalmente com o uso de bots. O Ministro ressaltou, ainda, a importância de que haja responsabilização pela disseminação de conteúdos falsos por quem monetiza o mesmo conteúdo, havendo, ainda, o impulsionamento obrigatório da desdita, da réplica esclarecendo a informação falsa com a verdadeira.

Durante o encontro, a Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República anunciou a aprovação de um eixo específico de integridade da informação, no grupo de economia digital do G20. Depois de 3 anos sem declarações consensuais, aprovaram uma declaração consensual, com países como Rússia, China, Estados Unidos, Arábia Saudita, União Europeia (todos os países que envolve), mencionando o enfrentamento à desinformação e da integridade da informação como um valor a ser defendido. Essa é uma contribuição importante que o Brasil dá para o espaço internacional, pensando na integridade da informação.

### **2.3. Reunião com a Procuradoria Nacional de Defesa da Democracia da Advocacia-Geral da União**

A Comissão de Direitos e Democracia reuniu-se em 15 de outubro com a Procuradora Nacional de Defesa da Democracia da Advocacia-Geral da União, Karina Lopes. A fala abordou o trabalho da Procuradoria Nacional de Defesa da Democracia (PNDD) e os desafios enfrentados nesse campo. Embora a competência de defender a democracia já estivesse prevista na Constituição Federal, no art. 23, reconheceu-se que, em tempos digitais, essa tarefa assumia uma dimensão nova e complexa.

A PNDD, regulamentada pela Portaria Normativa PGU/AGU nº 16, de 04 de maio de 2023, tem, portanto, uma atuação recente. Qualquer pessoa ou órgão pode acionar a PNDD, desde que o tema esteja relacionado a prejuízos à União, políticas públicas ou agentes públicos. Reforçou que a remoção de contas não é objetivo da atuação, pois a PNDD foca no combate à desinformação prejudicial, preferindo medidas como rotulagem de conteúdos falsos, que também contribuem para a educação digital.

A Procuradora enfatizou que se lidava com temas ainda sem regulamentação específica, como a atuação das plataformas digitais, em um cenário jurídico em construção. Ressaltou que não havia uma jurisprudência consolidada, e que tanto o judiciário quanto os doutrinadores ainda estavam explorando o tema. Era necessário, portanto, buscar soluções criativas e eficazes. Citou a autora Julie Cohen, que aponta que o mais relevante não era entender o que é a internet, mas como ela transformava o mundo. Reforçou que essa era a realidade vivida, com a vida virtual apresentando desafios no ciberespaço que afetam diretamente as relações sociais, emocionais e profissionais.

Nesse contexto, Karina Lopes destacou a crescente necessidade de regulamentar a arquitetura digital, para que o ciberespaço não permanecesse sem fiscalização, responsabilização e atuação estruturada. No cenário internacional, identificou-se que se vivia a Quarta Revolução Industrial, marcada pela transição da era analógica para a digital. Mencionou casos concretos relacionados à desinformação. Por exemplo, verificou-se que seguidores de páginas não confiáveis continuavam tendo acesso a informações falsas. Em algumas situações, obteve-se o direito de resposta, considerado uma contribuição maior para a educação digital do que a simples remoção do conteúdo. Notificações judiciais baseadas na Lei nº 13.188, de 11 de novembro de 2015, foram empregadas para este fim, tendo sucesso nas três ocasiões em que foram aplicadas.

Entre os exemplos de aplicação da lei, destacou uma notificação judicial relacionada às enchentes no Rio Grande do Sul, em que um jornalista reconheceu o erro e divulgou o direito de resposta, esclarecendo ações realizadas pelo poder público federal. Esse caso ilustrou a importância de combater desinformações que prejudicavam políticas públicas. Outro exemplo relevante envolveu a disseminação de uma fake news que associava a vacina da COVID-19 à transmissão do vírus HIV. Essa desinformação, que atingiu milhões de pessoas, exigiu uma ação judicial. A PNDD obteve uma liminar para a remoção das publicações e aplicação de multa. Posteriormente, o site original saiu do ar em cumprimento à decisão, e verificou-se a remoção completa da desinformação.

Além disso, a Procuradora relatou a elaboração de um protocolo de intenções entre a AGU e sete plataformas digitais, visando combater a desinformação relacionada às enchentes no Rio Grande do Sul. O protocolo foi considerado inovador, e aguardava-se a consolidação dos resultados em um relatório final. Também registrou a atuação da AGU no Centro

Integrado de Enfrentamento à Desinformação e Defesa da Democracia (CIEPD), liderado pelo TSE. Esse grupo, composto por diversos órgãos como Polícia Federal, OAB, Anatel e Ministério Público Federal, busca combater discursos de ódio, deepfakes e desinformação em períodos eleitorais.

A Procuradora reconheceu o desafio da celeridade nas ações relacionadas à desinformação. Explicou que a PNDD atua mediante demandas recebidas, seguindo um regime jurídico fundamentado, e que, nas notificações extrajudiciais, há esforços para atuar de forma célere, muitas vezes em prazos curtos. Contudo, ressaltou que o tema ainda é novo, e o próprio judiciário enfrenta dificuldades para lidar com casos de desinformação, dada a ausência de regulamentação e jurisprudência consolidada.

A Procuradora destacou que, em temas robustos, como o caso das fake news sobre vacinas, o judiciário tem mostrado maior receptividade. Contudo, situações envolvendo críticas políticas ou retóricas públicas, que exigem maior comprovação de prejuízo às políticas públicas, enfrentam mais resistência. Ela enfatizou que a construção de uma jurisprudência democrática no ciberespaço está em andamento, e a AGU busca atuar com autocontenção e fundamentação jurídica robusta para evitar questionamentos futuros.

**A Comissão de Direitos e Democracia apoia o fortalecimento da Procuradoria Nacional de Defesa da Democracia e suas articulações com demais órgãos e instituições que aprimorem a celeridade das respostas à desinformação e o fortalecimento da instrução probatória.**

## **2.4. Avaliação do período eleitoral de 2024**

A Comissão de Direitos e Democracia acompanhou o processo eleitoral municipal de 2024 com preocupação. Diversos desafios se impuseram em tal processo e, tendo em vista os debates realizados no âmbito do eixo Defesa da Democracia da Comissão, a observação do período se deu com foco na lisura e higidez do processo, cumprimento das normativas e resoluções eleitorais, o papel da justiça eleitoral e o enfrentamento aos complexos mecanismos de desinformação. Nesta seara, a Comissão contou com a colaboração do Observatório das Eleições e do Instituto Democracia em Xequê.

Em primeiro lugar, houve, para as eleições municipais de 2024, grande expectativa do uso de inovações tecnológicas, como a inteligência artificial, tanto nas campanhas quanto nas dinâmicas sociais. Nesse sentido, o Tribunal Superior Eleitoral adotou uma resolução firme quanto ao uso da inteligência artificial: proibição das deepfakes, obrigação de aviso sobre o uso de IA na propaganda eleitoral, restrição do emprego de robôs para intermediar contato com o eleitor, responsabilização das big techs que não retirarem do

ar, imediatamente, conteúdos com desinformação, discurso de ódio, ideologia nazista e fascista, além dos antidemocráticos, racistas e homofóbicos.

A avaliação é de que, apesar da força das resoluções estabelecidas pela justiça eleitoral, e do notável acúmulo de jurisprudência e de capacidade institucional de enfrentamento aos desafios impostos às eleições, a justiça eleitoral não ocupou um papel tão central no processo quanto era o esperado. O acúmulo institucional no combate à desinformação, desafio que vem se impondo ao menos, e de forma mais ampla e sistematizada, desde as eleições de 2018 é notável, tornando relevante, nesse contexto, a constituição de um Programa Permanente de Enfrentamento à Desinformação no âmbito da Justiça Eleitoral, que começou a vigorar já nas eleições de 2022.

A atuação da justiça eleitoral foi considerada insuficiente por alguns debatedores e este foi um dos principais pontos de discussão. Se, por um lado, não houve provocação, por parte de algumas legendas partidárias, à justiça eleitoral, por outro nota-se uma preocupação por uma atuação contundente e decisiva sem, no entanto, capturar o debate político, que deveria ser o centro em períodos eleitorais.

Ainda, é importante notar o papel destacado das plataformas digitais e das lógicas algorítmica e comercial por trás das campanhas eleitorais, principalmente em grandes centros, como a cidade de São Paulo. Neste ano, muitas plataformas digitais assinaram, voluntariamente, memorandos de entendimento com o TSE, com vistas a colaborar com o processo. A medida se insere também no contexto do amadurecimento do país no combate à desinformação. O mesmo se pode dizer ao ineditismo da derrubada de uma importante rede social durante todo o período do primeiro turno das eleições.

No entanto, novos desafios se apresentaram, e as lógicas algorítmica e comercial ainda conseguiram, em muitos e cruciais momentos, se impor aos esforços empreendidos. Há uma dificuldade em se antecipar os desafios do próximo ciclo eleitoral, o que explica o caráter contingencial da justiça eleitoral, por exemplo, uma vez que as tecnologias e mecanismos sociais evoluem com grande velocidade. Neste ano, observou-se uma dinâmica financeirizada, por parte de alguns candidatos, que conseguiram expandir suas campanhas a partir da remuneração de cidadãos que contribuíam na disseminação de seus conteúdos.

Os Conselheiros da Comissão notaram, ainda, a necessidade de que as campanhas eleitorais se voltem para as bases e de que se discuta política e programas de governo, com participação de instituições como os sindicatos e com um posicionamento mais contundente das forças políticas. A preocupação é com a despolitização do debate e tal necessidade se mostra importante especialmente nos campos que devem enfrentar as novas formas de comunicação em massa propostas pela lógica das redes sociais e atingir novos setores da sociedade em contraposição à ideologia fascista e ao avanço da extrema

direita.

Observou-se também uma necessidade de reflexão e debate sobre nossa legislação eleitoral, que se mostra anacrônica em muitas questões, e frente a novos desafios, como o modo de distribuição dos recursos eleitorais, que privilegia os detentores de cargos eletivos e candidatos à reeleição.

Por fim, preocupa a participação do crime organizado, que foi decisiva em alguns centros e aparece como uma nova força, capaz de fragilizar os resultados democráticos de eleições, principalmente na esfera municipal.

Com vistas a informar o debate, a CDD elenca, abaixo, o resultado de algumas entidades que atuaram como observadores nas eleições de 2024.

## Observatórios Eleitorais

### Transparência Eleitoral Brasil

Relatório da Missão de Observação Eleitoral Nacional 2024 analisa os desafios e avanços do processo eleitoral no primeiro turno das eleições municipais. A iniciativa destacou a polarização política, a desinformação e o uso de inteligência artificial como elementos centrais do cenário atual. Também apontou a persistência da violência política e a realização de plebiscitos e referendos em cinco municípios como marcos deste período eleitoral. A missão contou com 61 observadores em 17 estados e monitorou diversos aspectos, como registro de candidaturas, financiamento de campanhas e integridade do sistema eleitoral.

Um dos principais destaques foi a inovação nas resoluções do TSE, que incluíram medidas de transparência para pesquisas eleitorais, regulamentação do uso de IA em propagandas e maior fiscalização do sistema eletrônico de votação. Contudo, problemas como a entrega tardia de credenciais para observadores e dificuldades na comunicação entre TREs e missões prejudicaram a organização. Outro ponto foi o monitoramento da representatividade, que apontou avanços na participação feminina e negra nas candidaturas, mas revelou desigualdades na distribuição de recursos de campanha.

A Missão também destacou a gravidade da violência política, com 311 casos registrados, incluindo 35 assassinatos, e enfatizou a necessidade de ações mais efetivas para garantir a segurança no processo eleitoral. Apesar dos desafios, o relatório elogia a atuação de muitos TREs e propõe recomendações para fortalecer a colaboração entre a Justiça Eleitoral e a sociedade civil, como maior integração no treinamento de mesários e a popularização do tema da observação eleitoral.

Segundo a Missão, o financiamento das eleições municipais de 2024 revelou uma predominância de recursos públicos sobre privados, sendo o Fundo Especial de Financiamento de Campanhas (FEFC) a principal fonte, com mais de R\$ 4,9 bilhões destinados às campanhas. Apesar disso, foi evidenciada uma concentração significativa desses recursos em poucos partidos e candidaturas, prejudicando a igualdade de oportunidades entre os candidatos.

A obrigatoriedade de destinação de 30% dos recursos para candidaturas femininas e de pessoas negras foi formalmente cumprida, mas com desigualdades internas. Observou-se que algumas candidaturas femininas receberam a maior parte dos recursos, enquanto outras receberam pouco ou nenhum financiamento, limitando o impacto da medida na promoção da igualdade. Além disso, denúncias de falta de repasse adequado às candidatas foram frequentes, destacando falhas no cumprimento prático das normas.

O relatório também aponta para a desigualdade entre partidos no acesso ao FEFC, favorecendo partidos com maior representação parlamentar. Essa distribuição reflete problemas estruturais no sistema de financiamento, com impacto direto na capacidade competitiva de candidatos de partidos menores. Como solução, recomenda-se maior transparência na distribuição e fiscalização dos recursos, além de políticas para promover uma alocação mais equitativa entre os candidatos.

### **Organização dos Estados Americanos (OEA)**

A Missão de Observação Eleitoral (MOE/OEA) destacou a organização bem-sucedida das eleições municipais, que envolveram mais de 155 milhões de eleitores e resultaram na escolha de 63.569 autoridades locais. O processo eleitoral foi marcado por avanços na utilização de tecnologia, maior inclusão de eleitores com deficiência e iniciativas para garantir maior equidade no financiamento político. Apesar de desafios, como problemas no aplicativo e-Título e incidentes isolados de violência eleitoral, o dia de votação transcorreu de forma tranquila, com alta participação (78,29%).

As reformas eleitorais aplicadas em 2024 introduziram medidas como federações partidárias e ações afirmativas para ampliar a representação de mulheres e negros. Contudo, a alocação de recursos do Fundo Eleitoral ainda enfrenta críticas por favorecer candidatos já estabelecidos. A MOE recomendou maior transparência e equidade na distribuição interna desses recursos pelos partidos.

A Missão também ressaltou avanços no combate à desinformação, com a proibição de deep fakes e parcerias do TSE com plataformas digitais. No entanto, observou desafios como o aumento de atos de violência política e recomendou ações mais estruturadas para consolidar estatísticas e fortalecer a segurança no período eleitoral. O relatório

conclui com recomendações voltadas à modernização da legislação eleitoral e melhorias na prestação de contas e acessibilidade.

### **Missão de Observação Eleitoral Internacional do Parlamento do Mercosul (MOE-PARLASUL)**

A MOE-PARLASUL, composta por 12 observadores de países membros do Mercosul e Bolívia, avaliou o cumprimento da legislação eleitoral e os desafios do processo democrático no Brasil, com foco especial na desinformação e acessibilidade. A equipe esteve no Rio de Janeiro e Niterói, localidades estratégicas para o monitoramento devido à relevância política e social. O pleito foi marcado por mudanças legislativas, como a proibição de deep fakes e exigências para uso de inteligência artificial em campanhas, além da gratuidade no transporte público para garantir o acesso ao voto.

A missão constatou a eficiência do sistema eletrônico de votação e o compromisso das autoridades eleitorais em assegurar transparência, segurança e acessibilidade. Procedimentos como o Teste de Integridade das urnas e a gestão das seções eleitorais transcorreram sem incidentes significativos. Contudo, foram observados desafios, como baixa presença de fiscais de partidos e limitações físicas nos locais de votação para pessoas com deficiência, embora houvesse esforços para minimizar essas barreiras.

## **Eixo 3: Cidadania e Efetividade de Direitos**

A Comissão de Direitos e Democracia reforça seu compromisso com a promoção da inclusão e dos direitos da pessoa com deficiência. A Comissão deve se engajar, no próximo semestre, especialmente na pauta da inclusão da pessoa com deficiência no mercado de trabalho. É necessário que as metas de cumprimento de cotas de contratação de pessoas com deficiência sejam mais ambiciosas, e a Comissão deverá empreender esforços na promoção do cumprimento das cotas por parte das empresas. Essa iniciativa deverá incluir a parceria com o Ministério do Trabalho e Emprego, com o Ministério de Direitos Humanos e com os diversos Conselheiros e Conselheiras do CDESS, inclusive de outras comissões, especialmente envolvendo o empresariado, os sindicatos e os movimentos sociais.

A CDD celebra, ainda, a criação da Agenda Transversal da Pessoa com Deficiência no contexto da revisão do Plano Plurianual 2024-2027. Na Segunda Plenária do Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável, realizada em dezembro de 2023, a CDD recomendou, além de metas mais ambiciosas, uma revisão do PPA que retratasse de forma mais completa as ações do Plano Viver sem Limite II. A criação da Agenda Transversal representará um grande avanço, uma vez que a inclusão da pessoa com deficiência requer atuação de diversas áreas de ação governamental setorial.

# Monitoramento do Grupo de Trabalho de Periferias

## Potências Negras Tecnologia – GT Periferias

A iniciativa “Potências Negras Tecnologia” é uma ação desenvolvida no âmbito do Grupo de Trabalho de Periferias, com objetivos no curto, médio e longo prazo, com o fim de compatibilizar a escassez de profissionais qualificadas e de mão de obra especializada no setor de tecnologia, com a necessidade de capacitação, geração de renda e oportunidades para a população negra, especialmente de territórios periféricos e marginalizados.

A Proposta do Potências Negras – CDESS é evidenciar como utilizar os ensinamentos presentes no Sankofa (perfilar futuro sem se descuidar da aprendizagem que o passado agrega) para estruturar, propor, modificar ou ajustar as políticas públicas para compensar, elevar e potencializar talentos e competências de pessoas negras, tendo como eixo estruturante as interseccionalidades focadas principalmente em raça e gênero, e como estratégia de alcance às oportunidades contidas no ecossistema da tecnologia e inovação. O direito à educação, à saúde, à moradia e à justiça social são pilares fundamentais neste processo que têm como meta a assunção à cidadania de fato.

O grupo Potências Negras, formado por conselheiras negras do Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável (CDESS), realizou uma oficina em 9 de outubro de 2024 para discutir e elaborar ações prioritárias para a população negra. O encontro, que aconteceu na Sede do Banco do Brasil, em Brasília, teve como objetivo central analisar o impacto do racismo na tecnologia e propor soluções para promover a inclusão digital e combater as desigualdades raciais.

Durante a oficina, os participantes debateram sobre a importância de incluir a população negra na construção de políticas públicas e como a tecnologia pode ser um instrumento tanto de inclusão quanto de exclusão. A programação incluiu palestras de especialistas, rodas de conversa e apresentações artísticas. Um dos destaques foi a apresentação do programa Jovem de Expressão, que utiliza o audiovisual e a cultura como ferramentas de transformação social.

Nesta perspectiva, foram reunidos profissionais da sociedade civil comprometidos com a emancipação por meio do conhecimento, do (re)conhecimento de sua identidade de negros/negras latino-americanas e suas tecnologias sociais para sobreviver ao racismo. Também foi debatida a importância do fortalecimento da economia desenvolvida a partir da comunidade negra, que a partir de aquilombamento contribui na pirâmide econômica.



A oficina contou com a participação de conselheiras negras do CDESS, agentes públicos, microempendedoras sociais, acadêmicos negros e representantes de movimentos sociais, que juntos discutiram a necessidade de promover a qualificação profissional da população negra, especialmente dos jovens, para que possam ocupar espaços de decisão e contribuir para a construção de um futuro mais justo e equânime.

Importante ressaltar que a população negra veio em diáspora forçada para o Brasil porque as populações africanas dominavam tecnologias agrícolas, de mineração e mesmo sociais, que os europeus não dominavam: as técnicas de metalurgia, têxteis, agrícolas, de carpintaria, matemática e arquitetura eram bastante refinadas e desconhecidas dos portugueses. A tecnologia nos trouxe em diáspora forçada. No entendimento dos movimentos e pesquisadores de pessoas negras, nada mais justo que a tecnologia, em processo de reparação histórica, seja também estratégia para tirar da invisibilidade cidadã pessoas negras.

Como reforço ao argumento, foram apresentados, pelas empresas de tecnologia, dados sobre empregabilidade, potencial estratégico dos produtos tecnológicos para combate à miséria e desigualdades e falta de profissionais qualificados para o trabalho nas empresas de tecnologia: O Brasil deve gerar quase 420 mil vagas no setor de Tecnologia da Informação, em todo o ecossistema - até 2025, mas ainda há dificuldade em encontrar profissionais da área para ocupá-las. Segundo a BRASSCOM (Associação das Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação e de Tecnologias Digitais), existe uma demanda média anual de 159 mil profissionais no país, mas o Brasil só forma 53 mil pessoas na área por ano. Em 2022, a média salarial na área atingiu o valor de R\$ 12.147, que corresponde a 29% acima do ano de 2021.

**Em reunião preliminar para concepção e planejamento da iniciativa, o grupo chegou ao seguinte diagnóstico e pontos críticos de atenção:**

- **Capacitação Inadequada:** A formação básica ineficaz e habilidades técnicas incipientes criam grandes lacunas na preparação dos profissionais;
- **Evasão de Talentos:** Muitos profissionais talentosos estão migrando para mercados internacionais em busca de melhores oportunidades;
- **Abandono de Cursos:** As altas taxas de desistência nos cursos de formação em áreas tecnológicas resultam em um número insuficiente de profissionais qualificados;
- **Descompasso entre Formação e Demanda:** As instituições de ensino (IEs) e os institutos de ciência e tecnologia (ICTs) não conseguem formar profissionais na velocidade e qualidade que o mercado de trabalho exige.

Nesta perspectiva, o objetivo central do evento foi a construção, em parceria, de propostas factíveis para que a produção tecnológica se apresente como estratégia para modificar

o estabelecido e combater condições assimétricas de vivências. Para tanto, a proposta de um encontro que junte CEOs de empresa de tecnologia, empreendedores e agentes da economia solidária, produtores de conteúdos e desenvolvedores, agentes públicos e acadêmicos: a proposta é reunir quem precisa que as políticas públicas de tecnologia e inovação cheguem ao território, quem emprega para o setor de tecnologia e quem propõe política pública para avançar no campo da inovação e tecnologia.

#### **Princípios orientadores:**

- Priorizar a contribuição das pessoas em função de seu lugar de fala, ou seja, organizar a partir do campo de atuação, mas, misturando perspectivas plurais;
- Investimento na produção de ações intersetoriais e interseccionais;
- Foco na priorização de ações objetivas e concretas, com priorização;
- Organização de um produto preliminar que demarque a participação do grupo no desenvolvimento de todo o Plano;
- Apresentar metas e entregáveis.

#### **Perguntas orientadoras:**

A proposta se estruturou sobre a necessidade de refletir sobre como a produção de tecnologia e inovação impactar a vida das pessoas invisíveis e vulnerabilizadas:

Como as pessoas excluídas da cadeia produtiva em função de raça e território podem se beneficiar da tecnologia como estratégia de assunção a renda, melhoria das condições e vivências nas periferias, bicos e favelas? Como as pessoas que não pertencem à geração Z e que estão envelhecendo sem uma renda que as habilite a ter dignidade podem ser incluídas nesta cadeia produtiva? Como as habilidades necessárias para viver e conviver em um mundo altamente tecnológico foram incorporadas à Base Nacional Comum Curricular da Educação Básica? Há estrutura para viabilizar a proposta contida na BNCC? Como melhorar a Educação Básica contribui para ampliar a competitividade do mercado de tecnologia brasileiro? O que as empresas de tecnologia podem fazer para contribuir para a formação de pessoas em serviço e quais as compensações poderiam ser apresentadas como contrapartida pelo poder público? Como transformar territórios periféricos em territórios de inovação? Quais as boas práticas existentes no Brasil?

#### **Os principais pontos debatidos no evento foram:**

**Racismo algorítmico e inclusão digital:** a oficina evidenciou a importância de discutir o racismo presente nos algoritmos e a necessidade de construir tecnologias mais inclusivas e justas. Destacou ainda a importância de que as pessoas por trás dessas tecnologias sejam conscientes dos impactos sociais de suas criações.

**Qualificação profissional e oportunidades para mulheres negras:** houve consenso sobre a necessidade de promover a qualificação profissional de mulheres negras em áreas de tecnologia, como programação, criação de conteúdo digital e redes sociais. A iniciativa enfatizou também a importância de criar oportunidades para que as meninas se interessem por essas áreas desde a infância.

**Empreendedorismo e acesso ao mercado de trabalho:** a oficina destacou a importância do empreendedorismo para mulheres negras e a necessidade de criar um ambiente mais favorável para que elas possam iniciar seus próprios negócios. Além disso, discutiu-se os desafios enfrentados pelas mulheres negras no mercado de trabalho e a importância de políticas públicas que promovam a inclusão racial.

**Parcerias e políticas públicas:** houve reconhecimento da importância de se estabelecer parcerias entre o governo, empresas, sociedade civil e movimentos sociais para promover a inclusão digital e combater o racismo.

**Necessidade de mudanças estruturais:** evidenciou a necessidade de mudanças estruturais profundas para promover a inclusão racial no mercado de trabalho de tecnologia. Defesa enfática da importância de investir em educação, qualificação profissional e em políticas públicas que combatam o racismo e a desigualdade.

### **Encaminhamentos e recomendações:**

Como resultado do primeiro encontro realizado pelo Potências Negras Tecnologia, iniciativa que será aprofundada e desdobrada ao longo do próximo ano, destacam-se as seguintes medidas:

#### **1) Mapeamento das Necessidades do Mercado**

- a) Realizar uma pesquisa detalhada para identificar as áreas dentro da tecnologia com maior escassez de profissionais e mapear as empresas que sofrem com essa falta de talentos;
- b) Coletar dados sobre a localização dessas empresas e listar a quantidade de vagas disponíveis;

#### **2) Medidas para o mercado de trabalho**

- a) Ampliar, junto às empresas nacionais, contratos diferenciados para funcionários com filhos neurodivergentes;
- b) Diálogos formativos para inclusão efetiva de talentos negros.

#### **3) Conexão com Iniciativas Existentes**

- a) Conectar-se com entidades que já trabalham para solucionar lacunas na área de tecnologia da informação, como Programaria, Manas Digitais, Maria Lab, UX para Minas Pretas, Afroyá, Black in Tech (INSPER), e outras;

- b) Mapear projetos genuínos presentes nas comunidades periféricas e que possam ser apoiados e fortalecidos pelo Potências Negras Tecnologia;
- c) Campanha e divulgação da coalizão de redes “Tire meu rosto da sua mira”, que debate sobre o banimento do reconhecimento facial com uso de tecnologias digitais, e realização de um ciclo formativo.

#### **4) Fortalecimento da Educação Técnica em Territórios Vulnerabilizados**

- a) Estabelecer escolas técnicas em áreas vulneráveis e garantir programas de mentoria para o desenvolvimento de habilidades socioemocionais, preparando melhor os estudantes para o ambiente corporativo;
- b) Usar como modelo a Escola SENAI Paulo Antonio Skaf, em São Caetano do Sul, conhecida pelo desempenho exemplar e disruptivo;

#### **5) Propostas para a Educação Básica**

Reconhecemos que a base de qualquer desenvolvimento sustentável está na educação. Portanto, propomos medidas significativas na educação básica, especialmente em territórios periféricos:

##### **5.1) Escola em Tempo Integral**

- a) Oferecer educação em tempo integral para crianças do 1º ao 9º ano, utilizando o contraturno para introduzir educação mediada, com ênfase em Matemática e português;
- b) Implementar programas semelhantes ao modelo de sucesso do Estado do Piauí.

##### **5.2) Melhoria da Infraestrutura Escolar**

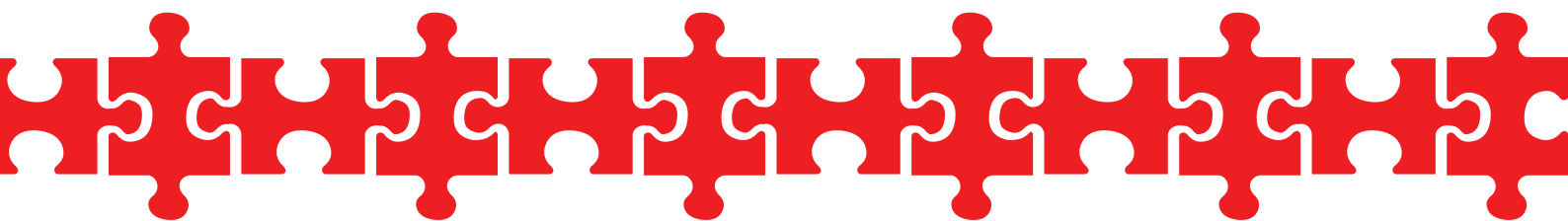
- a) Investir na infraestrutura das escolas públicas, garantindo que todas ofereçam um ambiente de aprendizado seguro e estimulante, especialmente em áreas vulneráveis.

##### **5.3) Engajamento da Comunidade**

- a) Promover o envolvimento da comunidade com as escolas locais, incentivando a participação ativa dos pais e moradores no processo educacional;
- b) Cartilha de Data Privacy para educadores;
- c) Diálogo com as escolas: abertura de espaços de debate amplo, político e situacional.

#### **6) Proposta para contratações públicas**

- a) Alteração da Lei nº 14133, de 1º de abril de 2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos): inclusão, como critério para contratação com a Administração Pública, da aderência ao Código das Melhores Práticas da Promoção de Igualdade Racial (a ser elaborado) por parte de fornecedores de bens e serviços, especialmente para contratos de maior materialidade.
- b) Elaboração do Código de Melhores Práticas da Promoção da Igualdade Racial, a exemplo



## Ficha Técnica Potências Negras Tecnologia

### **Conselheiras inscritas:**

06 (Ana Fontes; Alcielle dos Santos; Monica Veloso; Nina Hora; Jeovani Salomão)

### **Grupo Coordenador:**

Ana Fontes, Alcielle dos Santos e Monica Veloso

### **Equipe CDESS:**

Rosangela Aparecida Hilário, Douglas Nunes e João Salgado

### **Data de Instalação:**

21 de maio de 2024

### **Reuniões realizadas:**

12 entre quinzenais para planejamento e articulação de parcerias para desenvolvimento, online e presenciais

### **Presenciais para organização, ajustes e realização**

### **Ministérios e Instituições envolvidas:**

Confederação ASSESPRO, ABES, BRASSCOM, Diversitas/FFLCH/USP, FECOMÉRCIO – DF, Universidade Católica de Brasília, Banco do Brasil, Ministério da Ciência e Tecnologia, INSPER/SP, Tribunal de Contas da União e SINDSEI/DF.

### **Principais políticas e programas analisados:**

Durante todo o processo foram analisados dados estatísticos e sociais sobre o genocídio da juventude negra no Brasil e o potencial transformador da tecnologia como fator de inclusão social. Nesta perspectiva foram estudadas as pesquisas sobre a ausência de profissionais para o ecossistema tecnológico, a pauta da igualdade salarial e necessidade de ajustes na lei para alcançar todas as pessoas, o apagão docente e seus impactos na formação de profissionais para a tecnologia, o impacto da falta de profissionais negros no grupo que organizou o Plano de Inteligência Artificial para o MCTI (os "equivocos" que reforçam o racismo institucional), Parecer CNECEB 02/2022 e no dia da reunião de problematização em Brasília a BRASCOM fez o pré-lançamento de sua pesquisa nacional com o recorte "Presença e impacto de Mulheres Negras no Mercado de Tecnologia" e a Confederação ASSESPRO apresentou uma perspectiva do uso da Inovação e Tecnologia como fator de inclusão e transformação social. Por fim, foi apresentado a intenção da próxima edição: boas práticas.



# Iniciativa Especial

## HACKATON - COMBATE À DESINFORMAÇÃO SOBRE MUDANÇAS DO CLIMA: promovendo a integridade da informação

### Contextualização

O Hackaton é uma das iniciativas de popularização da ciência previstas no Decreto no 11.754, de 25 de outubro de 2023, que institui o Programa Nacional de Popularização da Ciência (Pop Ciência) e o Comitê de Popularização da Ciência e Tecnologia (Comitê Pop), promovida pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (SECOM).

De origem da língua inglesa, Hackathon é um termo que junta as palavras “hack” (programar) e “marathon” (maratona). No Brasil, é utilizado em atividades entendidas como maratonas de programação ou inovação.

No Governo Federal, através do Decreto, o Hackaton (com pequena variação do termo inglês na supressão da letra H) assume a ótica de uma maratona de inovação, mais precisamente na agenda de combate à desinformação.

A ação teve sua primeira edição em 2023 no combate à desinformação sobre vacinas nas escolas, contando com a participação de 80 estudantes do ensino médio de escolas públicas do Plano Piloto.

Em sua segunda edição, no ano de 2024, o Hackaton assumiu a pauta de combate à desinformação contra mudança do clima, no lema: “COMBATE À DESINFORMAÇÃO SOBRE MUDANÇAS DO CLIMA: promovendo a integridade da informação”. Como novidade desta edição, a ação contou com inclusão do Conselho de Desenvolvimento Econômico Social e Sustentável da Presidência da República (CDESS) e do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict) como organizadores. A participação das escolas foi ampliada para alunos do 8º ano do ensino fundamental ao ensino médio de todas as escolas públicas e institutos federais do Brasil. A estrutura assumiu duas etapas, sendo a primeira etapa totalmente online para submissão do projeto e a segunda presencial em Brasília para os 5 finalistas, um de cada região do país.

## **2º HACKATON - COMBATE À DESINFORMAÇÃO SOBRE MUDANÇAS DO CLIMA: promovendo a integridade da informação** **Combate à desinformação sobre mudanças do clima**

O segundo “Hackaton contra a Desinformação”, em sua primeira etapa, teve a parceria institucional do Ministério da Educação (MEC), da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES), da Secretária Nacional de Juventude (SNJ) para divulgação do projeto entre todas as escolas públicas e institutos federais. Puderam se inscrever no Hackaton uma equipe de cada instituição composta por 3 a 5 estudantes de 8º e 9º ano do ensino fundamental e estudantes do ensino médio, além de um professor da mesma instituição de ensino. As inscrições foram gratuitas e sem restrições de localidade.

A primeira etapa teve seu período de inscrições do dia 12 de setembro a 15 de outubro de 2024. Houve mais de 85 projetos inscritos de todas as regiões do Brasil. Os cinco finalistas, correspondentes à maior nota de cada região do país, foram divulgados em 16 de outubro.

Todos os finalistas selecionados iniciaram a segunda etapa do edital, contando com cursos online acerca da temática de desinformação e integridade da informação, fornecidas pelos parceiros SaferNet e Unicef. Além disso, o trajeto da segunda etapa contou com a participação ativa do CDESS, que instituiu um(a) Conselheiro(a) como mentor(a) de cada equipe, em uma avaliação de afinidade temática entre o projeto finalista e a expertise de cada Conselheiro(a).

Nos dias 06 e 07 de novembro, todas as equipes finalistas estiveram em Brasília para o finalizar o programa de treinamento da segunda etapa e realizar a apresentação final dos projetos. O fim do treinamento contou com uma visita técnica à Empresa Brasileira de Comunicação (EBC) e a mentoria com os Mentores Conselheiros do CDESS.

A mentoria teve o objetivo de integrar os agentes da sociedade civil com expertise no tema para refinamento dos projetos formulados e desenvolvimento da apresentação final.

As equipes finalistas foram:

### **Protagonistas do Clima – Sudeste**

#### **Projeto: Revista Digital “Diálogos climáticos: informação que transforma”**

Escola Municipal de Ensino Fundamental Maria de Fátima Faria Área, de Campinas, São Paulo

Integrantes: Alessandra Santos de Jesus; Gabrielly Freitas Marinho; Geyzianny Carvalho de Oliveira; Giovanna Rodrigues de Godoy; Laura Lawane Andrade Gomes

Professor: Henrique Botin Moraes

### **Ecoscan – Sul**

**Projeto: Sinal Verde para o Monitoramento Digital de Práticas Sustentáveis para combater o “Greenwashing”.**

Escola de educação básica Casimiro de Abreu, em Campo Belo do Sul, Santa Catarina.

Integrantes: Ana Júlia Rodrigues Cândido; Flávia Aparecida Maciel de Proença; Glenda Mesquita de Moraes; Maria Helena Palhano Pires;

Professora: Debora Aparecida Almeida

### **Eco Guardiões - Norte**

**Projeto: “A missão Supi”, combatendo a desinformação por meio da gamificação.**

Escola Estadual Eliana Socorro Pacheco Braga, de Manaus, Amazonas.

Integrantes: Ana Gabrielle Campos Veras; Beatriz Laranjeira Barroso; Eduardo Batista da Silva; Patrielly Mayura Oliveira da Silva

Professora: Stephane Thalytha Silva Pires

### **Guardiões da Informação - Centro-Oeste**

**Projeto: Biblioteca como agente de combate à desinformação, produtos e serviços como condicionantes do informar no contexto climático e ambiental de Inhumas-Goiás.**

Instituto Federal de Goiás - Câmpus Inhumas.

Integrantes: Luis Guilhermy Marinho da Silva; José Henrique Gouveia Raimundo; Sara Eduarda França Azevedo

Professora: Maria Aparecida Rodrigues de Souza.

### **Oby Verde e Azul – Nordeste**

**Projeto: Clima em Jogo, combate à desinformação sobre mudanças climáticas a partir da ludicidade de jogos online.**

Instituto Estadual de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão, de São José de Ribamar, Maranhão.

Integrantes: Ana Clara Reis Mendes, Ester Garcês dos Santos Barros, Fernando Brandão Lima, Josivan do Lago Silva, Maria Ketlen Dias Melonio

Professora: Rafaella Cristine de Souza

**Os Conselheiros escolhidos como mentores foram:**



Cláudio Loureiro - Acionista e CEO da Heads Propaganda. Atua em vários conselhos e faz trabalhos de mentoria.

Elisa Wandelli - Pesquisadora da Embrapa Amazônia Ocidental. É Conselheira do Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas.

Esther Bemerguy - Economista e Vice-presidente da Conselho Editorial do Senado. Foi Secretária do CDES entre 2004 e 2011.

Glória Guimarães - Executiva com mais de 35 anos de experiência em cargos executivos nas áreas de Tecnologia da Informação, Inovação, Transformação Digital e Compliance.

Manuella Mirella - Presidenta da União Nacional dos Estudantes, estudante de Engenharia Ambiental, pesquisadora e militante da educação.

A apresentação final ocorreu na noite do dia 07 de novembro, durante a 21ª Semana Nacional de Ciência e Tecnologia, no anexo da Museu Nacional em Brasília. O evento contou com a presença da Ministra de Ciência, Tecnologia e Inovação, Luciana Santos; o Secretário Executivo da Secretaria do Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República, Paulo Pereira; o Secretário de Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento Social do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, Inácio Arruda; o Secretário de Políticas Digitais da Secretaria de Comunicação Social, João Brant; o Diretor do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Tiago Braga; e o participante do primeiro Hackaton e pesquisador do Ibict pelo CDESS, Lucas Cruz.

A banca julgadora foi composta pelos demais parceiros institucionais: Unicef (Alê Barbosa); Instituto Alana (Fernanda Andrade); SaferNet (Gustavo Barreto); Ministério do Meio Ambiente (Marcela Cristina Rosas Aboim Raposo); Instituto Vero (Agenor Neto); Ministério da Justiça (Tomaz Miranda); Ministério da Saúde (Luis Saraiva); Associação Nacional de pós-graduandos (Gabriela Beraldo); UBES (Paulo Henrique Araujo).

Por fim, houve premiação à todas as equipes finalistas, além de uma premiação extra para a equipe vencedora, que envolveram equipamentos fornecidos pela parceria formada com a Receita Federal e a viagem imersiva sobre a temática, fornecida pela Unicef.

A equipe vencedora foi convidada a participar da 4ª Plenária do CDESS para entregar ao Presidente da República um livro editado pelo Ibict com as melhores propostas de combate à desinformação apresentadas durante as duas etapas do Hackaton.

#### **Projeto vencedor:**

**“A missão de Supí”: Combatendo a desinformação por meio da gamificação. Nome da Equipe: “Eco Guardiões” - Manaus/ AM**

### **Equipe:**

**Professora:** Stephane Thalytha

**Alunos:** Ana Gabrielle Campos Veras; Beatriz Laranjeira Barroso; Eduardo Batista da Silva; Patrielly Mayura Oliveira da Silva. do Código de Melhores Práticas de Governança Corporativa, produzido pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC).

## **Ficha Técnica Hackaton**

### **Conselheiras inscritas:**

05 (Cláudio Loureiro, Elisa Wandelli, Ester Bemerguy, Glória Guimarães, Manuella Mirella)

### **Equipe CDESS:**

João Salgado

### **Equipe IBICT:**

Lucas Cruz e Luciana Ribeiro

### **Reuniões realizadas:**

12 entre reuniões gerais, de coordenação e treinamentos.

### **Ministérios e Instituições envolvidas:**

Ministério da Ciência Tecnologia e Inovação; Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República; Ministério da Educação; Ministério do Meio Ambiente; Ministérios da Justiça e Segurança Pública; Secretária da Juventude da Secretária-Geral da Presidência da República; Receita Federal; Empresa Brasileira de Comunicação; Unicef; União Brasileira dos Estudantes; União Brasileira dos Estudantes Secundaristas; Instituto Vero; Instituto Alana; SaferNet.

## Ficha Técnica da CDD

### Conselheiros inscritos:

54

### Grupo coordenador:

**13 conselheiros:** Antônio Augusto de Queiroz, Cristiana Santos, Cristina Assunção Dora Cavalcanti, Enilson Moura, Franklin Felix, João Domingos, Marcus Vinicius Furtado Coêlho, Martinha Dutra, Patrícia Villela Marino, Priscila Pamela, Walfrido Jorge Warde Junior; e Wilson Ramos Filho (Xixo)

### Equipe CDESS:

Paula Pires Penna e Naves, Tatiana Severino de Vasconcelos

### Equipe IBICT:

Anna Brisola, Frederico Ramos Oliveira

### Data da instalação:

22 de agosto de 2023

### Reuniões realizadas:

oito, entre reuniões gerais, de coordenação e temáticas para discussão dos eixos de trabalho.

### Ministérios e entidades envolvidos:

Ministérios da Justiça e Segurança Pública; Conselho Nacional de Justiça; Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República; Ministério de Direitos Humanos e Cidadania; Advocacia Geral da União; Tribunal Superior Eleitoral.

### Principais políticas e programas analisados:

Plano Pena Justa; Mutirões de desencarceramento; Saúde com Ciência; ações da Secretaria de Direitos Digitais; ações da Procuradoria Nacional de Defesa da Democracia; Ações da Secretaria Nacional de Segurança Pública; Programa Permanente de Enfrentamento à Desinformação do TSE.



# Comissão de Tecnologia, Inovação e Transformação Digital

**2º Semestre de 2024**

# Mini-Índice

Contextualização .....	37
Atividades CTITD.....	38
Análise Crítica do Plano Brasileiro de Inteligência Artificial (PBIA).....	39
Recomendações para a Estratégia Brasil 2050.....	40
Articulação para parcerias do setor privado com os IFs.....	41
Governança Centralizada da Transformação Digital.....	42

## Contextualização

A Comissão de Tecnologia, Inovação e Transformação Digital tem como missão servir como espaço qualificado de interlocução entre sociedade e governo na construção de uma agenda estratégica para a transformação digital.

Instalada em 24 de agosto de 2023, com a presença da Ministra de Gestão e Inovação em Serviços Públicos, Esther Dweck, do Presidente do Comitê Interministerial para a Transformação Digital, Pedro Pontual, e de representantes de outros oito ministérios, a Comissão estruturou suas atividades em torno de quatro eixos:

- 1. Infraestrutura:** Desenvolver a infraestrutura e as condições técnicas necessárias à implantação plena do digital no Governo, na iniciativa privada e na sociedade brasileira.
- 2. Educação e Capacitação:** Qualificação da sociedade (tanto no nível individual quanto organizacional) para o uso de tecnologias maduras e emergentes com objetivo de incluir pessoas e elevar a distribuição de renda.
- 3. Ambiente de Negócios:** Consolidação de ambiente jurídico-institucional favorável à inovação, ao desenvolvimento tecnológico, ao fortalecimento do mercado interno e à transformação digital.
- 4. Fomento à inovação:** Fomento à inovação com o objetivo de direcionar os investimentos em projetos que o país possa liderar, ser referência global ou ser parceiro prioritário de novas tecnologias; onde o Governo seja um indutor relevante para o desenvolvimento da indústria em solo brasileiro.

Na segunda reunião plenária do CDESS, realizada em dezembro de 2023, a CTITD entregou recomendações ao Presidente da República e realizou posterior encaminhamento a ministérios setoriais e à Casa Civil, com o objetivo de aprimorar o monitoramento das ações de governo e qualificar os trabalhos do CDESS.

Entre as principais ações estavam a criação de um órgão supraministerial para coor-

denar o Plano Brasil Digital; a antecipação da Política Nacional de Educação Profissional e Tecnológica; um programa de qualificação digital para pequenas e médias empresas; a priorização do letramento digital na educação; e um plano para ampliar a agenda de governo aberto. Além disso, foram recomendados mecanismos de autenticação via gov.br, a modernização da legislação municipal para expansão do 5G e o programa “Conexão Cidadã”, para oferecer acesso gratuito a serviços governamentais digitais essenciais.

No primeiro semestre de 2024, a CTITD realizou mais de 23 reuniões, coordenando esforços para consolidar diagnósticos e recomendações no Plano Brasil Digital 2030+. O Plano incluiu discussões preliminares com o Presidente sobre governança centralizada e novas sugestões de conselheiros e agentes públicos. Para o desenvolvimento do Plano, houve uma fusão dos esforços dos eixos de Infraestrutura e Fomento à Inovação.

Destacam-se dois eventos: um workshop sobre o Plano Brasil Digital 2030+ e outro sobre Conectividade nas Escolas e Letramento Digital, que reuniu autoridades para discutir infraestrutura e educação. O eixo de Ambiente de Negócios avançou em parcerias para Neointustrialização e integrações com o G20. A Comissão também acompanhou as discussões sobre a governança de Projetos Tecnológicos de Alto Impacto, tema em debate entre ministérios.

## Atividades CTITD

No segundo semestre de 2024, a CTITD apoiou a articulação para a criação de um mecanismo de governança centralizada de políticas públicas relacionadas ao digital, pilar central do Plano Brasil Digital 2030+, e a construção junto à Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (Setec/MEC) de um instrumento jurídico de parceria entre o setor privado e os Institutos Federais.

Para além disso, destacam-se o encontro com o Ministro Alexandre Padilha, as ações desenvolvidas no âmbito do G20, os encontros ao redor do tema de Inteligência Artificial, a visita técnica ao Serpro e, por fim, os encontros da própria comissão.

### **Dentre as entregas da CTITD neste semestre, listam-se:**

- Análise crítica do Plano Brasileiro de Inteligência Artificial;
- Envio de recomendações para integrar a Estratégia Brasil 2050, da Secretaria Nacional de Planejamento do Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO);
- Articulação para publicação de Instrumento jurídico de Chamamento Contínuo de parcerias com o setor privado com os Institutos Federais; e
- Discussão para o estabelecimento da Governança centralizada da Transformação Digital, liderada pelo Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI).

# Análise Crítica do Plano Brasileiro de Inteligência Artificial (PBIA)

Em setembro de 2024, a CTITD realizou uma análise crítica do Plano Brasileiro de Inteligência Artificial (PBIA). Os participantes consideraram que o plano, apesar de bem-intencionado, é ainda demasiado geral e carece de alinhamento com uma estratégia nacional. Foi recomendado que o PBIA seja integrado ao Plano Brasil Digital 2030+, proporcionando uma visão mais coesa e alinhada às metas de longo prazo. Houve também uma ênfase na necessidade de incluir especificidades que permitam a operacionalização eficiente do plano nos Ministérios responsáveis.

A análise destacou a importância de abordar desigualdades regionais que podem impactar a implementação do plano. O PBIA deve contemplar ações que assegurem a distribuição equitativa de tecnologia e recursos para todas as regiões, não limitando os benefícios aos grandes centros do eixo Sudeste. Além disso, o fortalecimento de laboratórios nacionais de inteligência artificial foi citado como fundamental para difusão do conhecimento e para incentivar a inovação em IA. Esses laboratórios podem estimular o desenvolvimento tecnológico por meio de parcerias entre academia e setor privado, consolidando a formação de profissionais especializados.

Outro ponto central da discussão foi a difusão e capacitação em IA. Os conselheiros consideraram essencial incluir inteligência artificial nos currículos educacionais desde o ensino básico até o superior, e criar programas de formação técnica para preparar jovens para o mercado de IA. Iniciativas de letramento digital e campanhas educativas foram apontadas como formas de promover a inclusão digital e auxiliar a sociedade a se adaptar às mudanças tecnológicas. Houve também sugestões de usar o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) para apoiar a formação de estudantes em áreas de STEM (Science, Technology, Engineering and Mathematics), facilitando o acesso a carreiras relacionadas à IA.

No eixo de melhoria dos serviços públicos, os conselheiros enfatizaram a oportunidade de integração da IA nos municípios, priorizando o apoio a empresas locais. Propôs-se que o BNDES ofereça fundos garantidores para pequenas empresas e municípios interessados na implementação de soluções de IA. O acesso a linhas de crédito específicas para essas localidades foi visto como um fator que pode facilitar a adoção da tecnologia para otimizar os serviços públicos, tornando-os mais eficientes e acessíveis.

Em relação ao apoio à inovação empresarial, o PBIA precisa de ajustes nos modelos de financiamento, de forma a oferecer mecanismos flexíveis e adaptados às necessidades de empresas de diferentes portes. A revisão do arcabouço legal também foi recomendada para remover barreiras que dificultam a inovação, especialmente para startups. A criação

de um ecossistema integrado, que alinhe os esforços de infraestrutura e inovação, é essencial para garantir o progresso robusto da IA no Brasil.

O eixo regulatório, por sua vez, foi identificado como um dos pontos mais críticos, principalmente pela falta de alinhamento entre o PBIA e o Projeto de Lei – PL 2338/2023, que regula a IA. Os conselheiros enfatizaram a importância de uma governança coesa e integrada, ressaltando que a desconexão entre as definições de IA nesses documentos pode prejudicar a implementação do plano. Recomendaram uma regulamentação ajustada à realidade prática e ao mercado para não sufocar a inovação.

Houve também uma proposta de criação de “sandboxes” regulatórios em parceria com a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), permitindo que soluções em IA sejam testadas e ajustadas em um ambiente controlado. A cibersegurança foi outro ponto destacado, com a sugestão de estabelecer padrões de segurança robustos que posicionem o Brasil como líder em IA no Sul Global. Uma maior articulação com o setor privado e a adoção de padrões técnicos e científicos de segurança também foram sugeridos para fortalecer a confiabilidade do sistema.

Em síntese, a análise da CTITD destacou pontos centrais para o sucesso do PBIA, incluindo a distribuição equitativa de infraestrutura, a educação e formação em IA, apoio à inovação empresarial, e uma governança regulamentar que equilibre a segurança e o desenvolvimento tecnológico. Esses aspectos são fundamentais para que o Brasil avance de forma estruturada e competitiva no cenário global de inteligência artificial.

## Recomendações para a Estratégia Brasil 2050

A Portaria GM/MPO nº 244, de 7 de agosto de 2024, estabeleceu os procedimentos e prazos para a elaboração da Estratégia Brasil 2050, uma iniciativa estratégica voltada para o planejamento de longo prazo do país, concebida como um Plano Plurianual para orientar, definir diretrizes e estabelecer metas para as políticas públicas prioritárias do Brasil até o ano de 2050.

Entre os principais pontos destacados estavam as premissas de aumentar a produtividade total dos fatores, impulsionar a inovação na economia brasileira e analisar os efeitos econômicos, sociais e ambientais da mudança do clima para criar uma base sólida de enfrentamento dos desafios econômicos e ambientais, promovendo um crescimento sustentável e inovador.

Apartir da publicação, a CTITD submeteu o Plano Brasil Digital 2030+ e suas recomendações



foram acatadas. A Secretaria de Planejamento Nacional do MPO divulgou em 12 de novembro um Inventário de Estudos e Publicações de Longo Prazo, onde consta o documento no inventário lado a lado a planos e estudos prospectivos, incluindo contribuições de entidades internacionais com foco em cenários globais.

Em evento realizado em 2/12, foram promovidas Oficinas de Estudos Temáticos com o objetivo de aprofundar as discussões sobre temas estratégicos. Tendo como base o estudo temático “Transformação digital, segurança cibernética e proteção de dados” para as discussões e alinhando as expectativas entre todos os participantes, foram apresentadas as responsabilidades de cada Ministério, incluindo o papel do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, que atuou como moderador e facilitador do evento, assegurando a fluidez das discussões. O Ministério do Planejamento e Orçamento teve a função de Coordenador e Relator da oficina, garantindo o bom andamento dos trabalhos e a sistematização das contribuições

## **Articulação para parcerias do setor privado com os Institutos Federais do Ministério da Educação - MEC**

### **Introdução**

Embora haja uma intenção clara e diversos projetos em andamento, a maioria das empresas enfrenta dificuldades para transformar suas iniciativas em parcerias concretas com os Institutos Federais do MEC. O principal obstáculo é a ausência de instrumentos e processos burocráticos adequados para viabilizar essas parcerias.

Por parte da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec) do MEC, os principais desafios citados são a demanda por segurança jurídica nas parcerias e a necessidade de um filtro mais eficiente das necessidades reais dos Institutos Federais (IFs), como a localização, o curso oferecido e outras especificidades.

Entre as empresas, existe um grande interesse em promover iniciativas com os IFs, mas os maiores desafios estão na implementação e nas negociações burocráticas com o MEC.

### **Análise CTITD/CDESS**

A análise realizada pelos membros da Comissão Técnica de Inovação e Transformação Digital (CTITD) e pelos convidados do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDESS) destaca a importância de criar um marco regulatório e burocrático mais eficiente para facilitar as parcerias entre o setor privado e os IFs. Também há um consenso sobre a necessidade de promover a simplificação dos processos e garantir uma comunicação mais clara entre os atores envolvidos, de modo a superar os entraves burocráticos e tornar as

parcerias mais ágeis e produtivas.

O CDESS está, portanto, atuando para articular a publicação de um edital contínuo, que se constitua em uma ferramenta que ajude a superar esses obstáculos, oferecendo uma estrutura mais flexível para a implementação de parcerias entre as empresas e os Institutos Federais.

## Governança Centralizada da Transformação Digital

Principal recomendação da Comissão ao governo em 2023 e 2024, a necessidade de uma governança centralizada segue uma demanda da CTITD para avançar na estratégia de transformação digital enquanto alicerce do Plano Brasil Digital 2030+ e da transformação digital do Brasil. O tema foi discutido por mais de uma vez com o Secretário-Executivo Adjunto da Casa Civil e presidente da CIT Digital, sendo exposto formalmente para o Ministro durante encontro dos Conselheiros com o mesmo em reunião em São Paulo, em 30/8.

Até o fechamento deste relatório, ainda estava em definição o locus de governança do Plano.

## Eventos

### Participação CTITD: Renovação da Lei de TICs

Entre os esforços impulsionados pelo Plano Brasil Digital 2030+, estava a renovação da Lei de TICs, que ocorreu no lançamento da Missão 4 da NIB (Nova Indústria Brasileira), em 11 de setembro de 2024, em cerimônia no Palácio do Planalto. Busca a missão de impulsionar a revolução digital no país, promovendo a competitividade da indústria nacional e gerando empregos mais qualificados e de maior renda. O evento contou com a presença do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e do vice-presidente e ministro Geraldo Alckmin, além de discurso da Conselheira Rosilda Prates: "As indústrias associadas à P&D investem, em média, 15% do seu faturamento em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação – P&DI – e empregam 76 mil trabalhadores. A previsão é que as associadas, juntas, vão investir cerca de R\$ 16 bilhões até 2026. O valor será aplicado em atividades de infraestrutura, ampliação da capacidade produtiva, modernização das linhas de produção, aquisições de novos equipamentos, internacionalização e desenvolvimento de novas tecnologias e expansão de parques industriais".

O presidente Lula sancionou a prorrogação da Lei de TICs (Lei da Informática), que prevê incentivos adicionais para produtos desenvolvidos com tecnologia nacional (Tecnac), além de créditos percentualmente maiores para as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Os recursos públicos destinados à Missão 4, que serão aplicados até 2026, provêm do Plano Mais Produção, do Brasil Mais Produtivo e de outros programas governamentais, como a Lei de TICs, o Padis e ações do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI). Já os investimentos privados anunciados somam R\$ 85,7 bilhões, com previsão de execução

entre 2024 e 2035. Esses investimentos abrangem ações de infraestrutura, aquisição de máquinas, pesquisa e desenvolvimento (P&D), novas plantas e a diversificação do parque tecnológico, entre outros projetos.

## Organização CTITD: Visita ao Serpro

Em 31 de outubro de 2024, membros do Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável (CDESS – Conselhão) realizaram uma visita ao Centro de Dados do Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro). A visita teve como objetivo conhecer as instalações, serviços, produtos e soluções oferecidas pela instituição, além de compreender sua relevância para a segurança digital e a infraestrutura de tecnologia do governo federal.

Os conselheiros foram recebidos pelo diretor de Operações do Serpro, Wilton Mota, que fez uma apresentação sobre a trajetória da instituição, destacando seus 60 anos de atuação. Mota enfatizou o papel estratégico do Serpro na construção de uma infraestrutura robusta e segura para o tratamento e proteção dos dados e sistemas tecnológicos do governo, sendo um elo essencial para a administração pública e a soberania digital do Brasil.

Um dos pontos destacados na visita foi a apresentação da Nuvem de Governo, uma solução tecnológica desenvolvida com diversos parceiros com o objetivo de garantir a segurança e proteção dos dados do Governo federal. O Serpro também apresentou seus esforços para respeitar os critérios de sustentabilidade, abordando suas iniciativas relacionadas a práticas ambientais, sociais e de governança (ESG).

Sérgio Kamache, assessor da Diretoria de Negócios Econômicos e Fazendários do Serpro, comentou que o objetivo da visita foi dar visibilidade ao Conselhão sobre a contribuição do Serpro para o desenvolvimento digital do Brasil. Kamache ressaltou que a história do Serpro está intimamente ligada à digitalização dos serviços públicos no país e expressou confiança de que os conselheiros puderam perceber o quão bem a instituição está preparada para enfrentar os desafios futuros.

Por fim, um dos pontos que mais chamou a atenção foi a escassez de profissionais qualificados no setor de tecnologia, uma carência tanto no Brasil quanto no cenário global. Foi sugerido que essa situação representa uma oportunidade para estabelecer uma parceria entre o Conselhão, institutos federais de ensino e empresas de tecnologia, com o objetivo de fomentar a formação de novos profissionais e, assim, contribuir para o desenvolvimento de competências essenciais para o futuro do país.

# Anexo I - Análise Crítica do Plano Brasileiro de Inteligência Artificial

PBIA | Análise Crítica, Brasília, 13/9/2024 - reunião online 11h – 12h30

Comissão de Tecnologia, Inovação e Transformação Digital

## Participantes

Conselheiros Coordenadores: Ariela Zanetta (Totvs), Gloria Guimarães (Guimarães Consulting), Jacqueline Lopes (Ericsson), Edvaldo Santos (Ericsson), Nayana Rizzo (Amazon - AWS), Cibele Perillo (Amazon- AWS), Nina da Hora (Instituto da Hora), Renato Gasparetto (Telefonica), Rosilda Prates (P&D), Ketty Lins (P&D)

Conselheiros: Christian Perrone (Microsoft), Marcio Gonçalves (Microsoft), Rodolfo Fücher (ABES) e Marcelo Almeida (ABES)

Convidados: Ana Carolina Lima (Aqualtune), Celso Niskier (Unicarioca), Daniel Annenberg (Instituto i) e Viviane Sedola (Dr. Cannabis)

Equipe SE/CEDESS: Veronica Deviá e Tatiana Vasconcelos

## Comentários gerais

Em uma análise crítica do Plano Brasileiro de Inteligência Artificial, os conselheiros avaliaram que o documento ainda peca pela generalidade. Ressaltaram a necessidade de integrá-lo a uma estratégia nacional, abrangendo diversos eixos transversais, pois a proposta carece de especificidade e detalhamento. Referenciar o Plano Brasil 2030+ poderia ajudar a alinhar as metas e ações do Plano de IA com objetivos de longo prazo, oferecendo uma visão mais coesa e integrada para o futuro.

A análise também reforçou a necessidade de considerar as desigualdades locais e globais, que podem impactar a implementação e a eficácia das estratégias de IA. É crucial coordenar as ações entre os diferentes eixos e garantir que a operacionalização se dê de maneira eficiente dentro dos Ministérios responsáveis, com a convergência para a criação de um ecossistema robusto de inteligência artificial

Além disso, a visão do Plano sobre a IA deveria incorporar uma abordagem mais abrangente, considerando a inteligência artificial não apenas como uma ferramenta tecnológica, mas como um componente central de um ecossistema e uma plataforma integrada que possa promover inovação e desenvolvimento em diversas frentes, além da integração do posicionar o Brasil no ecossistema global. Há um espaço significativo para debate e diálogo com o setor privado, especialmente no que tange à quantidade e direcionamento dos investimentos, o que poderia fortalecer a aplicação prática da IA.

### Eixo 1 - Infraestrutura e Desenvolvimento de IA

Em relação à desigualdade, é essencial que o plano inclua políticas indutoras que promovam o acesso equitativo à tecnologia de inteligência artificial em todas as regiões do país. Atualmente, há uma concentração significativa de recursos e infraestrutura no eixo Sudeste, o que pode limitar o desenvolvimento e a adoção da IA em outras regiões. É crucial estabelecer uma rede de atendimento e acesso que cubra adequadamente essas áreas fora do eixo Sudeste, garantindo que todas as localidades possam se beneficiar das inovações em IA.

Além disso, a criação e o fortalecimento de laboratórios nacionais dedicados ao desenvolvimento de IA são vitais. Estes laboratórios não apenas impulsionam a pesquisa e a inovação, mas também são fundamentais para a difusão do conhecimento existente e o avanço da tecnologia em todo o território nacional. A integração e a aceleração da convergência entre a academia e o setor de IA podem ser promovidas através de programas de graduação e pós-graduação, que devem ser aprimorados e alinhados às necessidades e tendências atuais da IA. A melhoria e o aproveitamento das iniciativas educacionais existentes são essenciais para formar profissionais qualificados que possam contribuir para o avanço da tecnologia no Brasil.

Outro aspecto importante é a atuação do MDIC na atração de investimentos para datacenters, que são cruciais para suportar a infraestrutura necessária para o desenvolvimento e a aplicação da IA. Garantir a capacidade e a infraestrutura adequadas para datacenters ajudará a atender às demandas crescentes de processamento e armazenamento de dados, facilitando o crescimento e a inovação na área de inteligência artificial.

### Eixo 2 - Difusão, Formação e Capacitação em IA

Segundo os Conselheiros, um dos pontos críticos é a necessidade de aproximar a tecnologia do ensino, integrando a inteligência artificial de forma mais efetiva nos currículos educacionais desde os níveis mais básicos até o ensino superior. É importante que a tecnologia esteja associada às políticas públicas que orientam as matrizes curriculares, garantindo que a educação em IA seja uma prioridade e esteja alinhada com as demandas do mercado e as necessidades futuras. Além disso, a proposta do plano deve se concentrar na formação de técnicos especializados em IA desde o ensino médio.

Investir em programas que preparem jovens para carreiras em inteligência artificial pode acelerar a formação de uma força de trabalho qualificada e atender à demanda crescente por profissionais nessa área. O desenvolvimento de currículos técnicos e programas de capacitação específicos para IA desde o início da formação acadêmica é fundamental para preparar uma geração de especialistas aptos a contribuir para a evolução e a aplicação da tecnologia no Brasil.

Adicionalmente, a capacitação deve abranger a utilização prática da IA pela população em geral. Isso inclui a criação o letramento básico em programas educativos e campanhas que permitam aos cidadãos compreender e utilizar ferramentas de IA em suas atividades diárias, promovendo uma maior inclusão digital e preparando a sociedade para lidar com as mudanças trazidas pela tecnologia.

A utilização de ferramentas como o FIES pode ser estratégica para fomentar a formação em áreas STEM, ajudando a financiar a educação e estimular o interesse dos estudantes em carreiras relacionadas à inteligência artificial.

A colaboração entre áreas STEM (Ciência, Tecnologia, Engenharia e Matemática) e humanidades deve ser incentivada, uma vez que a avaliação de riscos e impactos da IA pode se beneficiar de uma abordagem multidisciplinar.

### Eixo 3 - IA para Melhoria dos Serviços Públicos

A integração da IA nos municípios é vista como uma das maiores oportunidades para estimular o uso de IA no setor público. Para isso, é fundamental que o plano priorize empresas locais, que já estão estabelecidas nos municípios, para que possam se beneficiar e contribuir para a implementação de soluções em IA.

O BNDES poderia desempenhar um papel importante nesse contexto, oferecendo fundos garantidores tanto para municípios quanto para empresas de micro e pequeno porte, com o objetivo de fomentar a adoção de soluções em IA. No entanto, a criação de um fundo garantidor especificamente para que municípios possam adquirir produtos e serviços de micro e pequenas empresas é uma medida essencial para fortalecer a base local e estimular a inovação em nível municipal.

Em paralelo, a introdução de uma linha de crédito especial e acessível para municípios seria necessária para apoiar o atendimento e o desenvolvimento de soluções baseadas em IA. Essa linha de crédito pode facilitar a implementação de tecnologias que melhorem a eficiência e a eficácia dos serviços públicos oferecidos aos cidadãos.

Outro desafio relevante é a acessibilidade aos dados públicos e a política de dados abertos. Atualmente, as políticas vigentes não permitem a utilização eficiente de Business

Intelligence (BI), o que limita a capacidade de análise e a tomada de decisões informadas. A unificação das bases de dados e a criação de sistemas mais integrados são essenciais para superar essas limitações e permitir um uso mais eficaz dos dados disponíveis.

## Eixo 4 - IA para Inovação Empresarial

A abordagem atual sobre modelos de financiamento para inovação empresarial necessita de um ajuste significativo. É fundamental que o plano ofereça mecanismos de financiamento mais flexíveis e adaptados às necessidades específicas das empresas, especialmente aquelas que operam em nichos de mercado. O fomento direcionado para essas empresas pode impulsionar a inovação de forma mais eficaz, promovendo a aplicação de IA em setores diversos e especializados. Além disso, é importante ressaltar o papel das startups, que podem gerar um impacto rápido na sociedade, mas frequentemente carecem de recursos e incentivos adequados. Unir esforços para atender tanto as empresas em nichos quanto as iniciantes é essencial para fomentar um ambiente de inovação robusto e sustentável.

Entretanto, uma crítica relevante é a possível inibição da inovação empresarial devido a certas regulamentações e políticas existentes. O atual arcabouço legal pode ser visto como um obstáculo para empresas nativas digitais e startups, que frequentemente enfrentam barreiras adicionais para implementar novas soluções e tecnologias. Revisar e ajustar essas políticas é essencial para criar um ambiente mais favorável à inovação e ao desenvolvimento de novas tecnologias.

Além disso, a conexão entre o eixo de inovação empresarial e outros eixos do plano, como o de Infraestrutura e Desenvolvimento de IA, deve ser aprimorada para garantir benefícios mútuos. A integração e a coordenação entre esses eixos são cruciais para criar um ecossistema coeso que suporte e amplifique os esforços de inovação. Benefícios mútuos podem surgir quando há uma sinergia eficaz entre o desenvolvimento de infraestrutura e o fomento à inovação, resultando em um avanço mais robusto e sustentado no campo da IA.

## Eixo 5 - Apoio ao Processo Regulatório e de Governança da IA

No contexto da análise crítica ao Plano Brasileiro de Inteligência Artificial, o Eixo 5 - Apoio ao Processo Regulatório e de Governança da IA se mostrou como o ponto mais crítico da discussão. Conselheiros enfatizaram fortemente a necessidade de um diálogo contínuo e eficaz com o PL 2338, Projeto de Lei que regula a IA. Segundo o grupo, a previsão que

está no texto do PL é baseada em riscos com uma proposta de regulamentação mais rigorosa das que estão sendo aplicadas em outros países e, com ela, o próprio Plano pode não ser implementado, dada a dificuldade de desenvolvimento da inovação utilizando essa tecnologia. Um exemplo básico disso é a falta de alinhamento entre a definição de IA no Plano Brasileiro de Inteligência Artificial (PBIA) e no PL pode gerar incoerências e dificuldades na aplicação prática das normas e diretrizes. Essa divergência ressalta a necessidade de uma governança mais coesa e amplamente integrada, alinhada à estratégia proposta pelo Plano Brasil 2030+, que visa uma transformação digital abrangente e bem coordenada.

O atual fomento à inovação em IA, sem uma previsibilidade jurídica clara, compromete a eficácia do plano. A ausência de clareza sobre os riscos e sobre o framework de governança afeta negativamente a confiança dos stakeholders e a viabilidade das iniciativas. Para superar esses desafios, é essencial a orquestração eficiente entre diferentes atores, como ministérios e o judiciário, que desempenham papéis cruciais na regulamentação e supervisão da tecnologia.

Além disso, é imperativo aproximar o debate sobre IA de outros setores, não se limitando apenas aos países do BRIC, para enriquecer a discussão com perspectivas e práticas globais mais amplas. A articulação com o setor privado também deve ser uma prioridade, garantindo que as políticas e regulamentações estejam alinhadas com as necessidades do mercado e as inovações em curso.

A criação de "sandboxes" regulatórios em IA, em colaboração com a ANPD (Autoridade Nacional de Proteção de Dados), pode ser uma estratégia importante para permitir a experimentação controlada e a adaptação das normas à realidade prática da tecnologia. O debate sobre cibersegurança também precisa ser intensificado, assegurando que a segurança e a proteção de dados sejam abordadas de maneira robusta e eficaz. Por fim, o desenvolvimento de padrões técnicos e científicos para segurança (safety) deve ser uma prioridade, com o objetivo de posicionar o Brasil como um líder no Sul Global.

## **Anexo II - Memórias das Principais Reuniões da CTITD**

ACTITD tem se reunido mensalmente, conforme calendário definido no início do semestre. Segue breve descrição de tais encontros e as deliberações neles feitas.



## **Agosto (26/8)**

A coordenação da CTITD reuniu-se em 26 de agosto, de forma virtual, para discutir o planejamento da participação da CT na Cúpula Social do G20, sob responsabilidade da Secretaria-Geral da Presidência (SG-PR). Também se discutiu a agenda da conversa com o Ministro Alexandre Padilha, que seria realizada em 30 de agosto. Os conselheiros discutiram que tipo de material seria apresentado ao ministro, assim como a pauta do encontro.

## **Setembro (30/9)**

A reunião de 30 de agosto teve início com informes relacionados à análise do Plano Brasileiro de Inteligência Artificial (PBI) pela CTITD; à visita ao Serpro, agendada para o final de outubro; e o evento Potências Negras na Tecnologia, que seria realizado em 9 de outubro.

Na reunião, relatou-se os esforços para engajar entidades da sociedade civil no Plano Brasil Digital 2030+, com várias organizações manifestando interesse, incluindo Abis, Brasscom e governos municipais. Os conselheiros apontaram que a proposta amadureceu e ganhou aceitação após diálogos com ministérios e estudos internacionais. Propôs-se a apresentação do Plano Brasil Digital 2030+ na Semana de Ciência e Tecnologia do MCTI, além do Hackathon contra a Desinformação Climática para jovens do Ensino Médio.

## **Outubro (28/10)**

A coordenação da CTITD discutiu que a proposta de governança centralizada das políticas públicas do digital, prevista no Plano Brasil Digital 2030+, está sendo discutida no MGI, enquanto também são desenvolvidas tratativas com o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI). Apontou-se que a concretização dessa proposta de governança é uma entrega relevante para a Plenária, sendo que os conselheiros se colocaram à disposição para apoiar tal ação. Ainda na reunião, informou-se que o Conselho de Governança & Gestão do Brasil Digital 2030+ será instalado em 28 de novembro.

Também se propôs que membros da comissão vão participar de tal conselho. Na reunião, relatou-se ainda a adesão da sociedade civil ao Brasil Digital 2030+. Instituições como Associação Brasileira de Inteligência Artificial (Abria), Associação Brasileira de Startups (Abstartups), Fiesp, Fecomércio-SP, Associação Brasileira de Comércio Eletrônico (Abcomm) e Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças (IBEF) demonstraram interesse em apoiar a iniciativa.

## **Geral**

### **Agosto (30/8)**

Em 30 de agosto de 2024, a coordenação da CTITD reuniu-se com o Ministro Alexandre

Padilha na Secretaria de Relações Institucionais, em São Paulo. Paulo Pereira, Secretário-Executivo do CDESS, abriu a reunião apresentando os avanços da CTITD, destacando o equilíbrio entre as demandas estruturais e conjunturais do Brasil no plano Brasil Digital 2030+. Os conselheiros ressaltaram os desafios enfrentados pelo país, como desigualdade digital e lacunas na formação profissional, e apontaram a necessidade de ajustar o sistema educacional para reduzir o déficit de profissionais em áreas de TIC.

Enfatizaram o crescimento do apoio ao Brasil Digital 2030+, que, partindo de um grupo pequeno, passou a envolver diversas entidades e governos locais. Sugeriram uma governança mais estruturada e coordenada entre governo e sociedade civil para centralizar e melhorar a eficiência das ações de transformação digital. Reforçaram a necessidade de centralizar a gestão de dados no governo e sugeriu que, até a próxima plenária, o plano estivesse avançado com portarias e projetos de lei.

Destacou-se a necessidade de uma governança robusta para garantir continuidade e eficácia nos projetos, alertando que sem ela o Brasil poderia perder competitividade global. Também se abordou o potencial do Brasil como produtor de energia limpa e a importância de um ambiente de negócios estável para atrair investimentos. Reforçou-se a necessidade de o Brasil investir em uma estratégia de longo prazo para manter talentos e inovar no setor digital, comparando a situação ao sucesso contínuo das políticas esportivas nas Paralimpíadas.

O Ministro Alexandre Padilha reconheceu o engajamento dos conselheiros e sugeriu uma maior inclusão de ministérios nas discussões para fortalecer a implementação do Brasil Digital 2030+. Ele mencionou a importância de novas regulamentações para IA, coordenadas com o Congresso, e propôs que o Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos (MGI) liderasse as ações de transformação digital junto ao Ministério das Comunicações. O ministro encerrou a reunião reforçando o compromisso do governo em promover a inclusão digital, melhorar a infraestrutura e assegurar uma governança eficiente, com a colaboração de todos os setores.

### **Setembro (2/9)**

Os conselheiros membros da CTITD, foram informados da agenda de atividades da comissão, incluindo a apresentação do Plano Brasileiro de Inteligência Artificial; outra sobre a Política Nacional de Datacenters; reunião confirmada com a Secretaria Nacional de Planejamento para apresentação do Plano Brasil Digital 2030+; além da sanção da Lei das TICs. A reunião também abordou o andamento de conversas sobre a governança digital, com destaque para a proposta de estabelecer uma governança centralizada. Segundo a coordenação informou, o Ministro Padilha considerava a proposta viável, mas sugerira que fosse amadurecida internamente para determinar os melhores caminhos para a governança digital. Houve menção da formalização de tal modelo de governança

na Plenária de dezembro.

### **Outubro (7/10)**

No encontro, os conselheiros foram convidados a participar das ações do Comitê Interministerial de Combate à Desinformação em Saúde e o Programa Nacional de Imunizações, a serem realizadas em fevereiro do próximo ano. Na sequência, discutiu-se quais seriam as pautas prioritárias da CTITD. Em relação ao encontro com frentes parlamentares, sugeriu-se focar nas comissões parlamentares de Assuntos Econômicos, Ciência e Tecnologia e Constituição e Justiça, priorizando projetos de interesse como a Lei do Bem. Observou-se a necessidade de reunião com a Casa Civil, para melhor alinhamento para o próximo Pleno, assim como o acompanhamento de tratativas entre o MGI e a SRI para a governança centralizada da transformação digital. Por fim, discutiu-se a importância de retomar a pauta do Brasil Digital 2030+, especialmente no que tange alterações sugeridas na última reunião com a Casa Civil, para a inclusão de métricas específicas.

## **Trabalho**

### **Agosto (12/8) - SAM/Casa Civil - Avaliação das propostas da Comissão**

O encontro com a Secretaria Especial de Articulação e Monitoramento da Casa Civil (SAM) teve como objetivo identificar contribuições do órgão para o Plano Brasil Digital 2030+. A SAM/Casa Civil foi representada por Rodrigo Rodrigues, que informou que a proposta de governança do 2030+ não havia sido analisada, mas que o diagnóstico desenvolvido no plano e as propostas estão em consonância com políticas em execução.

Rodrigo Rodrigues convidou a CT a refletir sobre o nível de compreensão dos dirigentes sobre a transformação digital e como é possível levar tal percepção a todas as áreas do governo e do Estado. Apontou que os macroindicadores propostos não conseguem observar a redução da desigualdade social. Em relação à inclusão social, apontou-se que a SAM defende medidas de inclusão social diretas, não necessariamente atreladas ao desenvolvimento econômico e geração de empregos. Passou ao relato das políticas já em execução pelo governo, apontando a necessidade de detalhar melhor algumas propostas, a saber: estudos sobre hubs de conectividade; definição de modelo de seleção de tecnologias prioritárias; estudos sobre as possibilidades de desenvolvimento regional inclusivo e sustentável; unificação das políticas nacionais para a Educação Básica; o mecanismo de conexão cidadã; a proposta de fortalecimento da Estratégia Nacional de Enfrentamento à Desinformação; e proposta de desenvolvimento de estudos sobre fluxos

comerciais em tecnologias estratégicas.

Por fim, apontou a importância do fomento à P&D, mas destacou que a desoneração é uma tarefa difícil no atual momento fiscal. Propôs que a definição de indicadores seja auxiliada pelo IPEA, INPI, dentre outros órgãos. Sugeriu, ainda, que seja pensada uma estratégia de adesão ao Plano Brasil Digital 2030+, semelhante ao que foi desenvolvido no Bolsa Família e em outros programas. Também apontou a importância da definição de mecanismos de incentivo à adesão a tal política, assim como articulação para adesão dos entes federativos. Propôs discutir a transformação digital dos entes federativos a partir do MGI, mas ressaltou que as ações de letramento são amplas e devem envolver outros ministérios.

### **Setembro (16/9) - Reunião para apresentação da Política Nacional de Datacenters com o Secretário Uallace Moreira**

A CTITD dialogou com o Secretário de Desenvolvimento Industrial, Inovação, Comércio e Serviços do MDIC, Uallace Moreira, para discutir a política nacional de datacenters. Ao iniciar sua fala, o secretário destacou que o documento final da política ainda estava em elaboração, mas adiantou que as metas da iniciativa visam superar as expectativas da Nova Indústria Brasil, com o objetivo de digitalizar até 50% das empresas em uma fase futura.

Uallace Moreira explicou que a digitalização será ampliada com a adoção de tecnologias como computação em nuvem e inteligência artificial, exigindo que as empresas adotem pelo menos três dessas ferramentas. Ele também ressaltou que, apesar do acesso generalizado à internet por fibra ótica, o Brasil possui apenas 1,4% do mercado global de datacenters, o que evidencia a necessidade de fortalecer a infraestrutura digital. Em discussões com a Casa Civil, a inclusão dessa infraestrutura no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) foi mencionada como uma estratégia importante, com o intuito de aumentar a competitividade do setor e atrair investimentos.

Outro ponto abordado foi o diálogo com entes federativos para facilitar concessões de licenças e o mapeamento das melhores práticas regulatórias. Moreira destacou a importância de uma linha de financiamento de R\$ 2 bilhões do BNDES para impulsionar a política de datacenters e atrair empresas. Em relação ao Plano Brasileiro de Inteligência Artificial (PBIA), ele enfatizou que os datacenters podem ajudar a reduzir desigualdades regionais, mas que o Brasil precisa priorizar a produção local para fortalecer a cadeia de valor e evitar a dependência de componentes importados.

Os conselheiros agradeceram a apresentação e discutiram a necessidade de uma política industrial coordenada que fortaleça o mercado interno. Sugeriram focar em tecnologias que possam ser desenvolvidas nacionalmente, destacando a importância das compras governamentais para a indústria brasileira. Em resposta, Moreira mencionou políticas de conteúdo local promovidas pelo BNDES e ressaltou que o setor privado é essencial para a execução das políticas públicas.

## **Setembro (19/9) - Seplan/MPO para Tomada Pública de Subsídios**

A CTITD reuniu-se com a Secretaria Nacional de Planejamento para apresentar o Plano Brasil Digital 2030+. Ressalta-se que a Seplan (MPO) desenvolve planejamento de longo prazo e busca subsídios para tal prospecção. O Brasil Digital 2030+ foi explicado, com exposição do processo de desenvolvimento do plano, enfatizando desafios como a desigualdade regional, a formação profissional e a necessidade de investimentos em pesquisa e inovação. O plano foi descrito como fruto de mais de 90 reuniões e estruturado em seis eixos estratégicos, voltados para a redução da divisão digital e o letramento digital. Os conselheiros defenderam a importância de uma governança centralizada, alinhando o plano às ações globais e nacionais, destacando que o exemplo da futura presidente mexicana, que planeja criar uma agência de transformação digital, demonstra a relevância de centralizar a coordenação

Flávia Nascimento, da Seplan, elogiou o plano e destacou que ele se alinha às estratégias do ministério, questionando a periodicidade de suas atualizações e sua coordenação com o Ministério da Comunicação. André Andrade, subsecretário de Planejamento, acrescentou que o ministério conduz estudos para subsidiar políticas de longo prazo e comentou que o plano deve considerar a sustentabilidade e a governança para evitar descoordenação entre setores. Ele questionou sobre o orçamento necessário e a capacidade técnica para implementação. Os conselheiros responderam que o plano está sincronizado com o orçamento existente e atualizado trimestralmente em versões intermediárias, com uma versão final a cada seis meses. Também mencionaram o interesse de municípios como Nova Lima em aderir ao plano, com projetos piloto para expansão. Flávia Nascimento solicitou o encaminhamento formal do plano para a secretaria, e André Andrade mencionou a expectativa de engajar o CDESS na estratégia até a COP30, em 2025.

## Ficha Técnica CTITD

### Conselheiros inscritos:

46

### Grupo coordenador:

**11 conselheiros:** Atilio Rulli; Eduardo Navarro; Glória Guimarães; Ingrid Barth; Laércio Cosentino; Nayana Rizzo Sampaio; Nina da Hora; Rodrigo Dienstmann; Roseli de Deus Lopes; Rosilda Prates; e Vitor Magnani.

### Equipe CDESS:

Veronica Deviá

### Equipe IBICT:

Frederico

### Data da instalação:

24 de agosto de 2023

### Ministérios e entidades envolvidos:

Casa Civil da Presidência da República; Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação; Ministério da Educação; Controladoria-Geral da União; Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos; Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República; Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Ministério da Justiça e Segurança Pública; Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços; Ministério das Comunicações; Ministério da Saúde; Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES); Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO); Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae); Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI); e Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial (CNDI).



# Comissão de Assuntos Econômico

**2º Semestre de 2024**

# Mini-Índice

Contextualização .....56

Portfólio de Investimentos .....56

Educação Financeira.....57

Economia do Bem-Estar .....59

Iniciativas Especiais e Transversais.....62

Grupos de Trabalho Relacionados.....63

## Contextualização

A Comissão de Assuntos Econômicos do Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável (CAE/CDESS) tem por objetivo contribuir com políticas relativas ao desenvolvimento, ao ambiente de negócios e à atração de investimentos, à modernização da estrutura produtiva e ao aumento da competitividade brasileira.

No segundo semestre de 2024, a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) realizou uma reunião temática por mês, priorizando temas cruciais para o desenvolvimento econômico e social do país. Em agosto, recebeu o feedback da Casa Civil, sobre as propostas do GT Transição Energética. Na reunião de setembro, discutiu junto à Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável a legislação ambiental sobre projetos de Saneamento Básico. Já em outubro, a economia do bem-estar e a estratégia para impulsionar empresas com impacto social positivo estiveram no centro das atenções. Por fim, em novembro, a Comissão recebeu o MEC, para opinar sobre os, ainda preliminares, planos nacionais de Educação Financeira – que a CAE vinha cobrando desde 2023.

Além disso, foi criado no âmbito da CAE o **Grupo de Trabalho Interministerial do Spread Bancário**, com o objetivo de reduzir os custos do crédito para empresas e consumidores.

## Portfólio de Investimentos

Ao longo do 2º semestre de 2024 amadureceu entre conselheiros da CAE a proposta de que a Comissão se envolva na elaboração de um Portfólio de Investimentos Estratégicos, para o país. Liderada pela conselheira Laura Carvalho, a ideia tem apoio dos conselheiros Adriana Marcolino, Clemente Ganz, Glauco Arbix, José Carlos Martins e Pedro Wongtschowski.

A partir dessa demanda, a Secretaria-Executiva do CDESS está articulando uma parceria entre CDESS, Ministério da Fazenda e CEPAL, para viabilizar o projeto. Também há diálogo aberto com o IPEA, para contribuir nas análises setoriais. A tendência é que haja



complementariedade entre os trabalhos da CAE e a Plataforma Brasil de Investimentos Climáticos e para a Transformação Ecológica, lançada pelo ministro Fernando Haddad e pela diretora do BNDES, Luciana Costa, em 23 de outubro, em Washington.

A expectativa é que o tema se torne um dos principais projetos da CAE, em 2025.

## Educação Financeira

O tema de Educação Financeira foi um dos mais discutidos da CAE ao longo do 2º semestre de 2023, quando a Comissão enviou ao Presidente Lula e ao Ministério da Educação uma série de recomendações, incluindo a de "Fortalecer a Estratégia Nacional de Educação Financeira por meio da colaboração entre programas institucionais e interministeriais para educação financeira da população". Desde então, a Secretaria-Executiva do CDESS buscou impulsionar o assunto, em busca da elaboração de Programas Nacionais de Educação Financeira.

Já no 1º semestre de 2024, a CAE obteve uma vitória, ao ter a sua recomendação de "ser inserida no Fórum Brasileiro de Educação Financeira" acatada. Com isso, o CDESS indicou as conselheiras Dirlene Silva e Naty Finanças como suas representantes no Fórum Brasileiro de Educação Financeira. Na sequência, em maio de 2024, a CAE recebeu o Banco Central, que apresentou suas ações de Educação Financeira, com foco no Programa Aprender Valor.

Apartir da conversa com o BC, a CAE gerou novas recomendações, incluindo a de aproximar o MEC das ações de Educação Financeira do BC e garantir financiamento para ações como o Programa Aprender Valor. Nesse contexto, a Secretaria-Executiva do CDESS promoveu em outubro reunião entre o Banco Central e o MEC, para apresentação do Programa Aprender Valor. Isso contribuiu para o rápido avanço de novos programas de Educação Financeira, liderados pelo diretor Alexsandro do Nascimento Santos no MEC.

Sensível à prioridade do tema na CAE, o MEC se disponibilizou para apresentar em primeira mão para a Comissão os dois novos Programas do Ministério, na reunião de novembro da CAE. O primeiro deles é o Programa Nacional de Educação para o Consumo Sustentável, Cidadania Financeira, Fiscal e Previdenciária e o segundo o Programa Nacional de Educação para o Mundo do Trabalho, Empreendedorismo e Economia Cooperativa. O objetivo é estruturar o ecossistema dessas agendas e coordenar esforços no pacto federativo para implementá-los, a partir de 2025.

A ideia do MEC é realizar um esforço para implementar o tema transversal contemporâneo

“Economia”, previsto na Base Comum Curricular, alinhando um compromisso pela educação para o consumo sustentável, a cidadania financeira, fiscal, previdenciária e para o mundo do trabalho. Os princípios norteadores dos Programas são:

- **Formação Humana integral e integrada, na perspectiva do desenvolvimento pleno da pessoa;**
- **Orientação curricular interdisciplinar e transversal, à luz da BNCC;**
- **Reconhecimento e valorização da diversidade das populações atendidas na Educação Básica;**
- **Respeito às etapas de desenvolvimento das crianças, adolescentes e jovens;**
- **Disseminação de conteúdos e construção de aprendizagens orientadas para a defesa da democracia e vivência da cidadania ativa e crítica;**
- **Valorização da busca da integração social, do bem-estar comum e da promoção da igualdade e da equidade;**
- **Defesa e valorização da concepção de trabalho digno e dos direitos do trabalhador;**
- **Valorização da liberdade econômica e reconhecimento do direito de empreender;**
- **Sustentabilidade socioambiental e econômica**

Os programas serão compostos por quatro componentes. O primeiro, de governança, articulação e gestão, terá um Comitê Estratégico Nacional, uma Rede Nacional de Lideranças e uma Comissão Técnica de Assessoramento. Já o segundo, de Formação de Educadores, terá cursos de pós-graduação e aperfeiçoamento em regime híbrido e módulos de formação autoinstrucional. No terceiro, de materiais de apoio à escola e à rede de ensino, haverá a inclusão de plataformas de recursos digitais e de avaliação, além de Kits de jogos. No último componente, será criado um selo nacional e um prêmio bianual, para valorizar experiências inspiradas e reconhecer as escolas que implementarem o programa.

Em termos de aulas, os Programas preveem a divisão dos módulos de aulas entre o início do Ensino Fundamental e o final do Ensino Médio. Preliminarmente, o MEC imagina 5 módulos de Educação Financeira, 4 módulos de consumo sustentável, 4 módulos de Trabalho e Sociedade, 4 módulos de Educação Fiscal e 3 módulos de Economia Cooperativa e Empreendedorismo.

O desenvolvimento dos Programas seguirá sendo monitorados pela CAE, que enviará recomendações ao MEC ao longo do processo de elaboração da Portaria, até o início de 2025. Após isso, a CAE acompanhará a implementação do Programa, contribuindo para seu aperfeiçoamento.

# Economia do Bem-Estar

## Enimpecto e Índices de Bem-Estar

Na reunião geral de 21 de outubro, A CAE contou com apresentações de Giselle Vianna, Coordenadora-Geral de Economia Verde e de Impacto do MDIC, sobre a Estratégia Nacional da Economia de Impacto (Enimpecto) do MDIC, e de Katherine Trebeck, fundadora da Wellbeing Economy Alliance, que discutiu a implementação de novos Índices de avaliação sobre o Bem-Estar Econômico. A reunião contou ainda com a participação especial de Gary Gilleapie, Economista-Chefe do Governo Escocês e vanguardista no debate sobre índices de bem-estar.

A reunião, idealizada pelo conselheiro Marcel Fukayama, teve tradução simultânea viabilizada pela Wellbeing Economy Alliance e envolveu os conselheiros em um debate internacional, sobre mecanismos de incentivo a negócios de impacto socioambiental e as próprias métricas de desempenho econômico dos países. Ao final, foram apresentadas sugestões, bem-recebidas pelos conselheiros presentes, de recomendações a serem enviadas ao Presidente Lula na Plenária CDESS de 12 de dezembro de 2024.

### Recomendações aprovadas:

**1. Brasil** - considerar se tornar membro observador do Wellbeing Economy Governments partnership (WEGo) e se aproximar da iniciativa com Gary Gillespie.

**2. Governo** - potencializar o GT4/ENIMPACTO como plataforma para políticas públicas para nova economia e canal para coordenação na administração pública/ministérios.

#### **3. Acelerar pontos de acupuntura para nova economia:**

(I) identificar novo segmento econômico: empresas com propósito, responsabilidade e transparência (dialogar com PL 3284/21);

(II) adotar via decreto um Índice de Bem-Estar Interno Bruto, adaptado à realidade brasileira, para orientar planejamento, orçamento e avaliação de progresso para além do PIB, semelhante aos arcabouços em uso nos países membros do WEGo (dialogar com PL 2518/24);

(III) habilitar um ambiente favorável propriedade responsável junto à COSIT-RFB;

(IV) adoção de gestão de impacto, com foco nas compras públicas; e

(V) promoção de comércio internacional para paz e escala de impacto.

## Destaques da Estratégia Nacional de Economia de Impacto

- **A Enimpecto inicialmente focou em negócios de impacto e investimentos, mas tem se expandido para incluir ações em nível estadual e municipal, além de ganhar relevância em fóruns internacionais como o G20.**
- **A Estratégia integra diversos ministérios para fortalecer o apoio às novas economias e criar um ambiente mais favorável para essas iniciativas.**
- **Histórico dessa política pública:**
  - 2017: Publicação do 1º Decreto da Enimpecto, que deu início à estruturação formal da política no Brasil.
  - 2017-2023: Período de maturação da política, com fortalecimento e expansão do ecossistema de impacto no país.
  - 2023: Publicação do 3º decreto da Enimpecto, que trouxe inovações como a criação do Comitê Paritário.
- **Plano Decenal 2023-2032: criação de metas e macro objetivos detalhados por eixos, sendo eles:**
  - Ampliar a oferta de capital para negócios de impacto;
  - Aumentar a quantidade de negócios de impacto;
  - Fortalecer as organizações intermediárias;
  - Promover um ambiente institucional e normativo favorável a economia de impacto; e
  - Promover a articulação Inter federativa no fomento a economia de impacto.
- **Hoje já existem 10 entes subnacionais com legislação própria sobre a economia de impacto e a ampliação dessa abrangência segue um objetivo da Enimpecto.**

## Destaques da discussão sobre Economia e Orçamento do Bem-Estar

- **Katherine Trebeck apresentou o conceito de economia do bem-estar, com foco em orçamentos que considerem fatores além dos indicadores tradicionais. Segundo ela, a economia atual é focada em indicadores como o PIB, que não considera, por exemplo, aspectos relacionados a distribuição de riqueza, a qualidade dos empregos e a acessibilidade à moradia digna. Por isso, propôs que os países avancem em novos**

## **Índices de Bem-Estar Econômico.**

- **Nesse sentido, a economia do bem-estar busca criar um sistema que atenda melhor às necessidades humanas e ambientais. Essa abordagem propõe uma grande mudança na formulação de políticas, focando em metas sociais e ambientais, e não apenas no crescimento econômico.**
- **Aos conselheiros foi apresentado o relatório “Being Bold: Building Budgets for Children’s Wellbeing”, destacando princípios essenciais para o planejamento orçamentário voltado ao bem-estar, sendo eles:**
  - **Enfoque holístico e centrado nas pessoas, com foco em resultados de longo prazo e participação pública.**
  - **Abordagem preventiva, que identifica as causas dos problemas antes de tratar os sintomas.**
- **Foram listadas as melhores práticas internacionais, reconhecendo que nenhum governo implementa todas. Isso representa uma oportunidade para o Brasil se destacar. Entre as práticas, estão a visão de longo prazo, consideração ambiental, envolvimento público e supervisão parlamentar.**
- **Foram destacados os desafios para implementar essa agenda, como inércia do sistema, falta de recursos, resistência intencional e dificuldades na execução das políticas.**
- **Economista-chefe da Escócia, ajudou na elaboração do programa The Wellbeing Economy Alliance. Gary destacou a semelhança entre a estratégia nacional do Brasil para a economia de impacto e os esforços da economia de bem-estar conduzidos por países como Escócia, Islândia e Nova Zelândia no âmbito do programa The Wellbeing Economy Alliance.**
- **Convidando o Brasil a se integrar, Gary mencionou que as trocas de experiências ocorrem em um ambiente de cooperação entre governos, com a participação periódica de ministros em eventos da OCDE e fóruns de economia de bem-estar.**
- **Os conselheiros apontaram que a discussão é uma oportunidade para o Brasil adotar um novo caminho, considerando seu alto nível de desigualdade, fruto de racismo e patriarcado. Foi defendida a importância de incluir cultura e educação na construção de uma economia de impacto focada no bem-estar, abordando a “dívida” social histórica do país e valorizando a diversidade. Katherine destacou a relevância de enfrentar as questões históricas de racismo e machismo na economia de impacto, citando a Austrália como exemplo de economia construída sobre território colonizado e a necessidade de reparações.**
- **Foi valorizada a economia do cuidado, geralmente realizada por mulheres, e se elogiou**

o Brasil por iniciativas como o Bolsa Família, sugerindo que debates sobre cultura e desigualdades históricas são essenciais para uma economia mais inclusiva.

- Katherine indicou que dois terços dos países da OCDE adotam quadros de bem-estar, como o National Performance Framework da Escócia e a iniciativa “Measuring What Matters” na Austrália, que integram aspectos sociais, ambientais e econômicos. Embora os painéis de indicadores sejam comuns, muitos governos ainda enfrentam desafios em usá-los para guiar políticas.

- Marina Gattás comentou que a economia atual desvaloriza a cultura como uma indústria, mantendo um debate restrito à visão economicista e sem dar o devido reconhecimento aos trabalhadores do setor cultural. Defendeu que a transição para uma economia de impacto requer uma mudança de mentalidade e valorização do setor cultural como elemento central.

- Também se questionou se, no contexto de bem-estar, há esforços para incluir os custos reais dos impactos sociais e ambientais na análise de atividades econômicas. Foi sugerido que esses custos deveriam ser considerados nas fórmulas de retorno dos investimentos, buscando uma visão mais completa e responsável.

**Ao longo da reunião, foram circuladas referências:**

[www.futuregenerations.wales/about-us/future-generations-act/](http://www.futuregenerations.wales/about-us/future-generations-act/)

[www.carnegieuktrust.org.uk/publications/being-bold-building-budgets-for-childrens-wellbeing/](http://www.carnegieuktrust.org.uk/publications/being-bold-building-budgets-for-childrens-wellbeing/)

## **Iniciativas Especiais e Transversais**

### **Licenciamento Ambiental e Saneamento Básico**

Em setembro, o CDESS promoveu reuniões com o Vice-Presidente Geraldo Alckmin e nos ministérios do Meio Ambiente, da Fazenda, das Cidades e dos Povos Indígenas, além da Agência Nacional de Águas, para discutir proposta de alteração no licenciamento ambiental relacionado à instalação de Estações de Tratamento de Esgoto (ETEs).

A proposta, que é liderada pelo conselheiro do CDESS Virgílio Viana e tem o apoio do Instituto Trata Brasil, foi desenvolvida no âmbito da 'Imagine Brasil', iniciativa da Fundação Dom Cabral que integra lideranças do mercado, da sociedade civil e do setor público, para contribuir no desenvolvimento sustentável.

Em 22 de outubro, CMADS e Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) realizaram reunião conjunta na qual os conselheiros do CDESS concordaram em absorver a proposta defendida pelo Conselho Virgílio Viana como recomendação a ser enviada ao Presidente Lula na Plenária de dezembro de 2024. O tema deverá, no entanto, seguir evoluindo ao longo do 1º semestre de 2025. Abaixo, seguem as propostas apresentadas, e já validadas:

- **Os efluentes de estações de tratamento de esgoto sanitário, observados os padrões de lançamento, não devem ser obrigadas a observar os padrões de qualidade do corpo receptor por um período de 4 (quatro) anos, realizando o monitoramento para subsidiar as metas intermediárias e progressivas para atingir os padrões da classe correspondente após esse período; e**
- **As Licenças de Instalação e de Operação devem ser concedidas concomitantemente, observada a autorização para supressão de vegetação e intervenção em áreas de preservação permanente (APP).**

Mais detalhes sobre a Iniciativa e as propostas podem ser encontrados no Anexo II do Relatório da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS) do CDESS.

## **Grupos de Trabalho Relacionados**

### **Crédito e Investimento**

Após ter trabalhado em recomendações no 2º semestre de 2023 e no 1º semestre de 2024, o GT de Crédito e Investimento entrou em um período de monitoramento de suas propostas. Além de influenciarem nas discussões do atual GT do Spread Bancário, as recomendações dos GTs anteriores seguem em avaliação pelos Ministério da Fazenda e do Empreendedorismo. Há expectativa de que a Secretaria de Políticas Econômicas do Ministério da Fazenda realize reunião na CAE no início de 2025, com sua avaliação e feedback sobre as propostas produzidas pelo GT.

Merece também destaque a participação dos conselheiros do CDESS com protagonismo no GT de Crédito e Investimento, lançamento do Programa Acredita, pelo presidente Lula, em 18 de outubro de 2024, em São Paulo. Após ser idealizado no GT de 2023, o Programa teve sua implementação discutida no 2º semestre de 2024. As críticas ajudaram o governo a moldar a nova redação do Programa, enfim lançado de forma final em outubro.

## GT Interministerial do Spread Bancário

Dados do Banco Central indicam que, em agosto de 2024, a taxa de juros sobre novas concessões de crédito alcançou 27,7%. Dessa taxa, 9,2 p.p. advieram do custo de captação do dinheiro e 18,5p.p. do spread bancário – composto pelos lucros dos bancos e pelos custos de intermediação financeira.

Considerando o papel central que a disponibilidade e o custo do crédito têm no financiamento ao investimento, a discussão sobre as causas e ações que mitiguem o alto custo da intermediação financeira no Brasil assume papel prioritário na estratégia do governo Lula, de impulsionar o crescimento sustentável da economia brasileira.

Por essa razão, em visita do ministro Alexandre Padilha à reunião de diretoria da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), no dia 13 de setembro, surgiu a ideia de realizar um GT entre bancos, Ministério da Fazenda e Secretaria de Relações Institucionais, para avançar com celeridade em medidas de redução do Spread Bancário. A iniciativa foi proposta ao presidente Lula, em 13 de outubro, que determinou que o GT fosse inaugurado com brevidade.

Por isso, já em 4 de novembro foi realizada a reunião inaugural do GT, na sede da Febraban, wJuvândia Moreira Leite (representando as Centrais Sindicais) e Isaac Sidney (representando a Febraban). Embora não participem diretamente, os conselheiros Milton Maluhy (Itaú), Luiz Trabuco (Bradesco), Ana Paula Vescovi (Santander), Ricardo Alban (CNI) e Cristina Junqueira (Zetta) tem representação institucional no GT.

A Coordenação Técnica do GT é realizada pela Secretaria de Reformas Econômicas do Ministério da Fazenda, enquanto a Secretaria-Executiva é do CDESS. Embora não seja um GT padrão do CDESS, a expectativa é que as propostas desenvolvidas pelo Grupo sejam trazidas à Comissão de Assuntos Econômicas ao final dos trabalhos, em março de 2025, para avaliação.

O GT, que será monitorado pelo Banco Central, pelo Ministério da Justiça e pela Secretaria Extraordinária da Reforma Tributária, centrará suas discussões em 6 eixos temáticos, com reuniões semanais entre novembro/24 e março/25:

- 1. Prevenção e combate às fraudes.**
- 2. Inadimplência e custos associados às perdas com as operações de crédito.**
- 3. Instrumentos inovadores e crédito para MPMEs.**
- 4. Acesso a dados e plataformas digitais.**
- 5. Custos Administrativos, Financeiros e Tributários.**
- 6. Competitividade na indústria financeira.**



## Transição Energética

A CAE recebeu em 21 de agosto de 2024 o Secretário Adjunto da Secretaria de Avaliação e Monitoramento (SAM) da Casa Civil responsável pela área de Energia, Ricardo Buratini. Na ocasião, Buratini trouxe à Comissão um feedback sobre as propostas desenvolvidas pelo GT Transição Energética, ao longo do 2º semestre de 2023.

Demandada pelos conselheiros, a Casa Civil se comprometeu a avançar em medidas para transformar o Brasil em um corredor de energia verde, com medidas para eliminar distorções nas cadeias de energias renováveis e fomentar a competitividade na cadeia da energia eólica. Também garantiu que o governo avança em estratégias de médio e longo prazo para estimular a demanda e unir vantagens competitivas que recursos naturais fornecem ao Brasil, como parte de um projeto de neointustrialização.

Sobre as recomendações de mitigar o impacto social e potencializar a inclusão de mão de obra local, no contexto da Transição Energética, a Casa Civil avaliou que o governo já avança nesse sentido por meio do Qualifica PAC. A iniciativa identifica necessidades de qualificação profissional em várias cadeias produtivas e toma medidas como a criação de cursos de qualificação voltados ao setor de energia. Nesse contexto, a SAM admitiu que o setor de transmissão de energia é identificado como um dos que correm maior risco de sofrerem um apagão de mão de obra. Por isso, a avaliação foi que o programa precisa ir além, não apenas identificando apagões de mão de obra iminentes, mas buscando uma abordagem mais ampla e estratégica, evitando deslocamentos temporários de população para a realização de grandes obras de infraestrutura.

Em relação à demanda do GT por um Plano de Mobilidade Sustentável, a SAM indicou que o PAC Cidades tem acompanhado de perto a realização do Estudo Nacional de Mobilidade Urbana e a construção da Estratégia Nacional de Mobilidade Urbana. Lembrou ainda do Refrota, investimento do novo PAC em renovação de frotas focada em ônibus elétricos. Já a Secretaria-Executiva do CDESS tem acompanhado uma ação voltada à produção de um Plano Nacional de Ônibus Elétricos, no MDIC.

Os conselheiros também trouxeram a sugestão de que o Brasil se torne um parceiro estratégico dos E.U.A., de forma que as empresas brasileiras possam se beneficiar de incentivos do Inflation Reduction Act (IRA). Em um contexto similar, os conselheiros demandaram a adoção de uma regulação específica para o SAF de Aviação, considerando a capacidade do Brasil se beneficiar de um sistema global de Book and Claim.

A partir dos trabalhos do GT Transição Energética e considerando o monitoramento realizado pelos conselheiros sobre os principais temas dessa agenda no Congresso, o **ministro Alexandre Padilha** e os conselheiros coordenadores do GT Transição Energética, Marcelo Moraes e Elbia Gannoum, publicaram no jornal O Globo o seguinte texto:

### **Agenda Verde é fruto de diálogo e participação social**

*“Brasil tem ambição de se posicionar como um dos líderes em tecnologias sustentáveis.*

*Num momento crucial para o futuro do planeta, o governo Lula tem demonstrado compromisso com a transformação ecológica. Para avaliar e lapidar suas iniciativas, aposta no aprofundamento do diálogo com a sociedade civil — como nas plenárias do Plano Clima, lideradas pelo Ministério do Meio Ambiente.*

*O diagnóstico de que a vantagem comparativa do Brasil na transformação ecológica deve ser a base do processo de neindustrialização implica que as iniciativas devam ir além da necessária proteção ao meio ambiente. As recomendações que o Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável, o Conselhão, entrega semestralmente ao Presidente Lula têm contribuído de forma decisiva para dar densidade técnica e política à pauta verde e repercutir na pauta legislativa prioritária.*

*A ambição de posicionar o Brasil como um dos líderes em tecnologias sustentáveis motivou a sanção do Projeto de Lei 2.308/2023, que estabelece o marco legal para a produção de hidrogênio de baixa emissão de carbono. Avaliada pelo Conselhão como central na transição energética, a lei determina um limite de emissões, cria o Programa de Desenvolvimento de Hidrogênio, estabelece bases de um sistema de certificação e institui o Regime Especial de Incentivos para a Produção de Hidrogênio de Baixa Emissão de Carbono, com isenções fiscais até 2030.*

*Assim o Brasil se posiciona estrategicamente para aproveitar a oportunidade histórica de se tornar o grande produtor global de hidrogênio verde, impulsionando o desenvolvimento econômico e social do país a partir da abundância de recursos naturais, como energia eólica e solar. Na falta de recursos fiscais comparáveis a Estados Unidos, China e Europa, o Brasil busca efetivar sua vantagem comparativa e atrair investimentos, criando um ambiente regulatório seguro e moderno.*

*Outro pilar da Agenda Legislativa Verde que passou pelo crivo do Conselhão foi o PL 2.148/2015, que institui o Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões de Gases de Efeito Estufa. O PL insere o Brasil no Mercado de Carbono, previsto no artigo 6 do Acordo de Paris, e promoverá, ao mesmo tempo, processos produtivos mais sustentáveis e a competitividade internacional de*

*nossas empresas. Com hidrogênio verde, biocombustíveis e amônia verde nos fertilizantes, podemos acelerar a, já alta (49%), parcela renovável de nossa matriz energética.*

*O potencial energético da costa brasileira tem gerado uma corrida entre os investidores, que aguardam a cessão de uso do mar para instalar projetos eólicos. O Conselho tem trazido um apoio fundamental para a regulamentação das eólicas offshore. A aprovação do PL 576/2021 abrirá perspectivas de investimento em geração, transmissão e consumo industrial de eletricidade limpa e de baixo custo, além de induzir o desenvolvimento tecnológico verde.*

*A identificação de oportunidades na descarbonização do transporte aéreo também refletiu nos trabalhos do Conselho. O domínio tecnológico na produção dos combustíveis sustentáveis de aviação (SAF, na sigla em inglês) está em aberto, e o Brasil, como maior produtor mundial de matérias-primas agrícolas usadas no SAF e com domínio sobre biocombustíveis, tem vantagem comparativa natural. Para garantir preços competitivos e conformidade com as especificações internacionais, o PL do Combustível do Futuro (528/2020) institui o Programa Nacional de Combustível Sustentável de Aviação.*

*Marcos regulatórios e incentivos para hidrogênio de baixa emissão, mercado de carbono, eólicas offshore e combustível do futuro são passos significativos em direção a um futuro com segurança energética, sustentabilidade e liderança tecnológica. Para seguir avançando, o trunfo do governo Lula é o diálogo com a sociedade civil e o compromisso de manter e valorizar seus espaços de participação social."*

## **Sanções do Combustível do Futuro e Hidrogênio de Baixa Emissão de Carbono**

Os conselheiros do GT Transição Energética acompanharam de perto e pressionaram no Congresso pela aprovação do Combustível do Futuro (PL 528/2020) e do Hidrogênio de Baixa Emissão de Carbono (PL 2308/23). Os dois projetos tiveram suas aprovações recomendadas pelo GT Transição Energética, no 2º semestre de 2023.

A sanção do primeiro foi realizada na Base Aérea de Brasília, com presença na mesa da sanção dos conselheiros Deyvid Bacelar, Erasmo Battistella e Marcos Guerra. Já o PL 2308 foi sancionado no Complexo do Porto do Pecém (Ceará). Os dois eventos contaram com ampla presença de conselheiros, como Elbia Gannoum e Marcelo Moraes.

## Aprovação do PL do Mercado de Carbono, com contribuições CDESS

Em 21 de agosto de 2023 foi realizada reunião no Palácio do Planalto, para apresentação da Minuta do governo para o PL do Mercado de Carbono. À época, o GT Transição Energética foi convidado pelo Secretário de Economia Verde, Descarbonização e Bioindústria do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Rodrigo Rollemberg, para conduzir consulta pública sobre o PL. O resultado foi o envio de contribuições por escrito de 31 instituições, sintetizando posições dos 84 representantes de empresas, sindicatos, confederações sindicais, associações de classe e organizações da sociedade civil que o CDESS envolveu nessa discussão.

As contribuições foram discutidas internamente, pelo ministro Alexandre Padilha com os ministérios setoriais, e ajudaram a aperfeiçoar de largada o projeto. Desde então, e até a aprovação do PL 182/2024, em 19 de novembro de 2024, os conselheiros CDESS monitoraram o projeto de perto e seguiram fazendo sugestões às diversas versões do texto que circularam entre a Câmara e o Senado. A implementação do Mercado de Carbono também teve momento importante de discussão entre os dias 21 e 22 de fevereiro de 2024, durante o Seminário Internacional organizada pelo CDESS com o IDP e a FBCN, "O Mercado de Certificados de Captura e Emissão de Gases de Efeito Estufa", que teve mais de 2 mil visualizações no youtube e reuniu especialistas da Sociedade Civil e do governo, em 10 painéis de alto nível.

A aprovação do PL 182/2024 foi uma vitória importante do GT Transição Energética, em 2024.



## Ficha Técnica da CAE

### Conselheiros inscritos:

129

### Grupo coordenador:

**13 conselheiros:** Adilson Araújo; André Passos; Carlos Luque; Claudio Loureiro; Cláudio Medeiros; Dirlene Silva; Emerson Kapaz; Gino Paulucci; Joseph Couri; Marcel Fukayama; Marcelo Kayath; Rodrigo Navarro; e Sergio Zimerman.

### Equipe CDESS:

Adriano Laurenó

### Equipe IBICT:

Fernanda Nicolela

### Data da instalação:

3 de julho de 2023

### Ministérios e entidades envolvidos:

Banco Central e Ministérios da Fazenda, da Educação, da Justiça, de Minas e Energia, do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, e do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte.

### Principais políticas e programas analisados:

Programa Aprender Valor do Banco Central, Políticas de Educação Financeira do MEC, Estratégia Nacional da Economia de Impacto (Enimpacto), Wellbeing Economy Governments (WEGo), Plataforma Brasil de Investimentos Climáticos e para a Transformação Ecológica (BIP), Regulação ambiental das Estações de Tratamento de Esgoto, Marco Legal do Hidrogênio de Baixa Emissão de Carbono (Lei nº 14.948, de 2 de agosto de 2024), Combustível do Futuro (Lei nº 14.993, de 8 de outubro de 2024), Mercado de Carbono e agenda de reformas microeconômicas para o crédito do Ministério da Fazenda

### Grupo de Trabalho Relacionados:

Transição Energética, Crédito e Investimento e Spread Bancário.



The background of the entire page is a photograph of a modern meeting room. Several people in business attire are seated around a long table, facing each other. Large floor-to-ceiling windows in the background offer a view of lush green trees and a bright sky. The image is overlaid with a white puzzle-piece pattern.

# **Comissão** de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

**2º Semestre de 2024**

# Mini-Índice

Contextualização .....	71
Nova Infraestrutura Verde .....	72
Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP).....	85
Imagem e Reputação do Brasil .....	87
Iniciativas Especiais e Transversais.....	89
Monitoramento dos Grupos de Trabalho Relacionados .....	92

## Contextualização

A Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS) tem como missão fortalecer o diálogo entre governo e sociedade, na construção de uma agenda de desenvolvimento econômico, com o imperativo da sustentabilidade.

A Comissão estruturou seu plano de trabalho em torno de dois eixos: 1) Nova Infraestrutura Verde; 2) Preparação da COP 30 – Imagem e Reputação Internacional do país; objetivando contribuir com sua preparação, que será sediada em Belém, em novembro de 2025, e para o Plano de Transformação Ecológica em elaboração no Governo Federal.

No segundo semestre de 2024, a CMADS adicionou no plano de trabalho a discussão e as proposições relacionadas aos desastres ambientais no Brasil, incluindo: 1) as enchentes no Rio Grande do Sul; 2) os incêndios florestais que impactaram a qualidade do ar no país; 3) reuniões com o Centro Nacional de Monitoramento e Alertas em Desastres Naturais (CEMADEN/MCTI) para debater a situação das queimadas no país; 4) o Seminário Cidades Resilientes; e 5) o aprimoramento da legislação para Estações de Tratamento de Esgoto (ETEs).

No plano internacional houve a iniciativa Especial de Imagem e Reputação do Brasil. Na COP 29, realizou uma mesa de debates com o tema do financiamento para a adaptação às mudanças climáticas, com recuperação de áreas degradadas: o papel dos países desenvolvidos e dos bancos de desenvolvimento.

Esses temas refletem os esforços da CMADS em pautar temas da conjuntura ambiental e promover, por meio da articulação entre sociedade civil, especialistas e governo, a elaboração de soluções sustentáveis, contribuindo para ampliar a contribuição do Brasil no enfrentamento dos desafios climáticos e ambientais.

As próximas seções deste relatório trazem, de forma detalhada, os trabalhos realizados pela CMADS no período.

# Nova Infraestrutura Verde

No eixo Nova Infraestrutura Verde, a CMADS organizou o Seminário Cidades Resilientes, composto por quatro encontros e nove palestrantes, onde se discutiu a urgência de adaptar as cidades brasileiras às mudanças climáticas, com ações integradas para promover a resiliência urbana. Os encontros reuniram especialistas, gestores e representantes da sociedade civil, para compartilhar experiências e traçar diretrizes para um futuro sustentável.

Abaixo, segue texto elaborado a partir dos debates realizados no âmbito do evento.

## Introdução

Cidades resilientes são aquelas que, na tentativa de retornar à normalidade, conseguem prever, suportar e propor instrumentos exequíveis, capazes de mitigar os impactos provenientes dos eventos do clima. No entanto, a ideia de normalidade nos parece superada, na medida em que tais mudanças, já em curso, ocorrerão cada vez mais bruscas, intensas e frequentes, transformando o que hoje conhecemos e reconhecemos como condições normais do território.

Adaptar as cidades, tornando-as resilientes, implica em ações preventivas e curativas, reforçando a ideia de que as cidades precisam elaborar, incorporar o planejar e operar as intervenções (planos, projetos, programas e serviços) de modo que reflitam os pressupostos da sustentabilidade, fazendo-os convergir para o desenho proposto, de forma transversal e interdependente.

Para pensar em cidades é necessário compreender as múltiplas dimensões e peculiaridades do território, que não se esgotam no espaço intraurbano. O território da cidade – aquele que ela ocupa, com suas características naturais e/ou alteradas pela ocupação humana, em suas diversas interações –, vai além, referindo-se, sobretudo, às características resultantes de sua inserção metropolitana, regional e inter-regional. Encostas, várzeas, áreas de riscos e eventuais potencialidades não se circunscrevem a uma determinada cidade, mas proliferam e se multiplicam atingindo também outras áreas urbanas e rurais adjacentes.

Exemplos recentes e eloquentes dos impactos causados por atividades econômicas, principalmente as de caráter extrativista, extensiva ou poluente (mineração, agricultura extensiva, madeireira e indústrias poluentes) indicam a urgência de se territorializar o Planejamento, não se limitando ao tradicional exercício de orçamento e finanças.

Além disso, atenção especial deve ser dirigida aos impactos que recaem sobre as populações vulneráveis, por se constituírem naquela parcela de cidadãs e cidadãos que mais sofrem os efeitos da crise climática em suas vidas e em seus territórios.

A grande ameaça que se desenha no horizonte é a escassez de água para o consumo humano. A seguida destruição de mananciais e a poluição de águas superficiais e subterrâneas, impacta e inviabiliza o cotidiano das comunidades indígenas, quilombolas e ribeirinhas, comprometendo o abastecimento das áreas urbanas. Tais aspectos implicam, ainda, na



perda de atividades e oportunidades econômicas de médio prazo, consequência imediata da degradação de paisagens e de sítios potenciais para o desenvolvimento do turismo e de espaços de lazer das populações.

No enfrentamento da crise climática que vivemos, o Programa Cidades Verdes Resilientes, instituído pelo Decreto nº 12.041, de 5 de junho de 2024, é um passo significativo para a urgente transformação requerida pelas cidades brasileiras, ao propor a integração de políticas urbanas, ambientais e climáticas, o estímulo às práticas sustentáveis e a valorização dos serviços ecossistêmicos do verde urbano.

Os princípios que regem o programa a ser implementado prioritariamente nos territórios mais vulneráveis das cidades devem ser norteadores de programas, em todos os municípios brasileiros.

A partir do trabalho desenvolvido no âmbito do eixo Nova Infraestrutura Verde, ao longo de 2024, da participação nas oficinas de capacitação do Programa Cidades Verdes Resilientes, e das contribuições de alto nível dos palestrantes convidados para o Seminário (Tabela 1), destacam-se as seguintes questões diagnosticadas, em relação ao Uso e Ocupação do Solo, Arborização Urbana e Mobilidade Urbana e Interurbana:

- 1. Há grande distanciamento entre o planejamento e as ações concretas no território. Apesar de planos e projetos, o processo de urbanização brasileiro agrava a segregação e a pobreza urbana, constitutivas de nossas cidades;**
- 2. A matriz de transportes é predominantemente rodoviária em todo o país, gerando custos expressivos e impactos na qualidade de vida;**
- 3. Os padrões construtivos das edificações e da infraestrutura urbana são orientados pela mais valia imobiliária (na cidade formal) e pela premência de se inserir na cidade pela via da informalidade e da autoconstrução. Nesse ponto, que toca em uso e ocupação do solo, tem um fator vital os PLANOS DIRETORES que não contemplam a realidade econômica e social. Com isso, a “expulsão” das famílias para locais distantes, desprovidos de infraestrutura e, por consequência, o surgimento de ocupações e da autoconstrução, que levam a esse crescimento desordenado de nossas cidades.**
- 4. O planejamento urbano brasileiro, de enfoque municipalista, ignora as questões relativas à inserção metropolitana, regional e nacional, além de insistir em intervenções de viés setorial, que não incorporam processos e práticas sociais, demonstrando insuficiente participação cidadã.**
- 5. Não há — entre os habitantes, o poder público e a iniciativa privada — um pacto ou acordo tácito sobre como as cidades devem ser e o que devem oferecer em seus múltiplos aspectos. Aqui os planos diretores não contemplam as pessoas e a vocação econômica das cidades, dos bairros e das regiões metropolitanas. E a moradia fica cada vez mais longe do emprego.**
- 6. Muitas das decisões legislativas, originadas das três instâncias de governo— federal, estadual e municipal – acham-se desvinculadas da compreensão dos impactos ambientais e sociais que delas resultarão.**

**7. O licenciamento ambiental de atividades é, muitas vezes, precário e mal formulado, quando não ignorado ou mesmo alterado. Isso ocorre devido à legislação confusa e à falta de estrutura física para analisar e fiscalizar os projetos/empreendimentos.**

**Tabela 1: Palestrantes Seminários CMADS Cidades Resilientes**

<b>Palestrante</b>	<b>Cargo</b>	<b>Tema da Palestra</b>
Germano Breem	Secretário de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade do município de Porto Alegre	Adaptação climática e os esforços do governo para a reconstrução da cidade de Porto Alegre
Beatriz Codas	Diretora da Geasa Engenharia	Infraestrutura verde para cidades resilientes
Rogério Palhares Z. Araújo	Professor da UFMG / Escola de Arquitetura, Departamento de Urbanismo	Políticas de uso do solo, planejamento e resiliência climática
Inês Magalhães	Vice-Presidente da Caixa Habitação	Políticas de habitação e as ações em infraestrutura verde
Ricardo Cardim	Diretor da Cardim Paisagismo	Arborização urbana e sustentável no Brasil
Washington Fajardo	Ex-secretário de Planejamento Urbano do município do Rio de Janeiro	Revitalização de centros urbanos
Ana Patrícia Lira	Diretora executiva ANP Trilhos	Mobilidade urbana nas cidades brasileiras
Marcela Costa	Consultora em Novos Negócios e Mobilidade - CCR Mobilidade	Mobilidade urbana nas cidades brasileiras
Venilton Tadini	Conselheiro do CDESS e Presidente da ABDIB	Matriz de transportes e mobilidade sustentável no contexto interurbano

Assim, o planejamento urbano, a gestão e o financiamento devem refletir estratégias para a criação e a proliferação de cidades verdes/ azuis/ resilientes, e precisam enfrentar os desafios combinados de exclusão social, do atraso no acesso à infraestrutura e serviços, e de exposição e vulnerabilidade a eventos climáticos extremos, mediante a articulação e a conjugação de intervenções estruturais e não estruturais e da implementação de infraestrutura verde.

Para tratarmos de cidades resilientes, em atendimento às demandas sociais e culturais das populações envolvidas, é preciso ordenar o território e ofertar moradia digna, em seus aspectos de curto, médio e longo prazos, atendendo às características sociais e culturais das populações, em condições de pertencimento e segurança; aos padrões de arquitetura sustentável (captação de energias renováveis, aproveitamento de águas pluviais e reuso de águas cinzas, soluções para conforto térmico e redução do uso de energia, coberturas verdes etc.), por intermédio de soluções urbanísticas inclusivas.

Na organização do território intraurbano é preciso levar em conta a criação e a manutenção de áreas de preservação permanente, a correção da prevaiente mobilidade árida, perigosa e estreita nas calçadas, o restabelecimento da paisagem ecológica, a delimitação de áreas de risco e áreas frágeis, a criação de espaços verdes e o incentivo à arborização para maior permeabilidade do solo urbano; a reutilização de imóveis vazios ou subutilizados, já dotados de infraestrutura urbana, além de reconhecer, nos planos, projetos e ações, a existência do racismo ambiental e, sobretudo, da necessidade de propostas alinhadas à justiça climática e social, com a adoção de medidas para proteger e preparar populações, infraestruturas e ecossistemas para os recorrentes desafios climáticos, imediatos e futuros.

No ordenamento do território regional e nacional, é urgente levar em conta os impactos ambientais, originados das atividades produtivas em toda a sua trajetória e extensão, desde os recursos que utilizam e os modos de produção, incluídos o transporte para distribuição interna e para exportação. Os caminhos apontados pela gestão de bacias hidrográficas nos parecem os mais efetivos do ponto de vista da preservação ambiental, da redução de impactos causados por eventos climáticos extremos à preservação de costumes, cultura e modos de vida das comunidades, garantindo substantivamente o acesso à água para as áreas urbanas e rurais. Precisamos, portanto, rever, pela lente das mudanças do clima, a natureza do planejamento, revisitando e integrando instrumentos preexistentes a novas estratégias.

Os inúmeros instrumentos normativos de gestão do uso e da ocupação do solo urbano - Estatuto da Cidade, Estatuto da Metrópole, Plano Diretor Municipal, Zoneamento Ambiental Municipal, Plano de Ação Climática, Plano de Prevenção e Gestão de Riscos, Plano Diretor de Drenagem Urbana, Planos Locais de Habitação de Interesse Social, Planos de Regularização Fundiária, Pagamento pela Prestação de Serviços Ambientais, Licenciamento urbano-

ambiental integrado, Sistemas de Áreas Verdes, Soluções Baseadas na Natureza e Mobilidade ativa e sustentável – merecem monitoramento e atualização permanentes, de modo a oferecer respostas compatíveis, diante da brutal realidade com que as mudanças climáticas impactam a vida das populações.

A desigualdade social e econômica se expressa no espaço físico-territorial, é causa e consequência da desigualdade espacial, e somente medidas e ações inclusivas, alinhadas à justiça climática e social contribuirão para a redução das inúmeras disparidades e da extrema vulnerabilidade ambiental em que a maioria das cidadãs e cidadãos brasileiros se encontra. Não resta dúvida de que os mais pobres sentem e sentirão com maior violência os impactos de eventos climáticos extremos, em uma espiral ascendente e desalentadora, se não tomarmos, como nação, medidas inadiáveis para a universalização do acesso a cidades seguras e resilientes .

Também não resta dúvida de que não há planejamento possível sem investimento e financiamento. Para que as intervenções necessárias alcancem o êxito almejado, elas deverão vir, obrigatoriamente, acompanhadas e apoiadas em financiamentos de aporte quantitativo, suficiente e contínuo, possibilitando a implementação de políticas, projetos e programas consequentes e articulados entre si. Não podemos repetir erros, muito menos aceitar interrupções em práticas bem sucedidas, ou a extinção de organismos de planejamento territorial, fruto de decisões inadequadas, equivocados ou omissões do passado.

Na construção de cidades resilientes, a arborização urbana, embora muitas vezes relegada a um papel supérfluo no planejamento, ocupa lugar de destaque por oferecer uma série de benefícios ao ambiente, sejam de caráter ecológico, social ou econômico.

Do equilíbrio térmico proporcionado à prevenção de enchentes, ao reduzir o escoamento superficial, a arborização evita uma maior erosão do solo, riscos de inundações, desbarrancamentos e deslizamentos de encostas. A seleção criteriosa de plantas de diferentes espécies e alturas minimiza o impacto das chuvas sobre o solo, permitindo espaços de absorção e filtragem. Os programas e projetos destinados à arborização urbana, obrigatoriamente integrados ao planejamento das cidades e ao Plano Diretor Municipal, são de grande valia no enfrentamento das mudanças climáticas.

No entanto, o verde urbano, sob as gestões municipais brasileiras, esbarra em uma série de empecilhos que dificultam ou impossibilitam seu pleno aproveitamento, tais como a ausência de corpo técnico especializado e equipamentos apropriados; a ausência de regramento, manutenção e fiscalização; a baixa eficiência ambiental e cultural; a ausência de plantios ou a utilização de espécies equivocadas ; o desconhecimento de sua importância pelos administradores eleitos; as interrupções e mudanças, conforme a gestão político-administrativa do momento. O planejamento das áreas verdes, áreas

de preservação, praças, parques e da arborização urbana em geral é parte inseparável do planejamento urbano, desde o planejamento do uso e da ocupação do solo até a execução de obras estruturais e não estruturais. A preservação e a ampliação da arborização em boas condições é prioridade para a resiliência das cidades frente a eventos climáticos extremos.

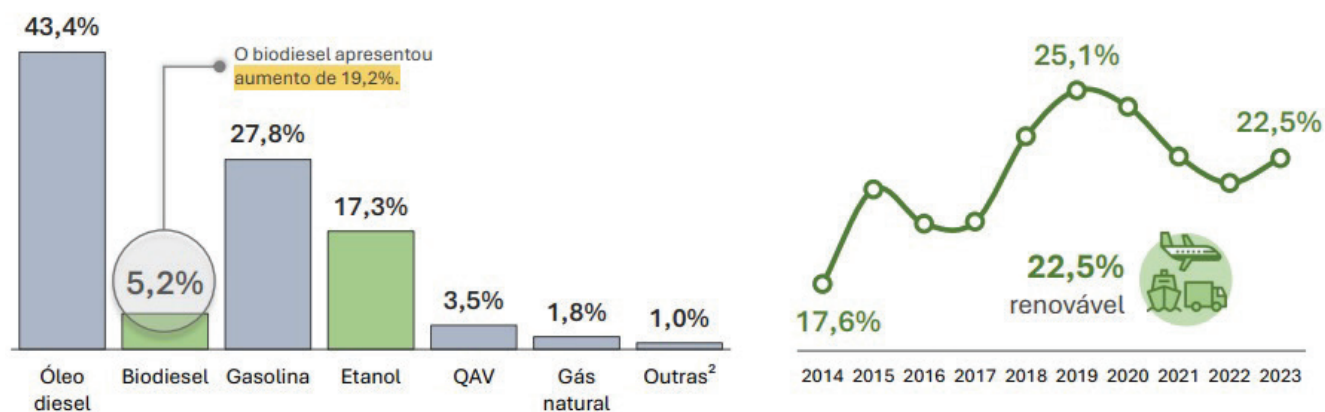
Precisamos de uma mudança de paradigma na percepção da população e da classe política. Nos tempos atuais, árvores urbanas são imprescindíveis à resiliência no enfrentamento das mudanças climáticas, à regulação do clima e à saúde da população. As árvores urbanas devem ter a mesma prioridade que a existência de outras infraestruturas vitais, tais como água, esgoto e eletricidade, e devem participar de forma abrangente e maciça nas malhas urbanas. Para tanto, é preciso uma mudança drástica de gestão, acompanhada do estímulo à educação permanente sobre a importância do verde urbano sempre e, sobretudo, em novos tempos de desafios climáticos. E do incentivo à reflexão, seguida de ação coletiva, para alterar a má vontade acumulada de parte significativa da população, habituada a conviver com problemas e tragédias causadas ou agravadas pelo descuido do poder público com a arborização, e abraçar a oportunidade de reverter o triste quadro das cidades brasileiras.

Um dos aspectos mais relevantes do direito à cidade está na universalização do acesso aos equipamentos urbanos de uso coletivo – lazer, educação, saúde e moradia – e ao efeito pendular casa-trabalho, que penaliza cotidianamente grande contingente da população. A mobilidade urbana e interurbana reveste-se de extrema urgência por refletir diretamente na qualidade de vida da população e na eficiência do transporte de passageiros e de cargas. É fundamental que tomemos medidas imediatas para modernizar, expandir e descarbonizar nossa infraestrutura de transporte .

No Brasil, o setor de transporte contribui com cerca de 9% das emissões totais de CO<sub>2</sub>, um percentual que ilustra o impacto desse segmento no contexto das mudanças climáticas. Essa contribuição é decorrente principalmente do uso de veículos movidos a combustíveis fósseis, predominantes na matriz de mobilidade do país .

O Brasil ocupa hoje uma boa posição no contexto mundial, mas ainda há espaço para evoluir e manter-se na vanguarda da transição energética no setor.

Em 2023, registrou-se um avanço notável no Brasil, com o percentual de energia renovável no setor de transportes alcançando 22,5% (Figura 1). É o que mostra o Balanço Energético Nacional (BEN) de 2024, divulgado pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE), em parceria com o Ministério de Minas e Energia (MME). Esse número reflete não apenas um esforço coletivo em prol de uma matriz energética mais limpa, mas também uma crescente conscientização sobre a importância de diversificar as fontes de energia utilizadas no transporte. Apesar da matriz energética estar em uma curva positiva, ainda temos uma matriz de transporte rodoviária, com ênfase no transporte individual.



Fonte: Balanço Energético Nacional (BEN) 2024.

O caminho para a descarbonização no setor de transportes enfrenta desafios complexos. O consumo de energia por passageiro-quilômetro é elevado e, em muitos casos, o transporte ainda é ineficiente, o que representa uma barreira significativa à redução das emissões de carbono. O transporte coletivo, mesmo que via ônibus com combustível fóssil, pode reduzir as emissões de GEE em até dois terços por passageiro por quilômetro, em comparação aos veículos privados.

Além disso, os sistemas de transporte urbano, que desempenham um papel essencial na mobilidade de grandes cidades, estão chegando perto de seus limites operacionais. Essa situação ressalta a necessidade urgente de implementação de novas soluções que possam melhorar a eficiência energética, reduzir o impacto ambiental e atender à crescente demanda por transporte sustentável. Medidas como a modernização da infraestrutura, o investimento em modais mais eficientes (VLTs, metrô, trens) e a promoção de tecnologias inovadoras são cruciais para enfrentar esses desafios e alcançar uma mobilidade mais sustentável.

De acordo com estudo do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID, somente para atualizar a infraestrutura para a descarbonização do transporte o Brasil é preciso investir US\$ 110 bilhões por ano, até 2040 – um total de quase US\$ 1,8 trilhão de investimento, ao longo dos próximos 16 anos.

A infraestrutura de transporte é fator crucial para enfrentar os desafios da descarbonização e melhorar a eficiência energética no setor. Em nosso país, mais de 60% do transporte de cargas se dá pela malha rodoviária e a maioria dos caminhões ainda depende de combustíveis fósseis.

A cabotagem, o transporte ferroviário e o fluvial apresentam vantagens significativas em termos de custos e sustentabilidade, em comparação ao modal rodoviário, especialmente para cargas volumosas e em longas distâncias.

Os dados a seguir demonstram a importância de diversificar os modais de transporte

e de priorizar investimentos naqueles que oferecem maior eficiência e menor impacto ambiental, como o modal ferroviário e aquaviário.

### **Modal Rodoviário (transporte de cargas):**

- Consumo de combustível: Aproximadamente 3,0 a 4,5 litros de diesel, por 100 km por tonelada transportada;
- Eficiência: Em média, transporta de 10 a 15 toneladas por viagem;
- Emissões: Aproximadamente 70 a 100 g de CO2 por tonelada-km;
- Impacto: O modal rodoviário é o maior emissor entre os modais, pelo alto consumo de combustível e a quantidade de veículos em circulação.

### **Modal Ferroviário (transporte de cargas):**

- Consumo de combustível: Cerca de 0,4 a 1,0 litro de diesel, por 100 km por tonelada transportada;
- Eficiência: Pode transportar de 50 a 100 toneladas por vagão;
- Emissões: Cerca de 20 a 30 g de CO2 por tonelada-km;
- O transporte ferroviário é muito mais eficiente em termos de emissões, devido à sua capacidade de carga e ao uso de locomotivas mais eficientes.

### **Modal Aquaviário (Cabotagem e Fluvial):**

- Consumo de combustível: Aproximadamente 0,5 a 1,0 litro de diesel, por 100 km por tonelada transportada;
- Eficiência: Um navio pode transportar de 1.000 a 10.000 toneladas (ou mais), dependendo do tipo;
- Emissões: Aproximadamente 10 a 20 g de CO2 por tonelada-km;
- Impacto: O transporte aquaviário é o mais eficiente em termos de emissões, especialmente para longas distâncias, devido à sua alta capacidade de carga e menor consumo de combustível por tonelada.

Ainda, a intermodalidade, integração de diferentes modais, pode proporcionar uma solução mais eficiente e ambientalmente amigável para o transporte de cargas.

O caminho a percorrer é claro: investir em mobilidade sustentável, em soluções de uso e ocupação do solo inclusivas e em priorização de espaços de preservação e de arborização urbana é investir em um futuro mais verde e eficiente.

Finalmente, é urgente o fortalecimento das instituições públicas em defesa do interesse

público; o investimento público, na contratação de consultorias técnicas, que incluam em seus produtos a capacitação do funcionalismo público, a efetiva participação social durante os processos de elaboração, decisão e implementação de propostas; a reconstrução de cidades e de unidades habitacionais, a partir da lógica de resiliência, adaptação e mitigação dos efeitos da crise climática, com respeito às legislações urbanas e ambientais; e a incorporação do princípio de justiça climática e social, com atenção às questões de gênero, raça e classe.

## **Recomendações**

### **EIXO 1 – Uso e ocupação sustentável do solo e soluções baseadas na natureza.**

#### **Recomendação 1. Programa de Financiamento Perene a Obras de Infraestrutura Verde e Azul**

Considerando que os recursos disponíveis nos orçamentos públicos são insuficientes e inconstantes, e que sua aplicação muitas vezes não acompanha um planejamento integrado e atento às questões ambientais, é necessário assegurar fontes de financiamento perene a obras de infraestrutura verde e azul, com critérios claros de sustentabilidade a curto, médio e longo prazos.

- a) As outorgas e contrapartidas previstas em legislações locais devem ter parte significativa reinvestida nas soluções ambientais.
- b) Parcerias público-privadas demandam critérios claros de investimento e contrapartidas, além de ter assegurada a transparência e o controle social do processo. Além disso, precisam ser incentivadas.

#### **Recomendação 2. Programa de Ocupação de vazios urbanos**

- a) Desestímulo ao espraiamento urbano e incentivo à ocupação criteriosa dos vazios urbanos, adotando o conceito de cidades compactas e caminháveis, garantindo áreas de uso público, áreas verdes e de preservação, e áreas habitacionais articuladas a programas habitacionais de interesse social, aproximando o emprego da moradia;
- b) Fomento à adaptação de edificações não utilizadas ou subutilizadas para moradia de interesse social, com ênfase nas áreas centrais das cidades;
- c) Ampliação da urbanização de assentamentos precários em áreas passíveis de ocupação segura, por intermédio de soluções que eliminem riscos e desastres, adotando mecanismos de prevenção de enchentes e deslizamentos, garantindo a participação da população moradora na definição dos projetos. Priorização de projetos e obras com



soluções de alta qualidade ambiental, baixo impacto e facilidade de manutenção;

d) Priorização de amplo programa de melhorias habitacionais com parâmetros de sustentabilidade e assessoria técnica, mediante a utilização dos mecanismos propostos na Lei da ATHIS (Lei federal nº 11.888/2008 de abrangência nacional), que assegura às famílias com renda de até três salários mínimos recebam assistência técnica pública e gratuita para a elaboração de projetos, acompanhamento e execução de obras necessárias para a edificação, reforma, ampliação ou regularização fundiária de suas moradias. É necessário investimento em tecnologia para poder atender esses programas.

### **Recomendação 3. Programa de sustentabilidade nas construções**

a) Incentivo à industrialização da construção civil em diversas escalas, respeitando parâmetros de sustentabilidade em todas as etapas do processo;

b) Criação de estímulos a soluções construtivas sustentáveis, observando critérios que incluam o uso e a manutenção durante a vida útil e o desmonte e/ou descarte;

c) Incentivo à certificação de sustentabilidade das edificações segundo critérios estabelecidos por organismos nacionais, em especial das edificações públicas;

d) Estabelecimento de programas de manutenção de equipamentos e sistemas de prevenção de desastres ambientais;

e) Incentivo à pesquisa no campo das tecnologias ambientais e de soluções baseadas na natureza, fomentando sua aplicação nas edificações e nas obras de infraestrutura;

f) Incentivo à reciclagem, ao reaproveitamento e as melhorias nas edificações, reduzindo o desperdício e os impactos ambientais;

g) Incentivo e subsídio as intervenções de pequena escala, geradoras de incremento à economia local e popular, com aporte de assistência técnica.

### **Recomendação 4. Legislação**

a) Criação de um Grupo Interministerial para revisar e integrar os instrumentos jurídicos preexistentes a novas estratégias, pela lente das mudanças climáticas;

b) Intensificação da aplicação dos instrumentos e mecanismos propostos no Estatuto da Cidade e no Estatuto das Metrópoles; incorporação prioritariamente, nas revisões dos Planos Diretores, parâmetros e metas ambientais e melhoria da qualidade de vida.

## **EIXO 2 – Arborização e paisagismo sustentável: fator essencial na resiliência urbana**

## Recomendação 1. Incentivo à arborização urbana

a) Incentivo à criação de programas e a implementação de projetos destinados à arborização urbana, integrados ao planejamento das cidades e ao Plano Diretor Municipal.

b) Criação de mecanismos de repasse de verbas por meio de pontuação das ações de proteção e de ampliação da vegetação urbana, nos moldes da lei 18.030 de 12 de janeiro de 2009, que estabelece critérios para distribuir a receita do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) entre os municípios de Minas Gerais, com o objetivo de melhorar a distribuição da receita arrecadada com o imposto e a promoção do desenvolvimento de políticas públicas municipais.

O IEPHA-MG orienta os municípios sobre como receber os recursos do ICMS Patrimônio Cultural, que são destinados à preservação do patrimônio cultural do estado. Os municípios devem comprovar que a política municipal de patrimônio cultural está bem estruturada, com a participação da comunidade e dos Conselhos de Patrimônio Cultural. Em 2024, 840 dos 853 municípios pontuaram no ICMS Patrimônio Cultural, o que representa 98,47% de participação, significando um grande alcance territorial do programa e o sucesso da política de incentivo, gestão e promoção do patrimônio cultural mineiro.

c) Desenvolvimento de campanhas informativas sobre o valor da vegetação urbana para a saúde e as atividades humanas e implantação de oficinas de práticas de cultivo e cuidado na rede de ensino básico e para moradores.

d) Incentivo à utilização da vegetação como instrumento de recuperação de áreas degradadas e recomposição de espaços urbanos.

## Recomendação 2. Sistema Único de Arborização – SUA

Implantação do Sistema Único de Arborização Urbana, acoplado ao SISNAMA, mas com suas características específicas, articulando setores e iniciativas de forma solidária, complementar e participativa entre os três entes da Federação: a União, os Estados e os municípios, baseado nos princípios da universalização do direito ao meio ambiente saudável, com o objetivo de reduzir as desigualdades urbanas.

Um sistema que elabore diretrizes embasadas em ciência, conforme as regiões do país, que incentive a pesquisa de técnicas de arborização para a realidade brasileira; e que cuide da regulamentação e da obrigatoriedade de arborização eficiente e abrangente; além de fiscalizar e estabelecer padrões de entrega de mudas nativas de alta qualidade e elaboração de índices mínimos obrigatórios de áreas verdes de lazer, por habitante, nas cidades.

## Recomendação 3. Embrapa Paisagismo e Arborização

a) Implantação da Unidade Descentralizada Embrapa Paisagismo e Arborização, com dotação orçamentária própria voltada para a pesquisa de espécies nativas para a

arborização urbana e o paisagismo público e para o aprimoramento do conhecimento sobre espécies nativas ao paisagismo privado, para fomentar a maior biodiversidade nativa do planeta.

b) Criação de mecanismos para que as compras públicas de paisagismo e arborização sejam feitas dentro das listas de espécies nativas regionais, fornecidas pela Embrapa Paisagismo e Arborização; e fomento as expressões culturais com as espécies nativas brasileiras para a popularização de nossa fauna e flora

c) Incentivo à reinserção e à valorização dos biomas nativos dentro das cidades, por meio de ferramentas eficientes de educação ambiental

## **EIXO 3 – Mobilidade Urbana Sustentável**

A partir da análise das diferentes eficiências e custos dos modais, vemos que, para garantir um futuro sustentável, é necessário priorizar investimentos em infraestrutura que promovam o aumento da participação dos modais mais eficientes e de menor impacto ambiental. Investir em infraestrutura é buscar a eficiência logística, é investir em descarbonização.

### **Recomendação 1 – Política de Financiamento do Transporte Público Coletivo**

a) Novos instrumentos garantidores de recursos para o financiamento do avanço do transporte público coletivo, como a instituição de um Fundo Nacional de apoio ao Transporte Estruturante;

b) Criação de Regime Tributário Especial (estadual), para o Incentivo à Modernização e a Ampliação da Estrutura de Mobilidade sobre Trilhos (como o REIDI, já em vigor para o setor no âmbito federal, com isenção de PIS/COFINS, na fase de implantação;

c) Políticas de incentivo econômico e priorização do transporte sustentável e eficiente, com programas de crédito para empresas construtoras e operadores com taxas atrativas e de longo prazo.

### **Recomendação 2 – Política de Incentivo para a criação da Autoridade Metropolitana**

Estímulo a Governança Metropolitana de Transporte por parte de estados e municípios, incentivando o planejamento de longo prazo nas cidades, a integração dos modais, o aumento da eficiência da mobilidade, a melhora da qualidade de serviços e a ampliação da modicidade tarifária. Incentivos conferidos aos estados, distrito federal e municípios organizados na forma de Autoridade Metropolitana.

a) Repasse prioritário dos recursos da União por meio de programas de transferência

obrigatória ou transferência voluntária para projetos estruturantes do setor;

b) Acesso a bens: preferência para uso de bens devolvidos ou desativados por concessionárias do serviço de transporte;

c) Criação de linha de crédito facilitada para projetos desenvolvidos pela Autoridade Metropolitana, endereçada a instituições financeiras públicas.

### **Recomendação 3 – Plano Estratégico da Mobilidade Urbana sobre Trilhos**

Desenvolvimento de um Plano Estratégico que apresente a demanda de projetos estruturantes de transporte nas regiões metropolitanas com mais de 1 milhão de habitantes, com o objetivo de prospectar e de fomentar uma carteira de investimentos para o desenvolvimento de estudos, projetos, concessões e parcerias.

### **Recomendação 4 – Programa de Segurança Jurídica para Investimentos**

a) Novo Marco Legal do Transporte Público Coletivo;

b) Qualificação do crime de roubo, furto e receptação de cabos no setor metroferroviário e desenvolvimento de políticas públicas que incentivem e protejam o setor.

### **Recomendação 5 - Modernização dos marcos legais e regulatórios, assegurando a segurança jurídica e regulatória dos contratos e previsibilidade e atração de investimentos.**

a) Fortalecimento das agências reguladoras federais e estaduais para garantir arcabouço jurídico e regulatório forte;

b) Desenvolvimento de instrumentos para captação de recursos privados estrangeiros para financiar grandes projetos logísticos;

c) Priorização de projetos estruturantes nacionais e estaduais no setor de transportes para promoção da mobilidade urbana ou da descarbonização da matriz de transporte, sejam eles de parcerias público privadas ou mesmo exclusivamente públicos ou privados. Incluir esses projetos estruturantes no Programa PAC ou no PPI para que se tenha um acompanhamento e a priorização pela Casa Civil, e um selo do Governo para atrair investidores estrangeiros.

d) Atualização do Plano Nacional de Logística, incluindo estudos de hidrovias com

potencial de navegação de passageiros e transporte de cargas. Estudo e previsão da conexão entre os modais, com a criação de corredores logísticos integrados explorando a cabotagem e o potencial hidroviário e ferroviário.

e) Apoio à revisão da Lei das Concessões, atualmente em pauta no Congresso Nacional por meio do PL 7.063/2017, defendendo o estabelecimento de prazos para reequilíbrios contratuais e para manifestação dos órgãos de controle, instrumentos para facilitar a transferência de controle acionário, regras sobre extinção ou intervenção na concessão, a exploração de receitas acessórias e ainda a previsão de compartilhamento de riscos e de contratos multimodais.

## **Recomendação 6: Incentivos aos biocombustíveis**

a) Priorização da tempestiva regulamentação da Lei 14.993/2024, dos Combustíveis do Futuro;

b) Instrumentação das agências reguladoras para a efetiva fiscalização da qualidade dos biocombustíveis e as corretas misturas comercializadas, quando for o caso;

c) Criação de instrumentos para financiamento da indústria de produção de biocombustíveis, considerando os valores expressivos de investimentos para a impactação;

d) Implementação de política de benefícios e incentivos fiscais e tributários para promover a criação e fortalecimento dessa indústria, como a inclusão do setor no REIDI;

Fomentar e financiar projetos de pesquisa e desenvolvimento para toda a cadeia, desde a produção de bioinsumos, biomassa, biogás, transporte e armazenagem, refino, bem como as possíveis aplicações dos biocombustíveis.

## **Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP)**

### **COP 29**

No âmbito da 29ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima COP29, a CMADS/CDESS organizou a mesa "Financiamento para Adaptação às Mudanças Climáticas com Recuperação de Áreas Degradadas: O Papel dos Países Desenvolvidos e Bancos de Desenvolvimento".

A mesa contou com a participação de especialistas, do Ministério da Fazenda, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), e do Instituto Clima e Sociedade, e teve como objetivo discutir estratégias para a redução de emissões de gases de efeito estufa no setor agropecuário brasileiro, promovendo práticas mais sustentáveis, como o manejo agroecológico, a integração lavoura-pecuária-floresta e a recuperação de áreas degradadas.

Durante as apresentações foram destacados instrumentos e programas relevantes, como

a Taxonomia Verde e iniciativas brasileiras voltadas à recuperação de áreas degradadas. Entre os exemplos, destacaram-se o Programa de Conversão de Pastagens, do Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA), e o Programa Arco de Restauração da Amazônia, liderado pelo BNDES.

Além disso, foi apresentada a iniciativa da Organização da Sociedade Civil Instituto Clima e Sociedade, denominada Brazil Climate and Ecological Transformation Investment Platform (BIP). Esse projeto tem como foco principal impulsionar o plano de transformação ecológica e a política climática no Brasil, bem como o apoio à mobilização de capital internacional para projetos e programas estratégicos.

## Desdobramentos COP 30

Em 2025, o Brasil sediará a 30ª COP (COP30), um marco histórico para o país e oportunidade única para liderar avanços necessários nos compromissos dos países com o Acordo de Paris. Os seguintes temas serão discutidos no evento: (I) redução de emissões de gases de efeito estufa; (II) adaptação às mudanças climáticas; (III) financiamento climático para países em desenvolvimento; (IV) tecnologias de energia renovável e soluções de baixo carbono; (V) preservação de florestas e biodiversidade; e (vi) justiça climática e os impactos sociais das mudanças climáticas. Com a intensificação de eventos climáticos extremos e a intensificação dos compromissos dos países ricos com as metas de financiamento, espera-se avançar em ações concretas de combate às mudanças climáticas, integrando perspectivas de governos, sociedade civil e especialistas.

Reconhecendo a importância da COP30 para o Brasil e o mundo, a CMADS elegeu o evento como prioritário e está desafiada a contribuir na articulação entre governo, sociedade civil e especialistas, objetivando garantir que as discussões e ações propostas reflitam as demandas e necessidades da sociedade brasileira. No âmbito dos preparativos para a COP30, a CMADS tem articulado iniciativas com foco em quatro temas prioritários:

### Engajamento dos Conselheiros nas Negociações

Mobilização dos conselheiros do CDESS para participativamente da construção das diretrizes que orientarão as negociações internacionais da COP30. Esse trabalho inclui a identificação de prioridades estratégicas, como financiamento climático, bioeconomia e recuperação de áreas degradadas, garantindo que as demandas nacionais sejam amplamente representadas.

### Contribuição no Plano de Ação para a COP30

Atendendo a demandas da Secretaria Extraordinária para a COP-30 (SECOP) e dos Ministérios do Meio Ambiente e Mudança do Clima e das Relações Exteriores, a CMADS poderá contribuir com a estratégia de participação da sociedade civil.

Para promover a participação social e ampliar o debate, em parceria com o Ministério das Relações Exteriores e a Secretaria de Mudança do Clima do Ministério do Meio Ambiente, a CMADS poderá organizar câmaras temáticas e eventos preparatórios para a COP30. Esses eventos terão por objetivo reunir representantes da sociedade civil, especialistas e autoridades, criando um espaço colaborativo para a construção de diretrizes e recomendações estratégicas.

## Imagem e Reputação do Brasil

O projeto Imagem e Reputação do Brasil surgiu com o propósito de projetar o Brasil como uma força global em sustentabilidade e inovação. Aproveitando a visibilidade da COP 30, esse projeto enxerga a oportunidade única de fortalecer uma imagem nacional, fundamentada em nossa biodiversidade, valores culturais e compromisso com o desenvolvimento sustentável.

### Quem e quando começou o projeto

O projeto iniciou suas atividades no início de 2024 e os resultados serão divulgados em dezembro. O projeto foi liderado por conselheiros da CMADS e por membros convidados que, atuando de forma voluntária, formaram uma equipe multidisciplinar de profissionais.

O projeto contou ainda com a articulação entre o Ministério das Relações Exteriores, a APEX e a EMBRATUR. Recentemente, foram também envolvidos o Ministério do Meio Ambiente e Mudança Climática e a Secretaria de Comunicação Social (SECOM) da Presidência da República. Futuramente, outros órgãos do Governo Federal e, principalmente os atores privados e não-governamentais que atuam no exterior devem ser envolvidos dando volume e consistência ao projeto.

### Como foi construído

O projeto foi realizado em quatro etapas principais, conforme a seguir e representadas na Figura 1:

**1. A opinião do CDESS:** mapeamento e compreensão das percepções atuais que os Conselheiros têm sobre a imagem do Brasil. Nessa etapa foram realizadas duas pesquisas: a primeira qualitativa, que ouviu 10 pessoas, e a segunda, quantitativa, que ouviu 60 Conselheiros;

**2. A opinião de especialistas e representantes de setores diversos da sociedade civil:** escutas, realizadas com 24 influenciadores, entre pesquisadores, acadêmicos, empresários e artistas, para captar diversas visões e perspectivas sobre e para o Brasil;

**3. A opinião dos brasileiros:** pesquisa quantitativa, com 3.266 brasileiros de todo o território nacional, abordando percepções atuais e projeções futuras a respeito da imagem e reputação do Brasil;

**4. Entrega Final:** relatório digital contendo os elementos principais para basear o fortalecimento da imagem e reputação do Brasil, incluindo insights da pesquisa, macro narrativas, tom de voz e potenciais iniciativas e estratégias para integração na agenda da COP 30.

### Fortalecendo a Imagem do Brasil: Uma Jornada Estratégica

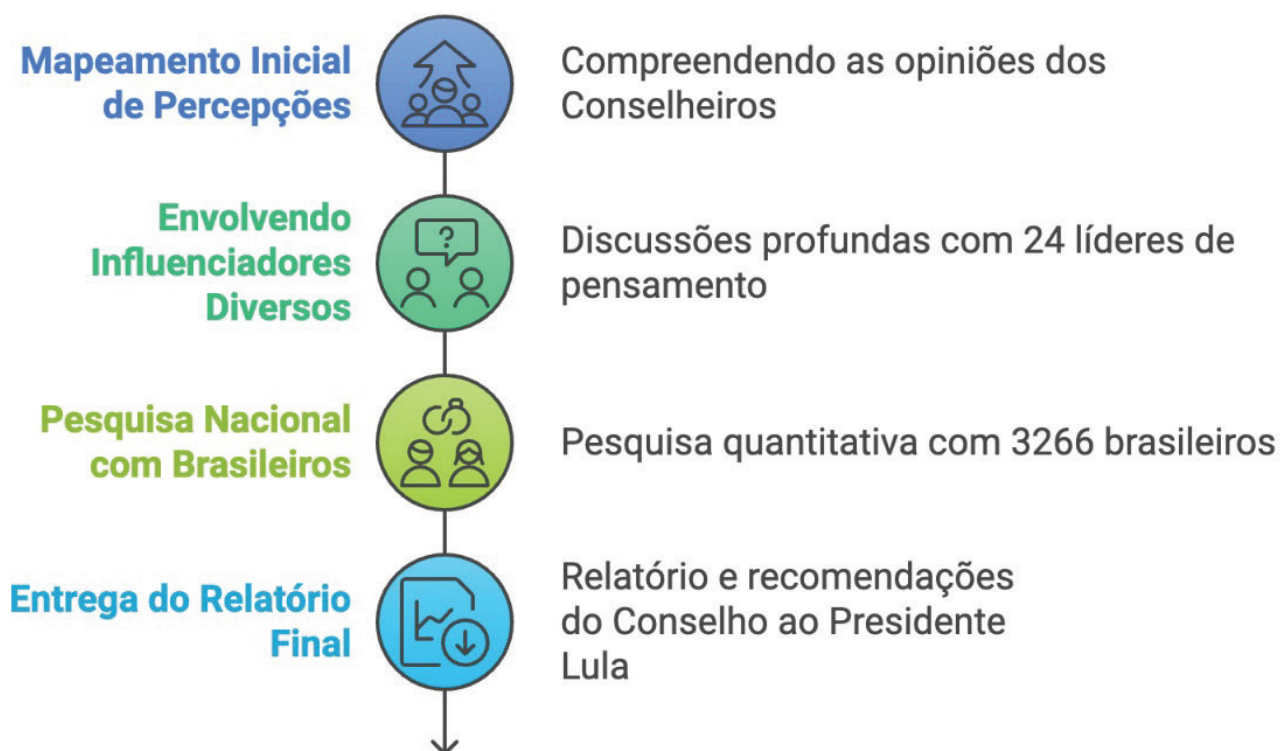


Figura 1: Etapas da Iniciativa Imagem e Reputação do Brasil

## Quais os próximos passos

Movimento (Projeto), provisoriamente chamado de REPUTAÇÃO BRASIL, que propõe envolver uma rede colaborativa entre governo, sociedade civil, universidades, empresas e instituições de destaque, articulando as ações de maneira consistente e impactante. A forma de governança e os participantes deverá ser discutida na sequência. A proposta envolve:

- **Agenda Integrada de Atividades Internacionais:** Criação de um cronograma nacional que organize a participação do Brasil em eventos internacionais, assegurando uma comunicação alinhada entre órgãos e setores.
- **Centralização de Informações:** Desenvolvimento de um portal central para acesso a agendas, materiais e guias de comunicação.



- **Formação e Capacitação de Porta-Vozes:** Treinamento de representantes para garantir consistência nas mensagens e alinhamento com diretrizes de imagem.
- **Material de Apoio e Macro Narrativas:** Produção de apresentações, discursos-modelo e materiais visuais para apoiar as comunicações. Definição de narrativas amplas, com temas como sustentabilidade e inovação cultural, que podem ser adaptadas conforme o público-alvo.
- **Parcerias com Academia e Setor Privado:** Envolvimento de instituições de ensino e pesquisa para gerar publicações e estudos que fortaleçam a liderança do Brasil, além de colaboração com empresas para promover campanhas de imagem.
- **Diplomacia Cultural e Ambiental:** Parcerias com organizações para fomentar atividades que realcem a diversidade e sustentabilidade do Brasil em eventos internacionais.

## Iniciativas Especiais e Transversais

### Queimadas foram intensificadas nos biomas brasileiros

Em 2024, as queimadas se intensificaram nos biomas brasileiros, especialmente na Amazônia, no Cerrado e no Pantanal, em decorrência de uma combinação de diversos fatores climáticos e atividades humanas. Uma combinação de escassez de chuvas e aumento de temperaturas, que culminou na proliferação de incêndios florestais espalhados pelo país. Somado a isso, práticas agrícolas inadequadas e exploração ilegal de madeira levaram ao aumento da degradação ambiental.

O governo e organizações da sociedade civil enfrentaram desafios para controlar os incêndios e houve mobilizações para aumentar a fiscalização e promover ações de preservação das florestas. De acordo com o Centro Nacional de Monitoramento de Alertas e Desastres Naturais - CEMADEN/MCTi, os incêndios foram considerados desastres ambientais, com impactos diretos na biodiversidade, na economia, na saúde e na qualidade de vida de toda a sociedade.

Diante desse cenário, em setembro de 2024 o CEMADEN e o Conselho de Desenvolvimento Social Sustentável, por meio da CMADS, realizaram reunião para chamar a atenção para a grave situação das queimadas no Brasil. O encontro serviu para discutir medidas de prevenção, possíveis ocorrências da situação em anos posteriores, bem como para propor recomendações da Comissão que poderiam ser levadas ao Presidente da República.

Na reunião foram apresentadas e discutidas as seguintes recomendações:

- 1. Construção de recomendações nas Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs), a partir dos dados do CEMADEN, junto ao MMA;**
- 2. Apoio à implementação das recomendações do GT de Áreas Degradadas;**
- 3. Aprofundamento do tema de adaptação climática dos municípios.**

Dentre as recomendações do GT de Áreas Degradadas, destacou-se a implementação da

Estratégia Nacional de Recuperação de Áreas Degradadas, por meio do Plano de Ação Nacional para Acelerar e Ampliar a recuperação de áreas degradadas e o aumento de estoque florestal e hídrico. O plano de ação está concentrado em dois Eixos de ação: Eixo da Recuperação Produtivas, que tem como ênfase a reabilitação de áreas para recuperar e otimizar a produção, e o Eixo de Restauração Ecológica, com o foco na destinação de áreas com finalidades de uso produtivo sustentável, como os sistemas agroflorestais e a intervenção em áreas para restituir a vegetação nativa.

O próximo passo é reunir os integrantes do GT e os órgãos responsáveis pra construir e detalhar o Plano de Ação Nacional para Acelerar e Ampliar a recuperação de áreas degradadas e o aumento de estoque florestal e hídrico, indicando ações concretas, responsáveis, objetivos e metas.

#### **4. Destaque para a importância da educação ambiental no ensino básico e em outros setores da sociedade.**

A educação é chave para impulsionar ações concretas e transformadoras e, nesse sentido, o apoio a professores e aos jovens para que se percebam como agentes de transformação da própria realidade. Um exemplo desse tipo de ação é o programa Itinerários Amazônicos, programa que oferece formação continuada para educadores brasileiros, acompanhado de materiais com práticas pedagógicas territorialmente contextualizadas, numa implementação colaborativa com oito secretarias de educação da Amazônia Legal: Acre, Amazonas, Amapá, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Tocantins e Roraima. Com mais de 30 mil educadores alcançados desde 2023 e impacto potencial em 1 milhão de estudantes, o programa contribui para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030.

O módulo “Desmatamentos e Economia Amazônica” do Programa Itinerários Amazônicos, especificamente, propõe uma reflexão sobre a relação entre as queimadas na Amazônia e os impactos econômicos, sociais e políticos que elas geram, possibilitando que estudantes pensem soluções inovadoras, considerando as perspectivas da bioeconomia para a região.

Diante disso, o programa contribui para que os estudantes do Ensino Médio e do Ensino Fundamental nos Anos Finais vivenciem um percurso escolar atento aos dilemas mundiais, que integram a sua realidade às competências e habilidades para a conservação, valorização e respeito à Amazônia.

Além dessas recomendações, na reunião foram discutidas as seguintes ações:

- 1. Dar voz aos atores sociais locais a partir de plataformas de monitoramento regional de acesso aberto, trazendo transparência e cooperação de forma estruturada (comunicação do risco);**
- 2. Fortalecimento do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal - PPCDAM e os Plano Estaduais de Prevenção e Controle do Desmatamento e Queimada - PPCDQ, além da melhoria da questão fundiária, principalmente na Amazônia, com a demarcação das unidades de conservação e territórios indígenas, além de responsabilização de gestores e políticos;**

3. Instituição de selos, como por exemplo carne sem fogo;

4. Investimento em florestas secundárias por meio do Plano Nacional de Vegetação Nativa (Planaveg), que prevê a restauração em reservas legais e em áreas de preservação permanente, bem como em áreas com baixa aptidão agrícola.

## Licenciamento Ambiental e Saneamento

O CDESS promoveu reuniões com órgãos do Governo para discutir proposta de alteração no licenciamento ambiental relacionado à instalação de Estações de Tratamento de Esgoto (ETEs).

A proposta, que é liderada pelo conselheiro do CDESS Virgílio Viana e que tem o apoio do Instituto Trata Brasil, foi desenvolvida no âmbito da 'Imagine Brasil', iniciativa da Fundação Dom Cabral, que integra lideranças do mercado, da sociedade civil e do setor público, para contribuir com projetos de desenvolvimento sustentável.

A CMADS e a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) realizaram uma reunião conjunta onde os conselheiros do CDESS concordaram em absorver a proposta defendida pelo Conselheiro Virgílio Viana, na plenária de dezembro de 2024. O tema deverá, no entanto, continuar em debate ao longo do primeiro semestre de 2025, com a expectativa de que elaboração de uma proposta de decreto, a ser negociada com o governo, como recomendação a ser enviada ao Presidente Lula.

Abaixo, segue as propostas apresentadas, e validadas:

1. Os efluentes de estações de tratamento de esgoto sanitário, observados os padrões de lançamento, não devem ser obrigados a observar os padrões de qualidade do corpo receptor por um período de 4 (quatro) anos, realizando o monitoramento para subsidiar as metas intermediárias e progressivas para atingir os padrões da classe correspondente, após esse período;

2. As Licenças de Instalação e de Operação devem ser concedidas concomitantemente, observada a autorização para a supressão de vegetação e a intervenção em áreas de preservação permanente (APP).

## Agenda Positiva do Agro

O Conselho iniciou diálogo com o setor produtivo do agronegócio, com o intuito de apresentar, debater e difundir boas iniciativas do setor, que envolvam a produção, o processamento e a comercialização de produtos agrícolas e pecuários no país.

A Conselheira Teresa Vendramini, que teve participação ativa no GT de Áreas Degradadas, concluído no segundo semestre de 2023, propôs uma Iniciativa Especial sobre uma AGENDA POSITIVA DO AGRO, reunindo conselheiros (as) do agronegócio e um grupo de convidados (as) representativos (as) do setor.

Esse grupo, que reúne profissionais, especialistas e interessados no desenvolvimento do setor, iniciou as discussões nesse semestre de 2024, com o objetivo de construir uma visão positiva e promissora para o futuro do agro no Brasil, estabelecendo um diálogo contínuo

com a sociedade e os governos, destacando práticas sustentáveis, inovações tecnológicas e exemplos de excelência que possam inspirar e fortalecer o agronegócio nacional, um setor essencial para a economia, que não apenas impulsiona o crescimento do país, mas também se compromete com o desenvolvimento sustentável e a responsabilidade social. Essa Iniciativa vai reunir recomendações e tem como objetivo apresentar um elenco de práticas positivas empreendidas pelo setor do agronegócio brasileiro, como referência de engajamento em pautas de sustentabilidade.

## Iniciativa de Pesquisa e Inovação para a Amazônia

A Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), o Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável (CDESS/SRI) e a Secretaria de Economia, Descarbonização e Biondústria do MDIC realizaram o Workshop “Iniciativas de Pesquisa e Inovação para a Amazônia”, nos dias 4 e 5 de setembro de 2024, em Manaus/AM. O evento contou com a presença de cerca de 70 atores governamentais e da sociedade civil, representando 43 instituições.

O objetivo do Workshop foi compartilhar iniciativas de pesquisa e inovação e explorar a integração de novos projetos e redes de cooperação científica que contribuam na orientação do financiamento público de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I), na Amazônia.

Além da apresentação de propostas para o fomento de CT&I para a Amazônia, o evento resultou em uma comunicação eficaz entre os principais agentes, sobre as iniciativas e os projetos em discussão, identificação de pontos de convergência entre as propostas e oportunidades de cooperação e apoio, a identificação de pontos de convergência entre os atores envolvidos e o Pacto para uma Política de Ciência, Tecnologia e Inovação para o desenvolvimento da Amazônia.

## Monitoramento dos Grupos de Trabalho Relacionados

### Amazônia

A partir do diagnóstico de que há grande evasão de egressos do sistema de ensino tecnológico e superior na região amazônica, que poderiam estar contribuindo para o desenvolvimento local, o GT Amazônia discutiu e recomendou ações que poderiam mudar esse cenário, dentre as quais destaca-se o arranjo Mais Conhecimento na Amazônia, que propõe vincular os egressos das universidades da Amazônia ao desenvolvimento da região, por meio de incentivos, criação de ambientes de inovação e da promoção do empreendedorismo e da empregabilidade.

Em parceria com o MCTI, especialmente a Subsecretária de Ciência e Tecnologia da Amazônia, CNPq, MEC, CAPES, a CMADS vem acompanhando o processo de implantação

da Proposta Mais Conhecimento na Amazonia, que envolve as seguintes etapas:

- Lançamento do Edital Redes de Pesquisa e Extensão para o Desenvolvimento Social – Edital conjunto CAPES e CNPq que contempla o total de 50 milhões de investimento em bolsas, direcionados a todo o território nacional;
- Parceria com MCTI para viabilizar arranjos territorializados de conhecimento, com o objetivo de vincular os egressos ao desenvolvimento da região, criando incentivos, ambientes de inovação e promovendo o empreendedorismo e a empregabilidade;
- Elaboração de uma plataforma digital com o BNDES e a Organização das Cooperativas do Brasil que reúne informações dos Egressos das Instituições de Ensino Superior e Tecnológico e as demandas de empregabilidade do setor cooperativista na Amazônia.

## Ficha Técnica da CMADS

### Conselheiros inscritos:

99

### Grupo coordenador:

**10 conselheiros:** Elbia Gannoum; Guto Quintella; Jeanine Pires; Jeovani Salomão; José Carlos Martins; Joseph Couri; Marina Grossi; Marcel Fukuyama; Marilene Corrêa; Rodrigo Sabatini

### Equipe CDESS:

Lígia Valadão, José Ivan Aquino, Ana Paula Podcameni e Raimunda Monteiro.

### Equipe IBICT:

Anael Nascimento, Andréa Doyle, Caroline Frasson e Ana Carolina Cazetta.

### Data da instalação:

20 de julho de 2023

### Ministérios e entidades envolvidos:

Ministério de Meio Ambiente e Mudança do Clima, Ministério das Relações Exteriores, Ministério da Educação, Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, Ministério do Turismo, Ministério de Gestão e Inovação em Gestão Públicos, Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio, Casa Civil/Presidência da República, Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo (Embratur) e Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (APEX), Secretaria de Comunicação da Presidência da República, Secretaria Especial da COP-30, Centro Nacional de Monitoramento de Alertas e Desastres (CEMADEN), Secretaria de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade do município de Porto Alegre, Geasa Engenharia, UFMG / Escola de Arquitetura, Departamento de Urbanismo, Caixa Habitação, Cardim Paisagismo, ANP Trilhos, CCR Mobilidade, ABDIB

# Anexo I

## Aperfeiçoamento do Licenciamento Ambiental de ETEs

### Contexto

No início do mês de setembro, o conselheiro Virgílio Viana procurou o secretário Paulo Pereira e o ministro Padilha, para obter apoio a uma proposta de alteração no licenciamento ambiental relacionado à instalação de Estações de Tratamento de Esgoto (ETEs). A proposta foi desenvolvida no âmbito da 'Imagine Brasil', iniciativa da Fundação Dom Cabral que integra lideranças do mercado, da sociedade civil e do setor público, para contribuir no desenvolvimento sustentável. A proposta trazida à SRI avançou no eixo de 'Despoluição das Águas Interiores e Costeiras do Brasil', com apoio do Instituto Trata Brasil e liderança do conselheiro Virgílio Viana.

Seguindo determinação do ministro Padilha, o CDESS articulou uma série de conversas com os ministérios setoriais mais afeitos à matéria, para que a proposta fosse preliminarmente avaliada e aperfeiçoada. Na sequência, foi realizada reunião conjunta da Comissão de Assuntos Econômicos e da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, para que os conselheiros se posicionassem sobre a possível absorção da proposta como recomendação a ser enviada ao Presidente Lula, na Plenária de 4 de dezembro. A versão 2.3 da proposta será publicizada em grande evento da Fundação Dom Cabral, em 22/10 – e o Ministro está convidado a participar.

### Conteúdo da Proposta

#### Versão Inicial (2.0)

A iniciativa argumenta que a instalação de ETEs é atualmente tratada pela legislação ambiental de forma equivalente a outras obras de infraestrutura e indústrias geradoras de efluentes (como a química). Haveria, no entanto, uma diferença básica: enquanto obras e indústrias em geral geram danos ambientais, a ETE é, por definição, um empreendimento redutor de poluição. Portanto, o atraso (de até 5 anos) na construção e operação de uma ETE, por pior que ela seja, implicaria em dano ambiental adicional.

Nesse sentido, a Imagine Brasil defende que, para elevar os investimentos em Saneamento dos R\$ 20 bilhões/ano para os R\$ 50 bilhões/ano necessários para alcançar a meta de despoluição das águas até 2033, uma mudança na legislação ambiental seria necessária.

Segundo as resoluções Conama 357/2005 e 430/2011, devem ser respeitados padrões de lançamento e de qualidade do próprio corpo d'água receptor – o que vem gerando dificuldades. Embora a Resolução Conama 377/2006 possibilite que cidades com até 250 mil habitantes utilizem um processo de licenciamento simplificado, a Imagine argumenta ser comum que as legislações subnacionais sejam mais restritivas que o padrão-mínimo federal.

Além disso, a Iniciativa argumenta que, atualmente, a construção de Sistemas de captação de esgoto sem ETEs pode gerar punições aos engenheiros responsáveis. Ademais, há expectativa de que o Tema 565 do STJ proíba empresas que fornecem Sistemas de Coleta de Esgoto de cobrar pelos seus serviços, quando não forem acoplados a Estações de Tratamento de Esgoto. Isso, na visão da Imagine, pode travar, também o investimento em novos Sistemas de Coleta de Esgoto.

Nesse sentido, a iniciativa considera que a flexibilização na norma para construção de ETEs poderia, também, destravar a própria construção dos Sistemas de Coleta de Esgoto. Para isso, propõem modificações no sistema de três licenças atualmente existente (Licença Prévia, de Instalação e de Operação) e nas regras para concessão de outorga, autorizando o uso dos recursos hídricos.

### **As propostas apresentadas, e validadas, em reunião do CDESS foram:**

Os efluentes de estações de tratamento de esgoto sanitário, observados os padrões de lançamento, não deveriam ser obrigadas a observar os padrões de qualidade do corpo receptor por um período de 4 (quatro) anos, realizando o monitoramento para subsidiar as metas intermediárias e progressivas para atingir os padrões da classe correspondente após esse período.

As Licenças de Instalação e de Operação deveriam ser concomitantes, observada a autorização para supressão de vegetação e intervenção em áreas de preservação permanente (APP)

No documento inicialmente produzido, a sugestão era que tais alterações fossem incluídas como emendas no PL 2159/2021, que dispõe sobre o Licenciamento Ambiental e está sob relatoria do senador Confúcio Moura (MDB/RO) na Comissão de Meio Ambiente.

### **Propostas da Versão 2.3, produzida após reunião CDESS e nos ministérios:**

Seguindo recomendação da Secretaria-Executiva do CDESS, a versão 2.3 se tornou mais agnóstica sobre a forma de tramitação das mudanças, avaliando que as recomendações



podem avançar via resoluções CONAMA ou em outros PLs, além do 2159/2021. As propostas atualizadas, que serão apresentadas em 22/10, são:

## **1. Outorga para o lançamento de efluentes de ETEs**

Situação atual: a outorga depende do enquadramento do padrão de lançamento em função da classe do corpo d'água. Diante disso, propõem:

1.1. Deve ser dada uma outorga provisória e automática, mediante apresentação de laudo independente de análise da qualidade da água do efluente da ETE, que deve atender aos padrões mínimos de qualidade a serem fixados em norma de referência da ANA - Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico, conforme previsto pelo inciso I, art. 22 e artigo 25-A da Lei 11.445/07.

1.2. Caberá ao gestor da ETE instalar sistema de monitoramento de água à montante e à jusante da ETE, 12 meses antes e depois por mais 60 meses. Este sistema de monitoramento deve estar ligado online com a Plataforma da Agência Nacional de Águas.

1.3. No decorrer desses 60 meses, caso os parâmetros de qualidade da água estejam fora do padrão de qualidade requerido, tanto a ANA quanto o órgão ambiental licenciador poderão exigir adequações e melhorias progressivas na qualidade dos efluentes e, eventualmente, a mudança de localização do despejo dos efluentes no corpo receptor.

1.4. O gestor poderá iniciar com um nível primário de remoção de DBO e, em um período não superior a 2 anos, elevar para um nível secundário e 5 anos para alcançar o nível terciário, ressalvados os casos de rios.

1.5. Após o monitoramento por 5 anos, o gestor da ETE deve submeter um pedido de outorga definitiva à ANA, com base num estudo analítico da qualidade da água do corpo receptor, considerando as variações inter anuais e sazonais.

1.6. Estes conceitos devem ter tratamento adequado no processo de revisão das resoluções CONAMA 357 DE 2005 e 430 de 2011 e no processo de aprovação do PL 2159 e outros em tramitação no Congresso Nacional.

Quando não houver alternativa locacional fora de APP, autoriza a construção da ETE, mediante intervenção em áreas de preservação permanente, com a obrigatoriedade de compensação da área suprimida, em solos degradados de APPs, no mesmo corpo d'água ou na sub-bacia hidrográfica do curso de água que receber o lançamento dos efluentes em área 10 vezes superior à área de APP impactada pela ETE.

## **2. Mudanças na estrutura do licenciamento ambiental**

2.1. A LP poderá ser emitida em conjunto com a LI, com base no projeto técnico.

2.2. A LO poderá ser emitida de forma automática, com base no princípio de adesão e

compromisso ao atendimento dos parâmetros de qualidade da água estabelecidos pelo órgão licenciador. Esse procedimento deve ser precedido de uma apresentação do empreendedor de laudo de qualidade dos efluentes, que devem atender a norma específica do CONAMA. O referido termo de compromisso deve incluir um processo de melhoria gradual e constante na qualidade dos efluentes.

2.3. Estes conceitos devem ter tratamento adequado no processo de revisão das resoluções CONAMA 357 DE 2005 e 430 de 2011 e no processo de aprovação do PL 2159 e outros em tramitação no Congresso Nacional.

2.4. Criação de um procedimento expedito para projetos prioritários de saneamento de interesse nacional, limitado a 10 projetos de ETEs por ano, especialmente quando se tratar da despoluição de corpo d'água para permitir a portabilidade e o abastecimento público; de modo a regulamentar o já previsto no parágrafo primeiro, do artigo 44, da Lei 11.445/07.

### **3. Fortalecimento institucional dos órgãos ambientais**

Os órgãos do SISNAMA e a ANA devem ser fortalecidos, com a ampliação do orçamento e do quadro de funcionários, incluindo a valorização salarial dos mesmos, em função do aumento da demanda de licenciamento de ETEs para o alcance das metas do marco legal do saneamento.

### **4. Educação ambiental**

É necessário incluir no ensino formal e em campanhas de comunicação a educação ambiental sobre a origem, os problemas e as soluções para a despoluição das águas.

### **5. Instrumentos econômicos**

5.1. A despoluição das águas justifica incentivos econômicos diferenciados, considerando as suas externalidades positivas e impactos sociais (incluindo a saúde pública), econômicos (incluindo a geração de emprego, produtividade e crescimento econômico) e ambientais (incluindo a biodiversidade aquática e a disponibilidade de água para o consumo humano)

5.2. O processo de regulamentação da reforma tributária deve prever tratamento especial para a desoneração de bens de capital e os serviços de tratamento de esgoto.

5.3. Mecanismos inovadores de financiamento, como o Fundo Clima, devem priorizar investimentos voltados para a despoluição das águas.

5.4. Fortalecer o Programa de Despoluição de Bacias Hidrográficas (PRODES) da ANA, com foco no tratamento de esgotos urbanos, com pagamento por esgoto efetivamente tratado.

### **6. Saneamento Rural e Populações Tradicionais**

6.1. Terras indígenas, quilombolas e unidades de conservação de uso sustentável

6.2. A despoluição de assentamentos humanos rurais também requer atenção especial e diferenciada.

6.3. Deve ser dada atenção especial para a despoluição das águas em terras indígenas, quilombolas e unidades de conservação de uso sustentável, incentivando a implantação de sistemas de fossas sépticas coletivas onde houver alta densidade populacional e individuais onde houver baixa densidade

6.4. Prioridade deve ser dada para a despoluição e degradação ambiental por atividades garimpeiras

6.5. As ações devem considerar as especificidades culturais dessas populações e incluir o tratamento de esgotos domésticos, a poluição por pet, plásticos, dentre outros.

### **7. Assentamentos humanos rurais**

7.1. A despoluição de assentamentos humanos rurais também requer atenção especial e diferenciada.

7.2. Prioridade deve ser dada para a despoluição associada a atividades zootécnicas. Atividades como a suinocultura, a avicultura, e bovinocultura confinada e outras atividades zootécnicas têm médio e grande potencial de poluir cursos d'água e águas subterrâneas.

### **8. Pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica**

Devem ser ampliados os instrumentos de fomento ao desenvolvimento tecnológico sobre saneamento, incluindo iniciativas coordenadas pelo MCTI, FINEP e EMBRAPI, dentre outras.



# Comissão de Combate às Desigualdades

2º Semestre de 2024

# Mini-Índice

Contextualização .....	101
Equidade de Gênero .....	101
Enfrentamento ao Racismo.....	105
Inclusão Produtiva .....	110
Grupos de Trabalho Relacionados.....	112

## Contextualização

A Comissão Temática de Combate às Desigualdades (CCD), instalada em 27 de julho de 2023, conta com a participação de 81 conselheiros e conselheiras, sendo 07 deles responsáveis pela coordenação dos trabalhos.

A CCD tem como objetivo acompanhar, avaliar e contribuir na melhoria de políticas públicas e na organização de pesquisas, debates e outras ações, vinculadas à temática da Comissão. Constitui-se como espaço de escuta, de monitoramento das políticas implementadas e de produção de recomendações para o aperfeiçoamento da ação governamental.

Entendendo que o combate às desigualdades deve ser sistêmico e que precisa acontecer, portanto, simultaneamente em várias frentes, a Comissão promove atividades de escuta, estudos de possibilidades de atuação junto aos ministérios e entidades da sociedade civil, visando a elaboração de propostas de soluções, pensadas de forma intersetorial e transversal.

Mantendo o foco em três eixos, a Comissão analisou temas relacionados a equidade de gênero, enfrentamento ao racismo e inclusão produtiva, durante o segundo semestre de 2024, conforme detalhado a seguir.

## Equidade de Gênero

A equidade de gênero é, atualmente, tema central nas discussões sobre direitos humanos e justiça social no Brasil.

Apesar dos avanços no acesso das mulheres à educação, ao mercado de trabalho e à política, persistem desafios significativos, especialmente no que diz respeito à ausência de uma Política Nacional de Cuidados, fundamental para alavancar a promoção de uma igualdade de gênero efetiva e sustentável.

## 1.1. A Implementação da Lei da Igualdade Salarial

### A Implementação da Lei da Igualdade Salarial: diálogos com empregadores e centrais sindicais. São Paulo, julho de 2024

Mobilizada pelo Ministério das Mulheres (MM) e pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), a Secretaria Executiva do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social Sustentável SE/CDESS), por meio da Comissão de Combate às Desigualdades (CCD), organizou uma reunião no dia 15 de julho de 2024, na cidade de São Paulo, em parceria com a Federação Brasileira de Bancos (Febraban) e com o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Econômicos (Dieese).

Esse evento teve como objetivo aprofundar o diálogo com as representações empresariais e com as centrais sindicais sobre as diferentes frentes de implementação da **Lei nº 14.611/2023**, que estabelece medidas para assegurar a igualdade salarial e os critérios remuneratórios entre homens e mulheres no Brasil, tanto para trabalhos de igual valor quanto para o exercício da mesma função.

Entre as principais medidas da Lei nº 14.611/2023, destacam-se: i) a criação de mecanismos de transparência salarial e de critérios remuneratórios; ii) o fortalecimento da fiscalização contra a discriminação salarial; e iii) a disponibilização de canais específicos para denúncias.

Essa legislação também prioriza a promoção de programas de inclusão da diversidade no ambiente de trabalho, prevendo a formação de gestores, lideranças e empregadores sobre equidade de gênero no mercado de trabalho, bem como o incentivo à capacitação das mulheres, contribuindo para garantir seu ingresso, permanência e ascensão profissional em condições de igualdade com os homens.

Uma das inovações mais relevantes introduzidas pela lei — e que foi o foco das discussões durante o evento — é a obrigatoriedade das empresas de direito privado, com 100 ou mais empregados, apresentarem, semestralmente, o **Relatório de Transparência Salarial e de Critérios Remuneratórios**.

Esse relatório, elaborado a partir dos Portais e-Social e Emprega Brasil, deve conter dados anonimizados que permitam comparações objetivas entre salários e remunerações de homens e mulheres, bem como a proporção de ocupação em cargos de direção, gerência e chefia de cada gênero. Além disso, o relatório deve incluir informações que ajudem a identificar outras desigualdades relacionadas à raça, etnia, nacionalidade e idade, sempre respeitando a lei de proteção de dados (LGPD).

O evento foi dividido em dois momentos. Na parte da manhã, na sede da Febraban, as discussões concentraram-se no âmbito empresarial, com ênfase na exposição das informações solicitadas pelo Relatório. Embora as empregadoras e empregadores presentes tenham manifestado apoio à lei, expressaram preocupações em relação ao formato da coleta de dados, argumentando que a apresentação proposta pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) poderia distorcer as informações ao agrupar salários de

funcionários com diferentes níveis de experiência e responsabilidade.

Um exemplo muito citado foi a comparação entre os salários de profissionais juniores e seniores que, embora naturalmente distintos, são apresentados no mesmo grupo na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO). Em atenção a esse fato, o CDESS promoveu um espaço para o diálogo e para a construção conjunta de melhorias na apresentação desse documento.

No período da tarde, o evento ocorreu na sede do DIEESE, com foco nas discussões sindicais. O conjunto das falas ressaltou a importância da atuação dos sindicatos para a implementação efetiva da lei. O principal desafio identificado pelos trabalhadores presentes — que compartilharam suas experiências sobre os avanços e as dificuldades enfrentadas até o momento — foi a análise das desigualdades específicas de cada categoria e do conjunto de empresas, para construir políticas, programas e medidas capazes de enfrentar essa desigualdade salarial.

Esse debate forneceu uma base sólida para concluir que a estratégia sindical, apoiada pelo CDESS, deve se concentrar na mobilização e na organização dos trabalhadores, qualificando as negociações coletivas com o objetivo de firmar acordos em convenções, que promovam a igualdade de gênero, de forma setorial e regional. Destacou, também, que o acesso à informação garantido pela legislação será essencial para embasar e fortalecer essas ações.

O consenso, identificado entre os setores empresarial e sindical, foi de que, apesar da previsão da igualdade salarial na Constituição e dos avanços legislativos ao longo dos anos, a disparidade de remuneração entre homens e mulheres deverá ainda permanecer como um dos maiores desafios do país.

As mulheres, especialmente as negras e de baixa renda, continuam enfrentando dificuldades para acessar cargos de liderança e conquistar salários equivalentes aos dos homens. Diante disso, o CDESS reafirmou seu compromisso de amplificar o debate e de contribuir para sensibilizar diferentes setores empresariais a adotarem medidas mais transparentes e eficazes que garantam a igualdade de remuneração, enfrentando os fatores que limitam a presença feminina no mercado de trabalho, como a falta de creches, a ausência de políticas de apoio à maternidade e a ocorrência de assédio moral e sexual no ambiente corporativo.

A expectativa é que, com o aprimoramento dos relatórios e das políticas empresariais, seja possível desenvolver estratégias eficazes para alcançar a equidade salarial e de critérios remuneratórios no país.

Esse evento, portanto, compreendido como o início de um diálogo que precisa ser ampliado entre o setor produtivo, o governo e as entidades sindicais, pode se desdobrar na construção de soluções conjuntas para reduzir as desigualdades salariais de gênero no Brasil, em conformidade com a legislação vigente.

Quanto aos resultados alcançados na reunião com as representações empresariais, destacam-se as recomendações para um avanço gradual na implementação dessas medidas, e as seguintes ações específicas:

- I) construção de metas em conjunto;
- II) continuidade da divulgação de relatório semestral;
- III) manutenção do diálogo e criação de espaço de trabalho para buscar soluções comuns dentro das empresas;
- IV) revisão de critérios e de processos internos para promover a paridade;
- V) elaboração de plano de oportunidades dentro das empresas, além de um plano de ação específico para a igualdade salarial; e
- VI) reconhecimento da diversidade e das responsabilidades adicionais que, historicamente, recaem mais sobre as mulheres.

É importante destacar também que, no encontro com as centrais sindicais, houve consenso de que a Lei de Igualdade Salarial não pode se limitar a ser uma legislação voltada para as mulheres. Deve ser uma lei pela igualdade, independentemente do gênero. Enfatizou-se, também, a responsabilidade dos sindicatos em reconhecer e superar as dificuldades históricas ligadas a igualdade salarial, bem como a necessidade de transformar a lei em ações concretas.

## 1.2. Política Nacional de Cuidados

A Política Nacional de Cuidados, analisada pela Comissão no primeiro semestre de 2024, continua sendo acompanhada pelos conselheiros, considerando que o Projeto de Lei PL nº 2.762/2024, que Institui a Política Nacional de Cuidados, foi aprovado pela Câmara dos Deputados em novembro de 2024 e segue para apreciação e aprovação do Senado Federal.

Relembrando, o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS), por meio da Secretaria Nacional de Políticas de Cuidados e Família, foi responsável por propor e adotar estratégias intersetoriais para a instituição da Política e do Plano Nacional de Cuidados, com atenção às desigualdades de gênero, raça e etnia, deficiência, territoriais e de idade.

Em abril de 2024, a Secretaria, Laís Abramo apresentou a Política Nacional de Cuidados para a CCD. O plano foi construído por diversos ministérios e atores da sociedade civil e tem como objetivo a organização e o compartilhamento da responsabilização, por meio de um conjunto de iniciativas que visam atender as necessidades de quem demanda cuidados e de quem cuida. Por meio dessas iniciativas, o Estado se torna corresponsável e indutor da construção de uma nova organização social de compartilhamento de apoio, que envolve não apenas a família, mas também o mercado, as empresas, a comunidade e a sociedade civil. Essa organização deve ser pautada pela igualdade, inclusão, justiça e democracia.

A Política Nacional de Cuidados se constituirá em um vetor fundamental de combate às desigualdades, uma vez que a provisão de cuidados recai desproporcionalmente sobre



as mulheres, especialmente as mulheres negras.

O tema da política de cuidados, ainda requer mudança cultural para ser valorizado. Desse modo, a Comissão segue acompanhando e apoiando o projeto e seus desdobramentos.

## Enfrentamento ao Racismo

O racismo no Brasil é um problema estrutural, historicamente enraizado em séculos de colonização, escravização e exclusão. Embora o país tenha avançado em termos de políticas públicas e na promoção da igualdade racial, as desigualdades entre brancos e negros ainda são profundas e persistem em diversas esferas da sociedade, dessa forma, a Comissão realizou ativamente ações que geram impactos positivos sobre o tema.

### 2.1. Curso de Letramento Racial, em parceria com a Universidade de Harvard

O **Curso Certificado em Estudos Afro-Latino-Americanos**, organizado pelo Instituto de Pesquisas Afro-Latino-Americanas (ALARI), da Universidade de Harvard, possui uma formação internacional, em modalidade virtual, voltada ao desenvolvimento profissional e dedicada ao estudo das experiências, histórias, contribuições e desafios da população negra na América Latina, desde os tempos coloniais até o presente.

Foi ministrado em três etapas, sendo as duas primeiras focadas em aulas virtuais temáticas e a terceira na elaboração de um trabalho final. Até o momento, já formou cinco turmas, certificando quase 500 pessoas oriundas de todas as Américas, do Sul ao Norte, além de participantes da África e da Europa.

Lançado em 2019, o curso vem sendo continuamente oferecido e aprimorado, atendendo às diversas necessidades de uma oferta acadêmica, centrada no letramento racial e nas demandas específicas de seu público participante.

Nesse contexto, o Conselhão, em parceria com o Banco do Brasil e o Ministério da Igualdade Racial, promoveu uma turma especial no Brasil, que contou com 159 participantes, incluindo servidores públicos da Administração Direta Federal e funcionários do Banco do Brasil. Dados preliminares apontam que 55% dos participantes se autodeclararam negros e 74% eram mulheres.

A turma contou com um corpo docente formado por professores brasileiros, doutores em suas áreas de atuação (Antropologia, Linguística e Sociologia), vinculados ao ALARI. Além disso, também contou com a participação de Conselheiros do CDESS e autoridades do MIR.

Com o compromisso de promover uma formação antirracista, pautada na justiça reparadora, na integração entre a academia e as sociedades dos países americanos,

e na construção de relações políticas progressistas e racialmente justas, foi concluído após seis meses com uma aula de encerramento, conduzida pelo corpo docente, e a apresentação dos trabalhos finais. Dos 159 inscritos, 110 participantes finalizaram todas as etapas e entregaram os trabalhos, totalizando 37 produções finais, algumas realizadas em grupo e outras de forma individual.

Por ser uma turma composta por servidores públicos, incluindo pessoas em cargos de alto nível da gestão federal, houve um incentivo para que os trabalhos finais apresentassem propostas de iniciativas voltadas ao enfrentamento do racismo no Brasil. Assim, os trabalhos propuseram, entre outros, programas de governo, políticas públicas antirracistas, campanhas publicitárias, diagnósticos de políticas públicas ou legislações antirracistas (apontando erros, acertos e possibilidades de aprimoramento), portarias institucionais, entre outros.

Cabe ressaltar que, por se tratar de trabalhos finais de curso, as propostas tiveram caráter de ideias e sugestões, e não de documentos prontos para a implementação, tarefa que compete às instituições do Estado.

Seis trabalhos foram selecionados para apresentação no evento de encerramento, com o objetivo de ilustrar as propostas desenvolvidas nos eixos estabelecidos.

Como exemplo, um dos trabalhos apresentou uma proposta de campanha com o slogan "Liderança negra no comando, igualdade no destino", que buscava conscientizar sobre a importância da diversidade racial nos cargos de liderança da Administração Pública Federal e incentivar práticas antirracistas no ambiente de trabalho, sobretudo em posições estratégicas. O objetivo era destacar o valor da igualdade racial para o desenvolvimento de uma sociedade mais justa e inclusiva.

Outro trabalho propôs a criação do "Programa Nacional de Fomento e Inclusão para a Igualdade Racial", a ser instituído por decreto, com foco em editais voltados ao fortalecimento dos movimentos negros organizados. As ações sugeridas incluíam capacitação, criação de redes colaborativas, apoio financeiro e simplificação do acesso a recursos de fomento.

Dado o sucesso do trabalho desenvolvido por meio do curso, busca-se nessa próxima etapa ampliar a quantidade de vagas com formação de novas turmas, e contemplar empresas estatais com essa iniciativa, promovendo a cultura antirracista no governo, fortalecendo o conhecimento sobre o tema e o fomento de políticas multirraciais, ampliando o acesso e a permanência de cidadãos afrodescendentes nos serviços públicos essenciais.

## 2.2. Cronogramas da Liberdade

Entre os dias 24 e 26 de julho de 2024, na cidade de Salvador, a CCD organizou vários eventos como parte do **Projeto Cronogramas da Liberdade: Mulheres Negras Periféricas Pautando Políticas Públicas**, elaborado pelas Conselheiras Pretas do CDESS (Anexo II).

O objetivo geral do projeto é realizar escutas de mulheres de territórios periféricos

vitimizados pelo cruzamento de diferentes fatores geradores de vulnerabilidades, para produzir aprendizagens sobre as estratégias por elas adotadas em seu cotidiano e, partindo daí, propor políticas e ações do poder público alinhadas ao combate à desigualdade.

É parte do Projeto a organização de uma série de encontros de escuta para aprender e ver onde e o que se pode melhorar. A proposta é ir às cidades mais violentas, às periferias e lugares das lutas instauradas por reivindicações legítimas. O nome vem das panteras negras, que já tinham entendido que não tem como resolver os problemas causados pela escravidão em um ano ou dois ou cinquenta. Por isso é preciso um cronograma da liberdade com ações concretas que vão avançando em pequenas etapas.

### **Os objetivos específicos dos eventos em Salvador foram:**

- 1.** Realização de escuta de mulheres negras em territórios negligenciados pelo poder público e expostos a todo tipo de violência;
- 2.** Cruzamento de dados estatísticos com as histórias que representam e os impactos que causam as vivências;
- 3.** Produção de metodologia que possa ser replicada a partir de um plano de trabalho para territórios racializados que, em função muitas vezes da ausência e negligência do Estado, alimentam dados negativos como o encarceramento e o genocídio da juventude negra a partir dos 12 anos, gravidez e morte de gestantes adolescentes, evasão escolar e falta de perspectiva;
- 4.** Produção de um relatório/apresentação, a ser compartilhado na reunião do Pleno, com proposta de extensão da escuta nas três capitais mais violentas do país para 2024, bem como as 10 (dez) cidades mais violentas do Brasil. As caravanas da cidadania também precisam se deslocar dos centros para as margens.

### **As atividades dos encontros foram realizadas em 5 (cinco) momentos, conforme detalhadas nos relatórios do anexo II.**

- 1.** Reunião sobre políticas de ações afirmativas e representatividade na universidade pública na Reitoria da Universidade Federal da Bahia (UFBA), no dia 25 de julho de 2024, com docentes e técnicos participantes dos movimentos negros e de mulheres negras na UFBA;
- 2.** 12ª Marcha das Mulheres Negras Latino-Americanas e Caribenhas, em comemoração ao Dia Internacional da Mulher Negra Latino Americana e Caribenha e ao Dia Nacional de Tereza de Benguela, demandando reparação e bem-viver, no dia 25 de julho, com 23 coletivos de mulheres negras;
- 3.** Reunião sobre os 32 anos de atuação do instituto na educação da juventude negra, no Instituto Cultural Steve Biko, no dia 26 de julho, com docentes, estudantes e voluntários;
- 4.** Roda de conversa sobre seus 42 anos de história de lutas de mulheres moradoras do Alto das Pombas e de coletivos parceiros, no Grupo de Mulheres do Alto da Pombas (GRUMAP), no dia 26 de julho.

As reuniões foram extremamente enriquecedoras, proporcionando espaços de encontros e trocas de experiências para todos os participantes. Ao longo da semana, a CCD, representada pelas conselheiras Alcielle Santos, Rosângela Hilário e pela equipe técnica da Secretaria Executiva do CDESS, conseguiu identificar as principais dificuldades enfrentadas pelos movimentos sociais e destacar projetos e metodologias que se mostraram bem-sucedidos e com potencial para serem aplicados em escala, em nível nacional.

Segue as informações cruciais identificadas, sobre os obstáculos mais comuns enfrentados por esses movimentos sociais:

- 1.** Escassez de recursos financeiros, dificuldade de acesso a espaços de visibilidade, falta de apoio governamental e ausência de políticas públicas que respondam às demandas específicas das populações marginalizadas, em nome das quais esses movimentos frequentemente se manifestam;
- 2.** Dificuldades na formação de redes de apoio, tanto locais quanto nacionais, que poderiam fortalecer suas ações e ampliar o alcance de suas iniciativas;
- 3.** Falta de articulação entre os movimentos, apontada como um desafio significativo. Em alguns casos, os movimentos operam de forma isolada, o que limita o impacto de suas atividades e dificulta o acesso a parcerias que poderiam viabilizar a sustentabilidade de seus projetos.

No entanto, o **Cronogramas da Liberdade** não se limitou a reunir os problemas. Um dos grandes méritos das ações foi a identificação de projetos e metodologias que, apesar dos desafios, têm alcançado resultados expressivos e podem servir como modelos de tecnologia social para outros movimentos sociais brasileiros. Essas iniciativas de sucesso foram trazidas ao conhecimento de todos, como exemplos concretos de que, com organização, criatividade e colaboração, é possível enfrentar e superar as barreiras que historicamente têm limitado a atuação desses movimentos.

#### **Entre os projetos, destacaram-se:**

- 1.** Acriação de espaços de formação política e social, onde as pessoas podem se empoderar por meio do acesso à informação e ao conhecimento, desenvolvendo habilidades que as ajudam a atuar de forma mais eficaz em suas comunidades e a participar ativamente do processo de transformação social;
- 2.** Projetos com estratégias de comunicação popular que se mostraram eficazes em ampliar o alcance de suas mensagens e fortalecer suas bases.

Essas metodologias envolvem o uso de mídias alternativas, como rádios comunitárias, redes sociais e outras plataformas digitais, que permitem que os movimentos se comuniquem diretamente com suas comunidades e alcancem um público mais amplo.

A CCD destacou a importância de investir em formação e capacitação na área de comunicação para que os movimentos sociais possam utilizar essas ferramentas de forma ainda mais estratégica.

Por fim, a CCD identificou que muitas das iniciativas bem-sucedidas tinham em comum a liderança de pessoas altamente comprometidas e com forte senso de responsabilidade comunitária. Esses líderes, ao estarem mais preparados e conscientes de suas missões, conseguiram mobilizar suas comunidades de maneira mais eficaz, alcançando resultados expressivos.

Com base nessa constatação e após diversas imersões realizadas pelo Projeto, as conselheiras responsáveis sugeriram 5 (cinco) ações, no âmbito do Governo Federal, para potencializar trabalhos em territórios periféricos:

- 1.** Apoiar a integração das universidades públicas aos projetos e necessidades dos movimentos sociais que articulam as comunidades periféricas e que, a partir dos programas sociais do Governo Federal, passaram a ter jovens integrantes entre o corpo discente dessas universidades;
- 2.** Aproximar o Governo Federal da base da sociedade brasileira, com presença e apoio à realização de manifestações populares em momentos históricos de grande relevância social, como a Marcha das Mulheres no dia de Teresa de Benguela;
- 3.** Reconhecer nacionalmente o Instituto Steve Biko de Salvador/BA, pelo trabalho realizado ao longo de 32 anos na educação emancipatória de jovens baianos, em sua maioria absoluta, negros e pertencentes a territórios vulnerabilizados daquela capital brasileira;
- 4.** Institucionalizar o projeto Cronogramas da Liberdade como ação governamental, num calendário de presença, articulação intersetorial (em especial governo, universidades e movimentos sociais) e escuta das comunidades vulnerabilizadas brasileiras.

### **2.3. Moção de apoio ao Projeto de Lei nº 1.958/2021**

O PL 1.958/2021 propõe reservar aos negros, quilombolas e indígenas 30% (vinte por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União. A proposta foi aprovada no Senado Federal e posteriormente na Câmara dos Deputados, no dia 19 de novembro de 2024. Segue novamente para o Senado Federal, em virtude de alterações na Câmara.

O projeto visa garantir que a diversidade racial da população brasileira se reflita de forma mais equilibrada nas instituições públicas, fortalecendo a construção de um Estado mais inclusivo e alinhado com os princípios de justiça social.

A CCD, reconhecendo a necessidade de ampliar a inclusão racial no setor público, promovendo maior representatividade e equidade racial nas estruturas de poder, aprovou moção de apoio ao referido Projeto, defendendo aumentar de 20% para 30% a reserva de vagas para cotas raciais em concursos públicos, para cargos e empregos na administração pública federal (Anexo III).

# Inclusão Produtiva

A promoção da inclusão produtiva é passo fundamental para reduzir as desigualdades econômicas e sociais, impulsionar o crescimento do país e assegurar uma distribuição mais equitativa de oportunidades. Com foco na melhoria das condições de vida de grupos historicamente marginalizados, como mulheres, negros, jovens, idosos e pessoas com deficiência, a inclusão produtiva busca promover a autonomia e a integração desses indivíduos ao mercado de trabalho de forma digna e sustentável. Nesse contexto, a Comissão tem se empenhado na discussão da implementação de ações concretas que visam garantir a inclusão produtiva desses grupos, contribuindo para um desenvolvimento mais justo e inclusivo.

## 3.1. Movimento Nacional População em Situação de Rua

O Movimento Nacional da População em Situação de Rua (MNPR), representado no CDESS pelo conselheiro Leonildo Monteiro, encaminhou à Secretaria Executiva do CDESS solicitação de apoio para a ampliação da iniciativa **Cozinhas de Rua**. A iniciativa tem como referência modelo implementado em Curitiba, cidade onde o conselheiro reside e administra uma das unidades.

O projeto Cozinhas de Rua tem como foco a inclusão produtiva e o combate à fome da população em situação de rua. O Movimento destacou as dificuldades enfrentadas para acessar programas e editais do Governo Federal, principalmente devido à extensa exigência documental que limita a capacidade de obter os recursos disponibilizados pelos ministérios.

Para entender melhor as iniciativas governamentais relacionadas as cozinhas solidárias, aconteceram reuniões com as equipes do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC) e do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).

Ambos os ministérios explicaram que o apoio às cozinhas solidárias é viabilizado por meio de editais, que exigem das entidades interessadas a apresentação de documentação probatória. No entanto, o Movimento enfrenta limitações estruturais e financeiras para atender a essas exigências dentro dos prazos estipulados. Especificamente, o MDHC é responsável pela política pública voltada à população em situação de rua, incluindo o Programa Ruas Visíveis, que abrange ações como diagnósticos/censos, acesso à moradia, alimentação e capacitação.

O Governo Federal tem adotado medidas para desburocratizar o acesso aos recursos públicos, como o Programa Acredita, que facilita empréstimos para beneficiários do CadÚnico, mas entraves ainda persistem e dificultam o acesso a iniciativas como o **Cozinhas de Rua**.

No contexto dessas ações, que buscam apoiar e dar maior visibilidade à população em situação de rua, facilitando seu acesso a serviços públicos e o financiamento de iniciativas como as **Cozinhas de Rua**, foram discutidas as seguintes recomendações:

**1. Apoio à realização de censo da população em situação de rua**, sob a responsabilidade do MDHC, com reserva de recursos específicos. Um censo bem-estruturado é essencial para subsidiar políticas públicas eficazes e promover a inclusão social;

**2. Desburocratização dos editais de apoio às Cozinhas Solidárias**, administradas pelo Movimento Nacional da População em Situação de Rua, facilitando o acesso das iniciativas a recursos federais;

**3. Garantia de recursos para o Programa Ruas Visíveis**, compreendendo que contingenciamentos orçamentários impactam diretamente a população mais vulnerável do país.

Essas medidas visam fortalecer a inclusão social e produtiva da população em situação de rua, promovendo condições dignas de vida e o acesso a oportunidades.

### 3.2. Programa Acredita no Primeiro Passo

Em 17 de outubro de 2024, a CCD realizou uma reunião virtual com o objetivo de discutir o programa "Acredita no 1º Passo" e outras iniciativas previstas na Lei nº 14.995, de 10 de outubro de 2024. A reunião contou com a participação de representantes do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), Secretário Luiz Carlos Everton, e do Ministério da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte (MEMPE), Secretário Maurício Juvenal além de conselheiros da CCD.

#### Programa "Acredita no 1º Passo"

O programa "Acredita no 1º Passo" foi apresentado como uma iniciativa que busca promover a inclusão socioeconômica de pessoas em situação de vulnerabilidade, com foco em capacitação e apoio a atividades econômicas viáveis. O programa direciona suas ações para pessoas inscritas no Cadastro Único - CadÚnico, especialmente aquelas com renda mensal de até meio salário-mínimo, priorizando grupos como pessoas com deficiência, mulheres, jovens, negros e populações tradicionais.

#### Revitalização do PRONAMPE e criação do Procred

Na reunião, também foi abordado a revitalização do Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (PRONAMPE), que teve como objetivo principal a renegociação de créditos para micro e pequenas empresas. Além disso, foi apresentado o programa Procred, que oferece taxas de juros diferenciadas para empresas com faturamento bruto anual de até R\$ 360.000,00.

#### Desafios e oportunidades

Os participantes da reunião reconheceram a importância do programa "Acredita no 1º Passo" e das iniciativas de revitalização do PRONAMPE e criação do Procred para a inclusão socioeconômica e o desenvolvimento de pequenos negócios.

No entanto, foram identificados alguns desafios, como a necessidade de ampliar o acesso ao crédito para microempresas e de fortalecer a articulação entre os diferentes níveis de governo e as entidades setoriais.

## Recomendações da CCD

### 1. Foco em mulheres negras

Garantir que as políticas públicas alcancem as mulheres negras periféricas, que enfrentam múltiplas barreiras sociais e econômicas;

### 2. Condicionalidades específicas

Criar condicionalidades específicas para o acesso ao crédito, baseadas em trabalhos de campo com grupos, como o Fórum de Economia Solidária da Baixada Santista e o GRUMAP, para garantir que os recursos cheguem aos grupos mais vulneráveis;

### 3. Priorização de bancos públicos

Priorizar bancos públicos para a concessão de crédito, para garantir a negociação de taxas de juros mais acessíveis e a criação de condições especiais para pequenos negócios;

### 4. Ampliação da oferta de crédito

Ampliar a oferta de crédito para microempresas, que enfrentam mais dificuldades de acesso ao crédito em comparação com as empresas de pequeno porte;

### 5. Articulação entre governos e entidades setoriais

O sucesso do programa depende da articulação entre os diferentes níveis de governo e as entidades setoriais, para garantir a eficiência e a efetividade das ações.

## Grupos de Trabalho Relacionados

### 4.1. Pacto pela Igualdade Racial

Em dezembro de 2023, a reunião do Pleno do Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável estabeleceu o **GT Pacto pela Igualdade Racial**, iniciativa conjunta do Ministério da Igualdade Racial, do Conselho, da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República e do Banco do Brasil, com vistas a unir esforços para fomentar ações afirmativas com foco em promover a igualdade racial, combater as desigualdades e melhorar a qualidade de vida das pessoas afrodescendentes do país.

Equipes das três instituições iniciaram os trabalhos com discussões sobre o escopo do GT, que desencadeou no estabelecimento de quatro eixos de atuação prioritários:

#### 1. Educação e Inclusão;

#### 2. Vida e Dignidade;



### 3. Direito à Terra;

### 4. Trabalho, Emprego e Renda.

Esses 4 (quatro) eixos nortearam as discussões e o planejamento das ações afirmativas, que foram desenvolvidas no âmbito das instituições e entidades estratégicas envolvidas.

Considerando a necessidade de envolver o maior número de atores estratégicos, foram agendadas reuniões informativas e de sensibilização, visando apresentar o escopo, os objetivos e a forma de trabalho do GT.

Dentre os atores estratégicos identificados, destacam-se as instituições públicas do Governo Federal, as entidades do sistema de justiça, os representantes da temática no legislativo federal, os pesquisadores, acadêmicos e/ou especialistas no tema, os representantes dos movimentos negros, as empresas do setor privado e os conselheiros da sociedade civil, representantes no CDESS e no Conselho Nacional da Promoção de Igualdade Racial (CNPIR).

O papel da participação dos conselheiros do CNPIR e do CDESS foi crucial no GT, considerando a representatividade, a experiência e a densidade para propor ações estruturantes sobre a temática.

Após os seis eventos de sensibilização com os atores estratégicos, com participação de mais de 120 pessoas, sete oficinas foram realizadas com debates mais densos sobre propostas de ações estruturantes, concretas e impactantes, visando alterar a realidade da população afrodescendente, no âmbito dos quatro eixos. As oficinas foram realizadas também com os diferentes grupos de atores estratégicos. Após os debates, foram recebidas 159 propostas de iniciativas, cuja consolidação e agregação por semelhança, sistematizou 115 propostas concretas, com foco na implementação e no fomento da igualdade racial na sociedade.

As equipes das entidades e do GT classificaram as propostas por eixo, prioridade, e prazo de implementação. Dentro dessa lógica, propostas de iniciativas estruturantes e de combate ao racismo foram sistematizadas, com projetos concretos e que estão dispostas em relatório próprio.

No entanto, esse rol de iniciativas representa o começo do processo do Pacto. Importante realçar que em cada iniciativa há a participação de vários parceiros, que iniciaram uma rede de entidades parceiras e se comprometeram a, no âmbito do Pacto pela Igualdade Racial, realizar ações afirmativas em prol do combate às desigualdades raciais, tanto institucionalmente como na comunidade, numa responsabilização coletiva da sociedade brasileira para combater o racismo e superar as desigualdades conjuntamente.

#### 4.2. Renda Básica

Em maio de 2024 ocorreu o primeiro encontro do **Grupo de Trabalho Renda Básica de Cidadania (GT-RBC)**, no âmbito do Conselho de Desenvolvimento Econômico, Social e Sustentável (CDESS) da Presidência da República, acolhendo a colaboração do Deputado Estadual Eduardo Suplicy com o Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva e do

Ministro de Relações Institucionais Alexandre Padilha, para que essa temática fosse incluída nos debates e proposições do CDESS.

Essa iniciativa tem como objetivo desenvolver um Plano de Trabalho que possibilite avançar na implementação da universalização da Renda Básica de Cidadania no Brasil, conforme estabelecido pela Lei nº 10.835, de 8 de janeiro 2004, que garante o provimento a todos de um padrão de renda de sobrevivência digna.

A Lei nº 10.835, de 2004, originária de Projeto de Lei proposto pelo então Senador Eduardo Suplicy e sancionada pelo Presidente da República Luís Inácio Lula da Silva ainda em 2004, em seu primeiro mandato, institui a Renda Básica de Cidadania, marco fundamental para a construção de proposta regulatória objeto do GP-RBC.

Durante os últimos vinte anos, desde 2003, o Brasil desenvolveu programas de transferência de renda a unidades familiares, como o Programa Bolsa Família. No período ocorreram também experiências estaduais e municipais de transferência seletiva de renda junto aos extratos pauperizados da população. Essas experiências permitiram analisar resultados e, dentre eles, distinguir a exigência, cada vez mais premente, de que a sociedade brasileira garanta ao cidadão brasileiro a certeza em poder contar com uma renda de sobrevivência cidadã que independe de sua condição socioeconômica e do cumprimento de condicionalidades.

O GT-RBC foi formado por conselheiros do CDESS, acadêmicos, pesquisadores, membros de ministérios, ativistas sociais, organizações civis e integrantes da Rede Brasileira da Renda Básica (RBRB). Além disso, o Grupo conduziu processo de escuta com atores-chave, nacionais e internacionais, e analisou resultados de pesquisas e de argumentos da literatura sobre o tema.

O GT-RBC/CDESS teve como ponto de partida a existência da legislação nacional aprovada em 2004, que introduziu no país a Renda Básica de Cidadania, e da determinação do STF, estabelecida entre 2020 e 2022, que dispõe sobre medidas e procedimentos de regulação da RBC no país.

A proposta de regulamentação da RBC discutida pelo grupo tem como base a universalização da Renda Básica de Cidadania e a ideia de um processo de implantação escalável em que os poderes políticos devem definir as etapas de universalização da fruição de tal direito (ao acesso a RBC), tendo presente a prioridade de inclusão daqueles considerados socialmente vulneráveis. A definição da proposta escalável enfrentou desafios como:

- Distinguir a transferência de renda sob condicionalidades e seletividade de inclusão daqueles com maior situação de precarização, com a Renda Básica de acesso incondicional, seletivo e universal como dispõe a RBC, e, ao mesmo tempo, considerar as duas décadas de experiência de programa social nacional de transferência de renda como uma primeira fase de construção escalável da RBC no Brasil;
- Distinguir o Benefício de Prestação Continuada (BPC) dirigido a idosos (acima de 65 anos) e pessoas com deficiência sob dependência (que as inabilita a prover o autossustento),

com renda familiar de  $\frac{1}{4}$  do salário mínimo per capita, como uma cobertura com maior grau de avanço na direção universal que precisa se manter e ser incorporada no processo escalável;

- Enfrentar a ausência no Brasil de parâmetro monetário unitário quanto ao valor da renda individual – ou per capita – que distinga entre os brasileiros os valores que caracterizam quem está sob pobreza, quem está sob miserabilidade enfim, quem é pobre e quem é miserável.

- Identificar o trato diferenciado em valor de cobertura, limite etário de benefícios dirigidos a crianças e adolescentes, entre programas sociais como salário família, com valores diferenciados pela idade, em crianças na transferência de renda, valores diferenciados para crianças quando órfãs de segurado, valor atribuído a dependente do IRPF, entre outros.

Cada um desses desafios foi intensamente debatido para que se chegasse à apresentação de uma proposta a ser entregue ao Presidente da República, com o objetivo de efetivar a RBC no Brasil de forma escalável, dentro de um horizonte de tempo determinado.

### 4.3. Primeira Infância

Relembrando, na reunião do Pleno de 27 de junho deste ano, o Presidente da República, Lula da Silva assinou o Decreto nº 12.083/2024 que estabeleceu as diretrizes para a elaboração da Política Nacional Integrada para a Primeira Infância e instituiu o seu Comitê Intersetorial.


No dia 10 de outubro, o Comitê Intersetorial da Política Nacional Integrada para a Primeira Infância foi instalado pela Casa Civil da Presidência da República, unidade responsável pela coordenação do Comitê e dos trabalhos de proposição da Política, considerando as diretrizes essenciais explicitadas no Decreto.

Cabe destacar que as diretrizes elaboradas foram resultado de debates e de trocas de experiências promovidas pelo Grupo de Trabalho (GT) Primeira Infância, instalado no âmbito do CDESS. O esforço conjunto entre a sociedade civil e o governo culminou em um relatório com recomendações ao Presidente da República e, posteriormente, no Decreto que agora orienta a implementação da Política, no âmbito do Comitê.

Dentre as recomendações propostas pelo Grupo, destacam-se três que irão nortear a Política Nacional Integrada para a Primeira Infância, bem como as iniciativas de implementação nos territórios:

1. Fortalecimento dos serviços setoriais, em especial nas áreas de educação, saúde e assistência, com previsão de articulação de serviços ao longo dos ciclos de vida, o que exige uma abordagem colaborativa entre os servidores públicos, bem como novo olhar focado nas demandas do cidadão;

2. Construção de uma base nacional de informações sobre crianças na primeira infância, utilizando como chave única o Cadastro Nacional do Cidadão. Essa base permitirá mapear



a trajetória das crianças, identificar os serviços disponíveis, como acompanhamento pré-natal, suporte no parto, monitoramento do desenvolvimento infantil, vacinação e acesso a creches e educação infantil, entre outros. Além disso, permitirá a personalização desses serviços conforme demanda de cada família. O potencial da ferramenta informacional também pode permitir o acompanhamento longitudinal dos indivíduos, como conhecer diferenças regionais na eficácia de políticas fundamentais, como educação, saúde e mobilidade social.

**3.** Comunicação entre o poder público e as famílias, que poderá acompanhar o desenvolvimento das crianças e organizar o cronograma das agendas dos serviços prestados, por faixa etária e localidade ofertado pelo poder público.

Os debates, as proposições de integração de políticas e a elaboração da Política Nacional Integrada para Primeira Infância estão em andamento, com horizonte para as primeiras entregas em fevereiro de 2025.

## Ficha Técnica da CCD

### Conselheiros inscritos:

85

### Grupo coordenador:

**11 conselheiros:** Alcielle Santos; Ana Fontes; Benilda Brito; Caio Magri; José Vicente; Luana Genot; Mônica Veloso; Reinaldo Bulgarelli, Rosana Onocko e Rodrigo Fernandes Afonso.

### Equipe CDESS:

Nicolau Beltrão, Roseli Alves, Douglas Teixeira e Rosangela Hilário.

### Equipe IBICT:

Sabrina Santos, Gabriela Ribeiro e Carla Viola

### Data da instalação:

27 de julho de 2023

### Ministérios e entidades envolvidos:

Ministério da Igualdade Racial, Ministério das Mulheres, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Ministério do Trabalho e Emprego, Ministério do Empreendedorismo, da Micro empresa e Empresas de Pequeno Porte, Ministério da Educação, Ministério da Saúde, Ministério de Direitos Humanos e Cidadania.

### Principais políticas e programas analisados:

Política Nacional de Cuidados, Programa Acredita, Programa Ruas Visíveis, Programa de Ações Afirmativas e Superação do Racismo.

### A Implementação da Lei da Igualdade Salarial: diálogos com empregadores e centrais sindicais. São Paulo, julho de 2024

#### 1. Contexto das discussões acerca da Implementação da Lei de Igualdade Salarial

Os diálogos realizados tanto com empregadoras e empregadores quanto com as centrais sindicais, descritos nas seções a seguir, tiveram como base de discussão o texto da Lei Nº 14.611/2023 e o documento intitulado “As diferenças de salários entre mulheres e homens no Brasil: o que a transparência salarial pode nos ensinar?”, de Paula Montagner e Luciana Nakamura. Paula Montagner, inclusive, esteve presente tanto no período da manhã quanto da tarde para apresentar este estudo. Ambos os textos evidenciam que a disparidade salarial entre homens e mulheres no Brasil é um problema persistente há décadas. Segundo o Fórum Econômico Mundial, essa desigualdade levará ainda 136 anos para ser corrigida em nível global.

No caso brasileiro, a crise da COVID-19 acentuou tais desigualdades, levando a uma redução significativa da participação das mulheres no mercado de trabalho e a um aumento expressivo da taxa de desemprego. Além disso, as desigualdades étnico-raciais pouco se transformaram, resultando em altas taxas de desemprego e baixos salários, especialmente para a população preta e parda. Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) indicam que, entre o 4º trimestre de 2020 e o 4º trimestre de 2023, as mulheres negras apresentaram as maiores taxas de desemprego. Ao final de 2023, essa taxa era de 11,1%, em comparação com 6,9% das mulheres brancas e 6,8% dos homens negros. Os homens não negros apresentaram uma taxa de desemprego de 5%. Em termos de remuneração, as mulheres negras ganharam, em média, R\$14,54 por hora, um valor que corresponde a praticamente metade do salário de R\$27,45 dos homens não negros.

As razões para essas disparidades geralmente estão ligadas a diferenças de escolaridade, segregação de ocupações e à menor presença das mulheres em empregos formais e em posições de liderança, gerenciamento e direção nas empresas. Ainda, esses resultados são influenciados por comportamentos recorrentes em cada ciclo econômico: durante períodos de crise, são as mulheres — especialmente as mais jovens ou menos experientes — que frequentemente são demitidas. Como resultado, elas precisam recomeçar a cada ciclo para provar que podem manter seus empregos e atingir as metas estabelecidas pelas empresas. Mesmo quando suas performances são equivalentes às dos homens — quando não superiores —, elas não recebem salários iguais. Além disso, como os homens

tendem a permanecer nas empresas por mais tempo, são eles que avançam nos planos de carreira e salários.

As autoras destacam que, apesar da legislação brasileira — como o artigo 461 da CLT e a Constituição de 1988 — garantir a igualdade salarial, a prática não reflete essa garantia. A discriminação de gênero e racial ainda prevalece, especialmente em períodos de crise econômica, quando as mulheres são as primeiras a serem demitidas e enfrentam desafios para se reinserir no mercado. Neste contexto, entende-se que, para alcançar igualdade de oportunidades e salários, é fundamental uma mudança cultural que mitigue preconceitos e promova maior transparência nas empresas. A Lei 14.611, de 2023, que exige transparência salarial para empresas com mais de 100 funcionários, é um passo importante nesse sentido.

Para entender melhor as formas pelas quais esta lei poderia influenciar de maneira positiva, as autoras elaboraram um questionário sobre o uso de critérios remuneratórios por empregadores, bem como sobre as medidas adotadas para ampliar a diversidade, como a contratação de mulheres e a promoção delas a cargos de chefia. O levantamento focou, em conformidade com a legislação, em empresas com 100 ou mais empregados, considerando as especificidades de cada estabelecimento, uma vez que a comparação entre funcionários só é válida quando estão localizados no mesmo ambiente de trabalho. Isso implica ignorar as variações salariais entre diferentes estabelecimentos que atuam em localidades distintas.

Os resultados preliminares revelam que, mesmo entre as empresas com pelo menos 100 empregados, existem critérios de remuneração que variam ou que não são amplamente conhecidos pelos trabalhadores. O tempo de experiência na empresa foi mencionado por 76,2% dos respondentes, uma proporção ligeiramente inferior àquela que citou a capacidade de trabalhar em equipe (78,4%) ou a proatividade (81,6%), sendo esta última a mais mencionada. O cumprimento de metas de produção foi indicado por 60,9% dos participantes, enquanto a existência de planos de cargos e salários foi relatada por apenas 51,6%. Esses dados iniciais sinalizam a dificuldade das empresas em esclarecer quais critérios objetivos são utilizados para justificar as diferenças salariais entre homens e mulheres.

A disposição para trabalhar fora do horário contratado, como horas extras, por sua vez, foi mencionada por 17,5% das empresas com 100 ou mais empregados como um critério remuneratório. Essa prática é especialmente desafiadora para as mulheres, especialmente aquelas com filhos, que enfrentam dificuldades relacionadas a transporte e maior vulnerabilidade à violência noturna. Outro aspecto que merece atenção é que 28% dos respondentes afirmaram contratar pessoas com critérios remuneratórios diferenciados com base na disponibilidade para ocupações específicas. Essas situações surgem quando as empresas buscam profissionais com características muito específicas, levando a uma

remuneração que não segue os valores habitualmente praticados. E, quando esses profissionais se tornam empregados regulares após o período de emergência, seus salários ficam acima dos de outros trabalhadores em funções semelhantes, o que pode afetar os planos de carreira da empresa.

No que diz respeito à política de contratação de mulheres, mesmo entre as empresas com mais de 100 empregados, apenas cerca de um terço (32,6%) declarou ter essa prática deliberada. Quando se consideram categorias mais específicas, como a contratação de mulheres pretas e pardas (26,4%), chefes de família (22,4%), pessoas com deficiência (23,3%) ou LGBTQIA+ (20,6%), as porcentagens são ainda menores.

Em relação à promoção de mulheres a cargos de direção e gerência, que é um tema amplamente discutido na mídia e em programas de reconhecimento, observou-se uma proporção maior: 38,3% das empresas com 100 ou mais empregados afirmaram adotar essa prática. No entanto, isso indica que a realidade ainda está distante para quase dois terços dos estabelecimentos de maior porte no país.

Além disso, questões relacionadas à promoção da parentalidade para ambos os sexos foram incluídas, visando garantir que casais tenham acesso ao apoio necessário para cuidar de seus filhos e outros membros da família que requerem cuidados. Embora a possibilidade de recorrer ao abono de faltas seja alta (91,2%), a aplicação de outros dispositivos legais e das convenções coletivas, como a antecipação de férias (40,9%) ou a flexibilização do regime de trabalho (39,7%), parece ser limitada. Apenas 17,7% dos respondentes afirmaram adotar licença paternidade estendida, uma medida que poderia oferecer mais apoio às mães e permitir que os pais passem mais tempo com os filhos.

Com base no exposto até aqui, a criação de uma legislação brasileira que promova a transparência nos hiatos salariais entre mulheres e homens é um passo significativo para permitir um debate mais aprofundado sobre a desigualdade estrutural de rendimento no mercado de trabalho do país. Essa iniciativa, ainda que restrita a empresas com pelo menos cem empregados, proporciona uma visão mais ampla dos critérios de remuneração adotados, mesmo que não revele claramente a participação desses critérios na remuneração total dos trabalhadores. Neste sentido, ampliar as ações voltadas para a equiparação salarial nessas empresas é essencial, pois elas podem servir de exemplo para outras organizações nas suas cadeias de suprimento e venda. Tão essencial foi, também, o CDESS realizar esse evento, promovendo o diálogo e a escuta ativa entre empregadoras e empregadores e as centrais sindicais.

## **2. O encontro na Federação Brasileira de Bancos (Febraban)**

A Febraban, fundada em 1967 como uma associação sem fins lucrativos, é a principal representante do setor bancário nacional. Com o compromisso de dialogar com diversos



setores da sociedade, a entidade acredita que um sistema financeiro robusto se baseia em empresas e indivíduos financeiramente sólidos. Seu foco está no aperfeiçoamento do sistema normativo, na melhoria contínua dos serviços bancários e na redução dos níveis de risco, além de promover o acesso crescente da população aos produtos e serviços financeiros. Por essas razões, foi simbólica a decisão de receber as representações empresariais em sua sede.

O evento teve início às nove da manhã, com a atualização do MTE, informando que 9.576 empresas haviam submetido seus relatórios, o que representa cerca de 32,7% das empresas obrigadas a fazê-lo. Embora essa adesão ainda seja considerada baixa, as empresas que responderam demonstraram estar no “caminho certo”, implementando políticas de valorização das mulheres. O número de 415 ações judiciais contra a elaboração do relatório foi considerado baixo em relação ao total de empresas, sugerindo uma aceitação positiva da lei. Além disso, mais de 16.500 empresas com menos de 100 empregados optaram por apresentar o relatório voluntariamente, uma atitude vista como louvável e um exemplo de boas práticas.

Na perspectiva dos empresários, o cumprimento da lei apresenta desafios, em especial na aplicação prática do relatório de transparência salarial. Destaca-se a utilização da CBO, que reúne grupos de ocupações muito diferentes entre si, de forma a impedir uma comparação justa entre trabalhadores de diferentes níveis de senioridade. Essa classificação, embora útil para fins estatísticos, não reflete as particularidades de equiparação salarial entre homens e mulheres, podendo distorcer os dados de remuneração. Além disso, a metodologia de cálculo do relatório, que inclui variáveis como comissões, horas extras e adicionais, gera distorções ao não separar pagamentos fixos de variáveis. Por fim, não existem regras claras para trabalhadores intermitentes ou horistas, o que compromete a comparabilidade entre diferentes tipos de contratos de trabalho.

Por meio de uma escuta ativa, o MTE e o CDESS acolheram os argumentos apresentados pelas diversas partes, comprometendo-se a permitir a publicação de notas explicativas pelas empresas. Essa medida visa possibilitar esclarecimentos sobre eventuais discrepâncias salariais e promover maior transparência no processo. Outro ponto importante destacado pelos órgãos do Governo Federal foi a necessidade de as empresas elaborarem um plano de ação para mitigar as desigualdades salariais. Esse plano deve ser desenvolvido com a participação de sindicatos e empregados, especialmente quando a fiscalização identificar diferenças salariais injustificadas. Para tornar a análise mais precisa e efetiva, além de permitir a harmonização dos dados e a comparação com políticas públicas, sugeriu-se, também, a inclusão de mais dados técnicos, que atualmente não são obrigatórios.

A discussão sobre a importância de parametrizar dados levou à apresentação para os participantes da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), como uma plataforma que

fornece informações consistentes e amplamente reconhecidas sobre os estabelecimentos de todo o território nacional, permitindo um tratamento equitativo das informações. A RAIS se destaca por sua capilaridade municipal, fortalecida pela introdução do eSocial, que facilitou a entrada e a escrituração de tributos, previdência e descontos trabalhistas, abrangendo empresas de diversos setores. Com a RAIS, os conceitos de salário de contratação e remuneração mensal bruta são bem consolidados, o que reduz as dúvidas dos respondentes, mesmo considerando a alta rotatividade de empregados em cargos de menor qualificação.

Além disso, a RAIS inclui informações relevantes sobre os empregados, como sexo, raça/etnia e grupos ocupacionais, sendo fundamental para entender as desigualdades no mercado de trabalho. Outro aspecto importante é a preservação da confidencialidade das informações individuais. Para evitar a identificação de profissionais com salários elevados e garantir comparações justas, o relatório estipula que as comparações salariais sejam feitas apenas em grupos que contenham pelo menos três mulheres e três homens, assegurando que os dados não revelem identidades específicas e que as análises sejam mais rigorosas.

A recomendação geral, após as exposições discutidas, foi avançar de forma gradual na implementação das medidas, abrangendo não apenas as maiores empresas, mas todo o Brasil. Além disso, foram sugeridas as seguintes ações: a) construção de metas em conjunto, considerando a realidade local e evitando a simples replicação de modelos estrangeiros; b) continuidade da divulgação de um relatório semestral, que deve ser acompanhado sob a perspectiva das relações e das estatísticas disponíveis; c) manutenção de um diálogo contínuo e criação de um espaço de trabalho permanente para buscar soluções comuns dentro das empresas; d) revisão de critérios e processos internos para promover a paridade, com exemplos de empresas que ajustaram seus procedimentos para incluir mais mulheres em cargos de gerência; e) elaboração de um plano de oportunidades dentro das empresas, além de um plano de ação específico para a igualdade; e f) reconhecimento da diversidade e das responsabilidades adicionais que historicamente recaem mais sobre as mulheres, como questões de segurança e cuidados, como fundamental.

Entre os principais aprendizados gerados neste diálogo, destaca-se que, apesar de leis anteriores terem abordado a igualdade de gênero, a nova legislação é mais imperativa e tem como objetivo principal estimular a cooperação entre empresas, governos e sindicatos, a fim de incluir a questão da igualdade salarial nas convenções coletivas. Reconheceu-se que as relações de trabalho ainda refletem uma estrutura patriarcal e, para combatê-la, é crucial promover a democratização, a responsabilidade e, especialmente, o diálogo como as principais ferramentas para enfrentar os desafios identificados.

### 3. Encontro no Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE)

O Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos, mais conhecido como DIEESE, é uma entidade reconhecida por sua atuação em pesquisa, assessoria e educação no movimento sindical brasileiro, com foco em temas relacionados ao mundo do trabalho, consumo e renda. Fundado em 1955, o DIEESE oferece suporte técnico e capacitação a organizações sindicais, dirigentes e trabalhadores, sendo um dos responsáveis pela elaboração da proposta da referida lei que foi vitoriosa no Congresso. Sem essa colaboração, a lei de igualdade salarial não teria a qualidade que possui — que vai além da punição, priorizando a promoção da igualdade e a construção de uma nova cultura. Por isso a escolha de fazer o evento em sua sede foi tão emblemática.

O encontro com as centrais sindicais brasileiras — que incluiu o Fórum das Mulheres das Centrais Sindicais, a Central Única dos Trabalhadores, a Força Sindical, a União Geral dos Trabalhadores, a Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil, a INTERSINDICAL e a Central dos Sindicatos Brasileiros — teve início às 14h30. No início, houve consenso entre todos os participantes de que a Lei de Igualdade Salarial não se limita a ser uma legislação voltada para as mulheres, mas representa uma lei pela igualdade, independentemente de gênero, e, portanto, deve ser incorporada em todas as pautas de discussão dos sindicatos. Também foi reconhecido que as questões relacionadas às mulheres sempre enfrentaram desafios, mas, nos últimos tempos — especialmente durante a campanha de Lula — ganharam destaque no governo. Embora ainda existam empresários que apresentam argumentos contrários à lei, enfatizou-se a responsabilidade dos sindicatos em reconhecer e superar as dificuldades históricas ligadas a essas questões, bem como a necessidade de transformar a lei em ações concretas. Não por acaso, as 20 maiores potências do mundo, que fazem parte do G20, demonstraram interesse em conhecer essa experiência legislativa, que já está gerando repercussão e sendo bem-sucedida.

O ministro Luiz Marinho afirmou que a lei representa uma vitória, mesmo considerando o esforço necessário para sua aprovação. Ele destacou a importância de olhar para o futuro e integrar a lei nas convenções coletivas, promovendo negociações que estimulem um processo progressivo. Também foi ressaltada a relevância do diálogo e da negociação, com a afirmação de que um ambiente de trabalho saudável contribui para eliminar preconceitos, assédio moral e sexual, além de aumentar a produtividade. Por essas razões, a responsabilidade de aprimorar a lei recai, principalmente, sobre as centrais sindicais e os sindicatos.

Em um esforço de sistematizar as reivindicações e discussões de cada pessoa envolvida na reunião, com foco na promoção da igualdade salarial, nas condições de trabalho e na inclusão das mulheres em posições de liderança, apresenta-se o quadro a seguir.

Categoria	Principais reivindicações
Igualdade salarial e de oportunidades	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Elaboração de planos de cargos e salários;</li> <li>• Necessidade de cláusulas de igualdade salarial nas negociações, que devem acontecer de maneira coletiva;</li> <li>• Ações unificadas entre centrais sindicais e governo para garantir a promoção de igualdade de oportunidades, especialmente para mulheres negras;</li> <li>• Implementação efetiva da lei com comissões de empresa e representação sindical;</li> <li>• Fortalecimento das mesas de negociação com relatórios detalhados das empresas;</li> <li>• Inclusão de cláusulas de igualdade salarial e oportunidades nas pautas sindicais e negociações;</li> <li>• Incentivo à paridade de gênero nas funções de delegadas sindicais e futuras diretoras;</li> <li>• Ascensão profissional das mulheres, especialmente em cargos de liderança;</li> <li>• Eliminação de barreiras como o “teto de cristal”.</li> </ul>
Condições de trabalho e bem-estar	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Redução das jornadas de trabalho abusivas, especialmente no setor audiovisual;</li> <li>• Criação de creches 24 horas para mães trabalhadoras;</li> <li>• Combate à falta de pagamento de horas extras;</li> <li>• Protagonismo das mulheres nas negociações e decisões sindicais;</li> <li>• Inclusão de temas como igualdade salarial e condições de trabalho nas convenções coletivas.</li> </ul>
Participação e paridade de gênero	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Importância da paridade de gênero nas funções sindicais;</li> <li>• Necessidade de mais mulheres em cargos de liderança nos sindicatos;</li> <li>• Fortalecimento do compromisso com a igualdade de gênero e oportunidades nas representações sindicais;</li> <li>• Unidade das centrais sindicais para avançar nos direitos trabalhistas e igualdade salarial;</li> <li>• Paridade de gênero nas esferas sindicais e envolvimento ativo das mulheres nas negociações;</li> </ul>
Estratégias de negociação	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Fortalecimento das negociações coletivas e das mesas de diálogo entre sindicatos e empresas;</li> <li>• Incentivo à criação de políticas públicas eficazes através do exemplo de sindicatos que já alcançaram paridade de gênero;</li> <li>• Uso de estratégias internacionais, como a experiência da Espanha, para negociar leis trabalhistas;</li> <li>• Exclusão de setores empresariais retrógrados em favor de alianças com setores progressistas.</li> </ul>
Relatórios e monitoramento	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Aperfeiçoamento dos relatórios apresentados pelas empresas, com inclusão de dados detalhados por setor econômico;</li> <li>• Monitoramento da aplicação das cláusulas trabalhistas em diferentes estabelecimentos.</li> </ul>

Fonte: Elaboração própria, 2024.

## Considerações Finais

A partir do evento organizado pelo CDESS, em parceria com a Febraban e o DIEESE, a equidade de gênero é um conceito abrangente que busca promover a igualdade entre mulheres e homens em diversas dimensões da sociedade, incluindo os âmbitos social, econômico, profissional, doméstico e político. Fundamenta-se na ideia de que todas as pessoas devem ser tratadas de forma digna e equivalente, independentemente de seu gênero, assegurando igualdade de oportunidades, direitos e deveres civis e sociais para mulheres, homens e demais identidades de gênero reconhecidas. Em essência, esse conceito defende que a dignidade humana não deve ser avaliada em função do sexo de nascimento ou do gênero socialmente atribuído.

No que tange à inserção no mercado de trabalho, quatro dimensões principais contribuem para a produção das desigualdades entre homens e mulheres:

- 1. A predominância de ocupações majoritariamente masculinas em comparação às ocupações feminizadas, que são frequentemente menos valorizadas social e salarialmente;**
- 2. A discriminação de gênero no recrutamento e na seleção para postos de trabalho;**
- 3. Os obstáculos à progressão na carreira profissional das mulheres;**
- 4. A intermitência no mercado de trabalho, especialmente relacionada à maternidade e às responsabilidades de cuidados.**

Nesse cenário, a Lei de Igualdade Salarial estabelece um arcabouço robusto para promover mudanças efetivas nessa desigualdade no mercado de trabalho. A negociação coletiva surge como um instrumento crucial para ampliar o alcance e acelerar a superação das disparidades, ao envolver as representações sindicais na formulação de propostas que visam à igualdade de condições de trabalho entre homens e mulheres. Assim, a implementação conjunta dessas medidas é essencial para a construção de um ambiente de trabalho mais justo e equitativo. Tão fundamental para a consolidação dessa legislação é o movimento sindical. As lideranças sindicais devem estar atentas à divulgação de relatórios, à denúncia, quando for necessário, e à formação e organização das mulheres trabalhadoras em relação a esse tema.

Quanto aos resultados alcançados, destacam-se, da reunião com as representações empresariais, a recomendação geral para avançar de forma gradual na implementação das medidas para assegurar a igualdade salarial entre homens e mulheres no Brasil, e as seguintes ações específicas: (i) construção de metas em conjunto; (ii) continuidade da divulgação de relatório semestral; (iii) manutenção do diálogo e criação de espaço de trabalho para buscar soluções comuns dentro das empresas; (iv) revisão de critérios e

processos internos para promover a paridade; v) elaboração de plano de oportunidades dentro das empresas, além de um plano de ação específico para a igualdade; e vi) reconhecimento da diversidade e das responsabilidades adicionais que historicamente recaem mais sobre as mulheres.

Dentro deste contexto, como desdobramento deste evento, ocorreu uma reunião mais técnica que almejou esclarecer dúvidas sobre a lei e colher sugestões em relação ao relatório de igualdade salarial que é formatado pelo Ministério do Trabalho e Emprego. Representantes das empresas que atuam diretamente com a parte de recursos humanos, em especial a área estratégica da dinâmica de cargos e salários. A reunião foi produtiva e houve avanços no entendimento a respeito da lei de igualdade salarial.

Por fim, no encontro das centrais sindicais, houve consenso que a Lei de Igualdade Salarial não se limita a ser uma legislação voltada para as mulheres, representa lei pela igualdade, independentemente de gênero, e enfatizou-se a responsabilidade dos sindicatos em reconhecer e superar as dificuldades históricas ligadas a igualdade salarial, bem como a necessidade de transformar a lei em ações concretas.

## **Anexo II - Cronogramas da Liberdade – Salvador/BA**

### **Reunião na Reitoria da Universidade Federal da Bahia (UFBA)**

A Universidade Federal da Bahia (UFBA) é uma das mais importantes instituições de ensino superior do Brasil, situada em Salvador, na Bahia. É reconhecida pela excelência acadêmica, oferecendo uma ampla gama de cursos de graduação e pós-graduação em diversas áreas do conhecimento, incluindo ciências humanas, exatas, biológicas, saúde, artes e tecnologia.

A UFBA desempenha um papel significativo na pesquisa científica, desenvolvimento cultural e inovação tecnológica, além de ser um centro de referência no ensino público. Com forte atuação nas questões sociais, a universidade também se engaja em temas de inclusão, diversidade e sustentabilidade.

A UFBA teve seu começo em 18 de fevereiro de 1808, quando o Príncipe Regente Dom João VI instituiu a Escola de Cirurgia da Bahia, primeiro curso universitário do Brasil. Ainda no século XIX, incorporou os cursos de Farmácia (1832) e Odontologia (1864), a Academia de Belas Artes (1877), Direito (1891) e Politécnica (1896). No século XX, Isaiás Alves criou a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (1941).

Por essas razões, a UFBA foi escolhida para a reunião dos Cronogramas da Liberdade que aconteceu no dia 25 de julho de 2024, pela manhã e teve como tema central as

“Ações e políticas de ação afirmativa na UFBA e seus impactos nos territórios periféricos”. As falas das participantes destacaram o histórico de racismo e misoginia da UFBA como reflexo de uma sociedade com uma elite escravocrata que não quer perder seus espaços de privilégio, das gerações de bisavós escravizadas, avós empregadas e a conquista de professoras e conselheiras doutoras em reunião na reitoria. Foi registrado que é recente o fim da negação do racismo, que os ambientes universitários ainda são muito hostis e que os currículos ainda são muito eurocêntricos.

Por outro lado, as falas da reitoria ressaltaram que a UFBA foi a segunda universidade a adotar a política de cotas para discentes, fruto de muitos anos de articulações de seus movimentos negros, desde os anos 80. Hoje a UFBA é majoritariamente negra, da classe trabalhadora, com  $\frac{1}{3}$  das vagas noturnas. Já modificou 75% dos currículos para respeitar a Lei 10.639 de 9 de janeiro de 2003 (Brasil, 2003) tem cotas para pós-graduação e para docentes e técnicos. Destacaram o entendimento sobre a permanência em diversos aspectos e a assistência envolvendo dinheiro, acolhimento, referências negras e oportunidades.

O objetivo de todas essas ações é a inserção da população negra em todos os setores da sociedade, a partir de direitos de acesso, além de reparação e bem-viver, por meio de ações afirmativas, políticas compensatórias e políticas de permanência. As demandas envolvem divulgação de informações, aumento de verbas para as políticas inclusivas, mais docentes negros, mudanças nos currículos, espaços seguros de acolhimento e ampliação dos restaurantes e bibliotecas, indenização pela escravidão.

As propostas envolveram metas e critérios de premiação com aspecto racial, mais financiamentos e menos burocracia. O encontro foi finalizado com um agradecimento institucional solene da reitoria da UFBA aos movimentos sociais em especial o movimento negro.

### **12ª Marcha das Mulheres Negras Latino-Americanas e Caribenhas**

A Marcha das Mulheres Negras Latino-Americanas e Caribenhas é um importante movimento político e social que surgiu para dar visibilidade à luta das mulheres negras da América Latina e do Caribe contra o racismo, o sexismo, a opressão econômica e outras formas de discriminação. Essa marcha tem como objetivo promover a igualdade de direitos, a justiça social e o reconhecimento das contribuições históricas e culturais dessas mulheres para a sociedade.

A primeira marcha ocorreu no dia 25 de julho de 1992, durante o Encontro de Mulheres Afro-Latino-Americanas e Afro-Caribenhas, realizado na República Dominicana. Desde então, a data foi instituída como o “Dia Internacional da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha”. Esse dia simboliza a resistência das mulheres negras, que enfrentam uma dupla opressão: de gênero e de raça. A data é reconhecida pela Organização das Nações

Unidas (ONU) e faz parte do seu calendário de atividades.

Além das questões de gênero e raça, a marcha aborda temas como a violência contra as mulheres negras, o feminicídio, o genocídio da juventude negra, e a necessidade de políticas públicas que garantam direitos básicos, como educação, saúde e trabalho. É uma manifestação de empoderamento e luta coletiva, que busca transformar as estruturas sociais e políticas que perpetuam a marginalização dessas mulheres. A Marcha das Mulheres Negras Latino-Americanas e Caribenhas é um evento que celebra o Dia Internacional da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha, comemorado no dia 25 de julho. No Brasil, o dia 25 de julho também é o Dia Nacional de Tereza de Benguela e da Mulher Negra, uma homenagem a uma das principais líderes na luta contra a escravização.

Dessa forma, no dia 25 de julho de 2024, às quatorze horas iniciou-se, na Praça da Piedade, em Salvador, a concentração para a 12ª Marcha das Mulheres Negras Latino-Americanas e Caribenhas. O slogan do evento foi: “Mulheres negras em marcha por reparação e bem viver”. A marcha contou com a presença de diversos coletivos de mulheres negras (23), com um público presente estimado em aproximadamente 300 pessoas. Apesar da chuva que caiu desde o início da marcha, a marcha percorreu todo o trajeto da Praça da Piedade até o Terreiro de Jesus no Pelourinho, terminando às dezessete horas e cinquenta minutos.

Os temas recorrentes das falas foram: lutas por direitos: direito à vida, à educação, a trabalho e salário digno, liberdade de ir e vir, fim da violência contra a mulher, segurança, aquilombamento como tecnologia de sobrevivência e mudança, construção coletiva da marcha, saudação às ancestralidades, às mulheres que vieram antes, cuja luta nos trouxe até aqui, reparação pelos anos de escravidão, de violência, de enriquecimento às custas do sofrimento e da morte do povo preto, construção de uma sociedade de bem viver para todas as pessoas.

Algumas falas destacaram a questão das mulheres negras trans, o caráter apartidário da marcha, a presença da juventude negra, a dor das mães e avós que perdem seus filhos/netos, a justiça climática e ambiental, a falta de acesso à água, saneamento e dignidade menstrual e a especulação imobiliária que desterritorializa.

A marcha termina com a construção coletiva da marcha nacional de 2025, que pretende levar 1 milhão de mulheres negras para se manifestarem em Brasília.

### **Reunião no Instituto Cultural Steve Biko**

O Instituto Cultural Steve Biko (ICSB) leva o nome do líder sul-africano Steve Biko, uma importante figura na luta contra o Apartheid na África do Sul. Fundado em 31 de julho de 1992, o ICSB surgiu da iniciativa inovadora de jovens militantes negros e negras, que criaram o primeiro curso no Brasil voltado para a formação política e preparação sistemática de estudantes negros para o ingresso nas universidades, sendo reconhecido



como o primeiro Quilombo Educacional do país.

Ao longo de seus 32 anos de existência, o ICSB tem desenvolvido diversas ações no campo político e educacional, que resultaram na implementação de políticas públicas voltadas ao combate das desigualdades raciais. Esse trabalho trouxe reconhecimento de importantes instituições e movimentos sociais no Brasil. Entre as honrarias recebidas, destacam-se o Prêmio Nacional de Direitos Humanos em 1999 concedido pelo Ministério da Justiça, e o XXIII Prêmio Nacional Jovem Cientista, em referência ao programa de fomento à ciência, tecnologia e inovação para jovens negros.

Por essas razões, a reunião foi organizada no ICSB com o tema "Propostas dos professores para políticas públicas; inspiração e fortalecimento do projeto Oguntec; e letramento digital na Educação Básica". O Programa Oguntec, que foi tratado na reunião, foi idealizado e conduzido pelo Instituto Cultural Steve Biko e promove um curso preparatório em que desenvolve conteúdos técnicos necessários ao ingresso acadêmico nas carreiras de ciência e tecnologia. Como suporte, a iniciativa ofertará, em 2021, 30 bolsas de Iniciação Científica Júnior para estudantes negros (as) do Estado da Bahia durante o período de 24 meses.

O projeto Oguntec marca a parceria do Instituto Serrapilheira e Instituto Ibirapitanga na promoção do fortalecimento, desenvolvimento e popularização da ciência, tecnologias e inovação entre a juventude negra baiana.

A reunião se inicia com um poema autoral sobre educação como ato de liberdade, da estudante Raquel, de 17 anos. As palestras posteriores relembram a origem do Instituto em 1992, quando a militância negra percebeu o problema de representatividade, e foi criado o curso pré-vestibular no DCE da UFBA. O projeto abordado trabalha com pedagogia que inclui formação política para enfrentar o racismo e o epistemicídio e tem disciplina obrigatória cidadania e consciência negra. No instituto se aprende fazendo, é lugar de continuidade, que valoriza as pessoas que passaram e onde trabalho é perpétuo, para estimular todas as pessoas a desenvolver seu pleno potencial. Além da valorização dos conhecimentos negros, as ações do instituto indicam que se precisa desaprender o pior dos brancos: a dominação e a rivalidade.

Entre as ações do projeto Oguntec, destaca-se o curso de tecnologia, que é ministrado em 10 escolas, em formato híbrido, com monitores formados para mediar o aprendizado. Essa iniciativa é acompanhada pelo Projeto do Café científico que leva referências negras para falar nas escolas e pelo material didático: "Ogunhê relações e formação científica de negros e negras".

As aulas do Oguntec são gravadas e compartilhadas no Whatsapp e Instagram. O projeto conta também com ciclos formativos sobre como se proteger da tecnologia, falando de dados pessoais, direitos, crimes de ódio, e segurança da informação, fomentando o

letramento digital.

O encontro foi finalizado com o registro das conselheiras do CDESS que o Instituto Cultural Steve Biko merece ser referência dentro do Governo Federal para o planejamento de novas propostas.

### **Roda de escuta no Grupo de Mulheres do Alto do Pombas (GRUMAP)**

O Grupo de Mulheres do Alto das Pombas (GRUMAP) é uma organização da sociedade civil, sem fins lucrativos, fundada em 08 de março de 1982. A organização é constituída por mulheres negras moradoras da comunidade do Alto das Pombas, bairro situado na zona oeste da cidade de Salvador, no estado da Bahia. O GRUMAP busca preservar sua legitimidade, autonomia e protagonismo no movimento popular de mulheres negras feministas, lutando por ações afirmativas de efetivação das políticas públicas na comunidade.

Em função disso, no dia 26 de julho de 2024, na parte da tarde, ocorreu uma roda de conversa entre o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social Sustentável (CDESS) e o Grupo de Mulheres do Alto das Pombas (Grumap). O tema central do encontro foi: "Ensinaamentos e articulação militante aquilombada das mulheres do Grupo de Mulheres do Alto das Pombas: História, atuação, emancipação e pautas de luta.". A reunião contou com a presença de membras do GRUMAP, do coletivo Adinkra, do CDESS, do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict) e do Data Privacy Brasil.

As palestras relembram a origem do Grupo há 42 anos para o enfrentamento do racismo e luta pela permanência nesse território, com o clube das mães da escolinha menino Jesus. Abordam os movimentos das ONGs nos anos 90 com a realização de projetos financiados, falam sobre as Unidades de Polícia Pacificadora (UPP) e o entendimento que o projeto do governo era reformista. A intenção era estudar a situação, fazer leituras comunistas e buscar a revolução.

Os projetos do grupo incluem rodas de conversa interna semanal com mulheres, rodas externas mensais; escrita, poesia e memória; ação política e sentimental, cuidado e autocuidado da mente e do corpo; cineclube, debates e histórias com griot, crianças e comunidade; suporte à mobilização em comunidades vizinhas.

Atualmente suas principais dificuldades são a descontinuidade dos projetos financiados, a burocracia do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), a estratégia para propor projetos que serão aceitos, financiamento básico das atividades cotidianas, a impressão dos jornais e o Caruru de Cosme e Damião em Setembro.

A roda de conversa foi finalizada com o registro da articulação das conselheiras do CDESS entre iniciativas de sucesso, boas ideias e formas de levá-las adiante para disseminar no país. As conselheiras assinalam que o trabalho do GRUMAP é essencial, e que existe a

possibilidade de buscarem apoio para a continuidade dos projetos do grupo.

### **Considerações Finais**

A reunião foi extremamente enriquecedora, proporcionando espaços de encontros e trocas de experiências para todas as pessoas participantes. Ao longo da semana, a comissão de Combate às Desigualdades representadas pelas conselheiras Alcielle Santos, Rosângela Hilário e pela equipe técnica Nicolau Beltrão, Roseli Alves e João Salgado, do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social Sustentável conseguiu mapear diversas questões relevantes, não só identificando as principais dificuldades enfrentadas pelos movimentos sociais, mas também destacando projetos e metodologias que já se mostraram bem-sucedidos e que têm potencial para serem aplicados em uma escala maior, a nível nacional.

A primeira etapa do processo envolveu uma série de escutas detalhadas, nas quais representantes de diferentes movimentos sociais puderam compartilhar suas experiências, desafios e perspectivas. A partir desses depoimentos, o CT reuniu informações cruciais sobre os obstáculos mais comuns enfrentados por esses movimentos. Entre os problemas mais recorrentes, destacaram-se a falta de recursos financeiros, o difícil acesso a espaços de visibilidade, a falta de apoio governamental e a escassez de políticas públicas que atendam às demandas específicas das populações marginalizadas, para as quais esses movimentos frequentemente atuam como vozes.

Além disso, muitos dos movimentos sociais relataram dificuldades na formação de redes de apoio, tanto locais quanto nacionais, que poderiam fortalecer suas ações e ampliar o alcance de suas iniciativas. A falta de articulação entre os movimentos também foi apontada como um desafio significativo. Em alguns casos, os movimentos operam de forma isolada, o que limita o impacto de suas atividades e dificulta o acesso a parcerias que poderiam viabilizar a sustentabilidade de seus projetos.

No entanto, a CT não se limitou a reunir os problemas, um dos grandes méritos das ações foi à identificação de projetos e metodologias que, apesar dos desafios, têm alcançado resultados expressivos e podem servir como modelos para outros movimentos sociais no Brasil. Essas iniciativas de sucesso foram trazidas à tona como exemplos concretos de que, com organização, criatividade e colaboração, é possível enfrentar e superar as barreiras que historicamente têm limitado a atuação desses movimentos.

Entre os projetos destacados, alguns se concentram no fortalecimento das comunidades por meio da educação popular. Esses projetos envolvem a criação de espaços de formação política e social, onde as pessoas podem se empoderar por meio do acesso à informação e ao conhecimento, desenvolvendo habilidades que as ajudam a atuar de forma mais eficaz em suas comunidades, e a participar ativamente do processo de transformação social. A educação popular, como metodologia, tem se mostrado especialmente eficaz em áreas

onde as políticas públicas não chegam, oferecendo uma alternativa de desenvolvimento comunitário que pode ser replicada em várias regiões do país.

Outro aspecto central foi o foco na importância da comunicação. Muitos dos movimentos sociais enfrentam desafios relacionados à visibilidade e à comunicação com o público em geral. Para superar isso, alguns projetos implementaram estratégias de comunicação popular que se mostraram eficazes em ampliar o alcance de suas mensagens e fortalecer suas bases. Essas metodologias envolvem o uso de mídias alternativas, como rádios comunitárias, redes sociais e outras plataformas digitais, que permitem que os movimentos se comuniquem diretamente com suas comunidades e alcancem um público mais amplo. A CT destacou a importância de investir em formação e capacitação na área de comunicação para que os movimentos sociais possam utilizar essas ferramentas de forma ainda mais estratégica.

Outro ponto relevante levantado foi a importância do diálogo com as instituições governamentais. Embora muitos movimentos sociais enfrentem desconfiança ou até resistência por parte das autoridades, foi ressaltado que há casos de sucesso em que o diálogo aberto e construtivo com o poder público resultou na implementação de políticas públicas mais inclusivas e eficazes. Esses exemplos de sucesso foram usados como inspiração para que outros movimentos possam buscar um relacionamento mais produtivo com as instituições governamentais, desde que haja uma base sólida de organização e articulação.

Destaca-se a necessidade de fortalecer o apoio mútuo entre os movimentos sociais. Em vez de atuarem de forma isolada, muitas das iniciativas de sucesso apresentadas foram aquelas que se beneficiaram da formação de redes e alianças estratégicas com outros grupos. A CT sugeriu que a criação de redes mais amplas de solidariedade entre os movimentos poderia não apenas aumentar o impacto de suas ações, mas também facilitar o compartilhamento de recursos, informações e estratégias.

Além de fortalecer os movimentos sociais em nível local, essas redes também têm o potencial de influenciar mudanças em escala nacional. Ao unirem suas vozes e reivindicações, os movimentos podem aumentar sua capacidade de pressão sobre o governo e outras instituições de poder, tornando suas demandas mais visíveis e difíceis de ignorar.

Por fim, a CT identificou que muitas das iniciativas de sucesso tinham em comum o fato de terem sido lideradas por pessoas comprometidas, bem preparadas e com um forte senso de responsabilidade comunitária. Esses líderes, ao estarem mais capacitados e conscientes de suas missões, conseguiram mobilizar suas comunidades de forma mais eficaz e alcançar resultados significativos. Nesse sentido, foi sugerido que programas de formação de lideranças sejam fortalecidos e ampliados, a fim de garantir que

os movimentos sociais continuem a desenvolver novos líderes capazes de guiar suas comunidades em direção a um futuro mais justo e inclusivo.

Em síntese, os acontecimentos promovidos e acompanhados pelo GT foram essenciais para proporcionar espaços de troca de experiências e aprendizados entre os participantes. Ao identificar tanto os desafios quanto as soluções existentes, a CT conseguiu mapear uma série de iniciativas e metodologias que podem ser replicadas em outras partes do Brasil, promovendo assim o fortalecimento dos movimentos sociais e o avanço na luta contra as desigualdades sociais e econômicas que afetam tantas pessoas no país. Apesar dos obstáculos, existem muitos caminhos possíveis para a construção de um Brasil mais inclusivo e igualitário, desde que haja comprometimento, organização e solidariedade entre todos os envolvidos.

## **Anexo III – Moção de apoio ao PL n<sup>a</sup> 1.958/2021 (Cotas raciais no serviço público)**


### **Moção de apoio ao projeto de lei de cotas raciais no serviço público**

O legado do período escravocrata e a histórica exclusão de políticas públicas destinadas à população afrodescendente no Brasil resultaram em desigualdades profundas e persistentes. Nesse cenário, torna-se urgente e necessário agir com rapidez e efetividade para reduzir essas disparidades sociais, elaborando políticas públicas que promovam a integração socioeconômica, o acesso da população afrodescendente aos serviços e à participação na administração pública, além de fomentar a ascensão social e o empoderamento cultural.

Ampliar a presença de afrodescendentes no serviço público é um passo fundamental para transformar a administração pública no Brasil, que por muito tempo manteve-se distante das questões raciais. Ao mudar essa realidade, podemos construir um Estado mais inclusivo e representativo de sua diversidade.

Diante das recorrentes manifestações de racismo no Brasil, o país tem demonstrado crescente organização para enfrentar o problema e para promover uma maior participação da população afrodescendente em diversos espaços públicos. Considerando que a população negra e parda representa 54% do total (Censo de 2022), ainda se observa uma grande lacuna de representatividade em diferentes arenas públicas.

Com esse entendimento e reconhecendo a importância de medidas firmes e concretas para promover a igualdade racial e combater as desigualdades de forma



imediate, os conselheiros da Comissão de Combate às Desigualdades do Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável (CDESS) reafirmam seu apoio ao Projeto de Lei nº 1.958/2021, que trata de Cotas Raciais no Serviço Público. A proposta articulada pelo governo, busca ampliar o percentual de cotas de 20% para 30%, incluindo também indígenas e quilombolas. O foco é sensibilizar e fomentar a aprovação no âmbito do legislativo brasileiro o mais breve possível.

A desigualdade no Brasil, porém, vai além do acesso ao serviço público, estendendo-se a todos os setores e impactando de maneira negativa o desenvolvimento econômico, social e ambiental do país. A sociedade brasileira clama por mudanças que avancem as pautas raciais e promovam justiça social. Estudos têm demonstrado que cotas raciais, para além de combater o racismo, também contribuem para diminuição da pobreza e podem assegurar direitos fundamentais. No entanto, ressalta-se que esse esforço requer o desenvolvimento de um processo adicional educativo amplo dos servidores públicos, que receberão os novos servidores públicos, garantindo não apenas acesso, mas permanência de forma integradora.

Por um Brasil mais inclusivo e igualitário, a Comissão de Combate às Desigualdades aprovou esta moção por consenso em reunião realizada em 1º de novembro de 2024.



## **Secretaria de Relações Institucionais**

### **Presidente**

Luiz Inácio Lula da Silva

### **Vice-Presidente**

Geraldo Alckmin

### **Secretaria de Relações Institucionais**

#### **Ministro de Estado**

Alexandre Padilha

#### **Secretário-Executivo**

Olavo Noletto

#### **Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável**

#### **Secretário-Executivo**

Paulo Pereira

#### **Secretária-Adjunta**

Raimunda Monteiro

#### **Chefe de Gabinete**

André Avrichir

#### **Diretor de Programa**

Tiago Nicácio

#### **Diretora de Fóruns Participativos**

Tatiana Vasconcelos

#### **Gerentes de Projetos**

Ana Paula Podcameni

Adriano Laureno

Lígia Valadão

Paula Pires

Rodrigo Portella

Roseli Teixeira

Verônica Devia

### **Coordenadora de Agenda**

Daniela Naves

### **Coordenadora de Gestão Interna**

Raíssa Carvalho

### **Assessoria**

João Salgado

Maria Alice Vieira

Nicolau Beltrão

Valmir Dantas

### **Equipe Técnica**

Alberto Lourenço

Antônio Pádua

Douglas Nunes

José Ivan Mayer

Marcos Aurélio de Souza

Regiani Cristina Ribeiro

Valéria Barcellos

Rosângela Hilário

### **Assessoria de Comunicação**

Vagner Campos

### **Estagiárias**

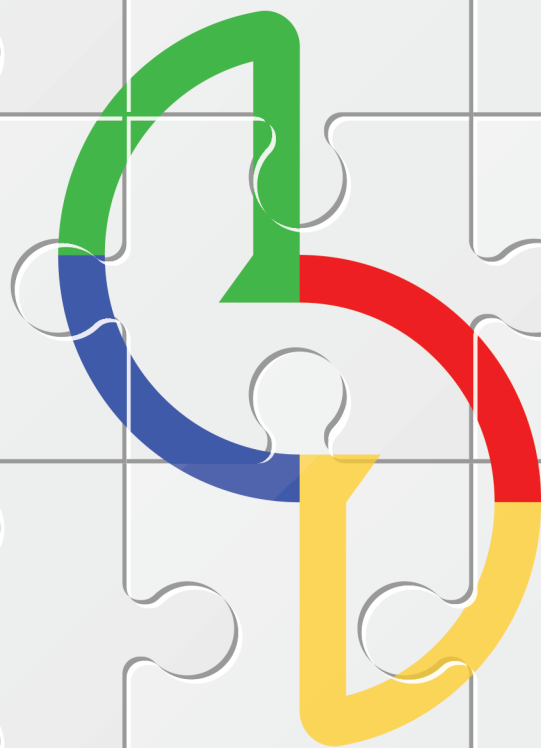
Daniele Ferreira

Maria Paula Barbosa

### **Projeto Gráfico e Diagramação**

Gabriel Protski

João Salgado



**cdless**